



**Sociologia, crítica e  
pragmatismo:**  
diálogos entre França e Brasil

Rodrigo Cantu  
Sayonara Leal  
Diogo Silva Corrêa  
Laura Chartain  
(Organizadores)

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Cantu, Rodrigo. / Leal, Sayonara. / Corrêa, Diogo Silva. / Chartain, Laura (Orgs.)

Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil  
Rodrigo Cantu / Sayonara Leal / Diogo Silva Corrêa / Laura Chartain (Orgs.)  
Campinas, SP : Pontes Editores, 2019

Bibliografia.  
ISBN 97885-217-0236-8

1. Sociologia 2. Interação social - Brasil - França I. Título

---

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Sociologia - 301
2. Interação social - Brasil - França - 302

## FORMA-CRÍTICA, FORMAS DA CRÍTICA: AS DIFERENTES DIMENSÕES DO DISCURSO DE DESCONTENTAMENTO<sup>1</sup>

Alexandre Werneck

Pricila Loretti

Essas duas imagens apresentam situações de mobilização popular. Em ambos os casos, pessoas trazem em anúncios (em um, um cartaz; no outro, uma faixa) palavras de ordem contrárias a alguma situação que as desagrade na vida. A primeira foi registrada em uma das várias manifestações componentes da série que ficou conhecida como Jornadas de Junho – quando, em 2013, milhares de pessoas foram às ruas do Brasil pelos mais variados motivos, a princípio por conta do aumento do preço das passagens de ônibus, mas, no desenrolar dos acontecimentos, mais especialmente para demonstrar insatisfação com a política no país (em suas várias dimensões, do governo ao sistema eleitoral, do parlamento às instituições autárquicas).<sup>2</sup> A segunda mostra um ato promovido por moradores da favela Santa Marta, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, em 25 de março de 2014, para reclamar dos altos valores das

1 Uma primeira versão deste artigo foi publicada em inglês em *Sociologia & Antropologia* (vol. 8, n. 3, 2018). Ambos os textos trazem resultados do projeto de pesquisa *Violências Moduladas: Gramáticas e Dispositivos da Crítica e da Negociação na Conflitualidade Urbana no Rio de Janeiro*, coordenado por Alexandre Werneck e financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio de seu Edital de Pesquisa Básica (Processo E26/110.327/2014). Versões anteriores do texto foram apresentadas no I Colóquio Crítica e Pragmatismo na Sociologia e no 40º Encontro Anual da Anpocs. Agradecemos pelos comentários dos colegas Diogo Correa e Daniel Cefai que ajudaram a tornar o argumento mais claro.

2 Para uma descrição e um histórico das manifestações, ver Cattani (2014). Para uma síntese das mesmas por correspondentes internacionais, ver Romero (17/06/2013) e Watts (21/06/2013).

tarifas de energia elétrica praticados pela concessionária desse serviço na cidade, a Light.

No caso do cartaz, vemos o ex-jogador de futebol Pelé, em trajes reais, sendo ironizado. Ele havia gravado um vídeo, em 19 de junho de 2013, em plena Copa das Confederações, pedindo que os brasileiros esquecessem as manifestações e apoiassem a Seleção Brasileira na competição, ao longo da qual, aliás, ocorreram muitos protestos por todo o país. A frase na cartolina reproduz uma famosa tirada do também ex-jogador Romário, em 15 de janeiro de 2005: “O Pelé, calado, é um poeta. Quando abre a boca, só fala merda”. A frase foi proferida em resposta à sugestão do “rei do futebol” para que o outro encerrasse sua carreira (o que ocorreria apenas em 2009) – e nos protestos foi usada para criticar o ex-craque pelo caráter inoportuno e descabido de sua fala. A faixa, por sua vez, traz um enunciado mais direto, acusando a prestadora de serviço público de cobrar abusivamente por ele. A Light, após a implantação de uma nova política de segurança pública, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs),<sup>3</sup> em 2008, passou a promover a regularização de sua rede de infraestrutura a partir das favelas com UPP. A rede, segundo a empresa, encontrava-se adulterada pelo furto de energia elétrica – prática conhecida como “gato”. E ela, naquele momento, cobrava dos moradores da Santa Marta faturas que haviam saltado de alguns poucos para centenas de reais.

Situações distintas, mas ambas as imagens explicitam uma operação fundamental: a crítica, a comunicação ao(s) outro(s) sobre o descontentamento com alguma situação. Trata-se de ação imperiosa de uma vida social (HIRSCHMAN, 1973; BOLTANSKI, 2015; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999; CHATEAURAYNAUD, 1991, 2004) atravessada o tempo todo pela valoração mútua das ações pelos atores (WEBER, 1947; SCOTT e LYMAN, 2008). Simultaneamente, colocados lado a lado, os dois casos

---

3 No momento da publicação deste texto, o projeto se depara com seu ocaso, com o fechamento de 12 unidades e um redirecionamento da política de segurança no Rio de Janeiro. Para um mapeamento das implicações do programa e dos usos dessas categorias na prática, ver o dossiê sobre as UPPs publicado na revista *Dilemas*, disponível on-line em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/issue/view/579> e <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/issue/view/580>. Para um balanço das análises acadêmicas a respeito, ver Felix da Silva (2018). Para uma síntese do programa feita por um correspondente internacional, ver: Nolen (12/11/2017).

chamam atenção para um elemento fundamental dessa atividade: ela depende de sua formalização como dispositivo (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; Peeters e Charlier, 1999), isto é, de sua composição como constructo de elementos (objetos) capaz de operacionalizar algo: a crítica, assim, pode ser entendida como uma ferramenta, formada por peças. Dessa maneira, fica explicitado que o processo de formação desse dispositivo é um dos elementos fundamentais de sua efetivação (WERNECK, 2012), isto é, da definição de uma situação (THOMAS, 1966) como “de crítica”.

O objetivo deste artigo é analisar a crítica do ponto de vista do papel desempenhado por suas dimensões formais em sua efetivação. Para fazê-lo, recorreremos a um conjunto de pesquisas realizadas separadamente, cada uma com suas peculiaridades e seus enquadramentos empíricos e teóricos,<sup>4</sup> mas aqui colocadas em diálogo a partir de seu principal ponto em comum: a maneira como os atores operam a dimensão formal da crítica para a construir. De um lado, Alexandre Werneck analisa, por meio de uma série de frentes empíricas, como a crítica é operada em dois diferentes registros: em algumas situações, de forma modulada, isto é, constantemente ajustada para evitar a formação de momentos críticos (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) plenos, o que é observado por ele em práticas jocosas cotidianas conhecidas como “zoações” (WERNECK, 2015, 2016); em outras, de forma acusatorial, esta explorada especialmente na observação de cartazes das aludidas manifestações de 2013 pelo Brasil que usaram o humor para criticar a situação política do país<sup>5</sup> (WERNECK, 2018). De outro lado, Pricila Loretti (2016) explora os conflitos que observou etnograficamente de 2011 a 2015 entre os moradores da citada favela carioca e a aludida concessionária de energia, que lá passou a atuar mais intensivamente após a implantação da UPP. Em sua pesquisa, críticas de um polo ao outro são apresentadas em torno especialmente do preço da energia

---

4 Não apresentaremos aqui, portanto, detalhes das discussões específicas de cada trabalho, nos atendo apenas à contribuição de cada uma para este tratamento.

5 Ao todo, foram analisados 347 cartazes considerados jocosos – em um universo amostral de 550 cartazes, recolhidos das manifestações por variados meios, da observação direta à pesquisa na internet. Essa análise resultou em um quadro de tipos de discurso jocoso mobilizado nos anúncios e de reivindicações típicas levadas por eles às manifestações. Para mais detalhes sobre a pesquisa e os tipos de cartazes, ver Werneck (2018).

elétrica, polemizado desde a instalação de medidores eletrônicos, quando os valores das contas foram enormemente elevados.

No encontro dos dois trabalhos foi possível observar a crítica como dispositivo dissecável em seus vários elementos, componentes de uma “forma formal” (WERNECK, 2012, p. 40) – chamada por Werneck (2015; 2016) de forma-crítica – e em suas várias dimensões actanciais, o que permitiu compreender os eixos relevantes para se efetivar uma crítica e mapear uma matriz geral de sua construção.<sup>6</sup> Apresentamos, a seguir, uma *formalização* dessa matriz, resultante da análise desses materiais.

O estudo da crítica em sua dimensão formal se alinha aos esforços de modelização desse objeto promovidos pela sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI, 2015; 2009) e chama atenção para seu papel em uma sociologia compreensiva da moral (WERNECK, 2014), isto é, para o entendimento de como a crítica é um dispositivo fundamental da *accountability* social (WRIGHT MILLS, 1940; SCOTT e LYMAN, 2008) e, portanto, da operacionalização da vida moral dos atores sociais. Assim, aqui, prospectamos e formalizamos analiticamente a operação de formalização já promovida pragmaticamente pelos próprios atores sociais ao se colocarem na posição de críticos. Com essa análise, pode-se ver como eles se mostram gerativamente competentes (Boltanski, 1990) na construção e operacionalização de uma matriz de elementos característica da definição de uma crítica.

## A CRÍTICA E SUAS DIFERENTES DIMENSÕES FORMAIS

Como descrito por Boltanski e Thévenot (1999: 359-360),

A situação de partida [de uma crítica] é algo como: as pessoas envolvidas em relações cotidianas, que juntas estão fazendo coisas – digamos, na política, no trabalho, no sindicato – e que

6 Estamos conscientes de que tangenciamos algumas áreas de estudo para as quais os objetos aqui observados são caros, em especial os estudos de movimentos sociais e os de sociologia/antropologia urbana. No entanto, manteremos uma posição a certa distância de suas literaturas próprias, a fim de nos concentrar em uma sociologia da crítica (BOLTANSKI, 2015; 2009) de matriz pragmática. Essa redução e a ênfase em uma abordagem situacionista (THOMAS, 1966, CICOUREL, 1964; JOSEPH, 1984) nos permitiram isolar de forma concentrada os elementos de nosso objeto e entender sua gramática transversalmente a seus vários usos.

precisam coordenar suas ações entre si, se dão conta de que algo está errado, de que elas não podem mais avançar, de que algo tem que mudar. (...) A pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio. Ela não guarda seus sentimentos para si. (...) Deve (...) expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta.

Um de nós (WERNECK, 2015, p. 194-195) descreve para esse fenômeno um protocolo, a forma-crítica, a partir de uma situação-tipo envolvendo dois actantes, A e B:

1) A, que está na mesma situação que B, se sente incomodado com o estado (grandeza) ocupado por B, o que prova que A possui uma capacidade moral, ou seja, uma faculdade para decidir o que acha certo e o que acha errado, o que é bom ou mau para ele; 2) A, que possui também capacidade crítica, “percebe não poder mais suportar esse estado de coisas” e se sente impelido a expressar sua insatisfação – poderia perfeitamente ficar quieto, mas, em vez disso, “não guarda seus sentimentos para si”; 3) A constrói uma afirmação – isto é, uma expressão linguageira com pretensão de verdade – segundo a qual tenta demonstrar o caráter problemático do estado do outro na situação, chamando a atenção para a falta de legitimidade do estado, apontando, assim, a responsabilidade do outro, e demandando dele uma prestação de contas, um *account* (SCOTT e LYMAN, 2008); 4) Como mostram Boltanski e Thévenot (1999: 360), essa tentativa de demonstração do caráter problemático não pode ser articulada de qualquer maneira; ela tem um protocolo, centrado em um componente inelutável da crítica, sua necessidade de provas: nessas situações, “as pessoas (...) envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa”.

Para esse protocolo ser cumprido, pudemos constatar em nossas pesquisas e no diálogo com outros trabalhos, a crítica depende de uma operação de reconhecimento mútuo de sua criticidade – isto é, de uma *mise-en-forme* que permita a todos os envolvidos operar em suas dife-

rentes *actâncias* (A e B precisam saber que a situação em que estão se define como uma crítica). As observações conjuntas de nosso material de campo nos permitiram traçar o esquema, a planta baixa dessa composição. Boltanski (1990), ao apresentar seu estudo sobre a denúncia pública, propõe um sistema actancial da denúncia que contribui para essa configuração. Ora, como veremos aqui e como mostraram Misse e Werneck (2012), a denúncia é um tipo de crítica, e, se no caso estudado por Boltanski ela é apresentada em um desenho voltado para o público, isso não a torna menos sintetizadora da forma-crítica – que pode ser operacionalizada entre quaisquer dois polos de disputa, pública ou não. Isto é, a pesquisa mostrou ser possível dizer que toda crítica, no fundamento, é uma situação constituída por, como propõe Boltanski (1990, p. 266-279) para a denúncia, quatro actantes: aquele que critica (denuncia, no quadro do autor), o *crítico* (denunciador, também no quadro dele); aquele em favor de quem ela é feita, a *vítima*; aquele em detrimento de quem ela se exerce, o *criticado* (*perseguidor*); e aquele diante de quem ela é operada, o *juiz*. Cada um é entendido como qualificado para assumir uma posição e desempenhar seu papel, e o sistema funcionará tanto melhor quanto maior “grandeza” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) cada um demonstrar em seu desempenho actancial. Fora de um plano público, geralmente o sistema se reduz a uma dicotomia, de modo que o denunciador, o crítico, é na maioria das vezes a própria vítima, isto é, a crítica ocorre em favor próprio – embora ela também possa ocorrer em favor de um terceiro. E, em uma dicotomia simples como essa, o juiz, o espectador moral que avaliará a questão e para quem a crítica é performada, é substituído por uma operação central para a vida social, a negociação (THUDEROZ, 2010), baseada no pressuposto descrito por Boltanski e Thévenot (1991) de “disposição para o acordo”.

Isso introduz, desde já, uma dimensão formal a ser considerada para se construir um discurso crítico e também seus tipos possíveis: uma crítica pode ocupar duas esferas de ambientação, podendo ser privada ou pública. De acordo com Cefaï (2002), uma arena pública – configuração de atores e/ou dispositivos (actantes) na qual um público se mobiliza/é mobilizado em torno de um problema público (GUSFIELD, 1981) – é

sempre passível de se formar a partir de uma crítica *publicizada*. De maneira que apontar para esse primeiro eixo é antes de tudo entender como se faz a transição entre críticas privadas, singulares, e aquelas com pretensão de generalidade, de reconhecimento como problema público (BOLTANSKI, 1990; CEFAÏ, 2002). Isso determina desde já a conexão com vários eixos a seguir descritos.

Dito isso, o que a observação atenta de nossos dois campos nos permitiu perceber é que uma crítica se desenha no mundo por meio de uma composição específica de dimensões formais de efetivação como crítica.<sup>7</sup> Em síntese, então, neste esforço de pensamento conjunto, pudemos constatar uma construção da crítica formalizada quanto a três tipos de dimensões:

Dimensões metamorais, aquelas que dizem respeito ao caráter abstrato e metafísico da crítica: além da já citada esfera de ambientação, há a necessidade de ruptura da rotina, a distância do grupo, as competências em jogo, os regimes de bem em questão e a complexidade moral.

Dimensões estéticas, aquelas que dizem respeito à forma de apresentação da crítica: forma de manifestação, substância material de exposição, grau de explicitação, radicalidade, agressividade e apresentação da utopia imaginada.

Dimensões lógicas, aquelas que dizem respeito ao caráter lógico-formal-cognitivo da crítica: grau de objetividade, inteligibilidade e tangibilidade das provas.

---

7 A efetivação a que nos referimos é aquela relativa à efetividade da colocação crítica, de ser possível apresentar um discurso crítico. Assim, não buscamos avaliar nem a eficiência das críticas nem o papel dessas dimensões nessa eficiência. Devido a seu caráter situado, não nos pareceu possível fazer uma análise desse tipo com o material disponível. Para uma discussão sobre essa eficácia crítica, ver Boltanski (1990) e Hirschman (1973; 1991).

## DIMENSÕES METAMORAIS

## RUPTURA DA ROTINA

Em seu artigo sobre a capacidade crítica, Boltanski e Thévenot (1999) descrevem a situação-padrão do fenômeno, nomeando-a *momento crítico*. Segundo eles, a expressão “faz referência ao mesmo tempo à atividade crítica das pessoas e ao caráter não usual do momento de crise” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999: 359). Fica explicitado um elemento-chave para a definição: a crítica consiste em um momento raro, não cotidiano, que rompe a rotina. Assim, todo ator que se propuser a fazer uma crítica estará diante da opção de promover uma ruptura no tempo e no espaço para expor sua insatisfação, definindo um momento crítico – e, com ele, todo um protocolo de justificação/comprovação (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) – ou não. Essa fenomenologia, porém, se mostrou empiricamente ainda mais complexa: em suas observações de campo, Werneck (2015; 2016) percebe, por meio do estudo da abordagem jocosa sobre as definições de situação, uma série de momentos em que a crítica pode ser operacionalizada sem que a rotina precise ser rompida plenamente, produzindo-se uma modulação da forma-crítica. Como propõe o autor,

A ideia de *modulação* diz respeito ao movimento de constante *ajuste* das ações situadas (...), variando intensidades de *investimento* conforme se coloquem os desafios gramaticais (...). Modular é inserir uma lógica de cuidado com as consequências (...), é dosar passos para produzir a efetivação sem que a conflitualidade traga ameaças à situação. No caso do investimento de energia moral, na forma da crítica, isso tem a ver com dar vazão à vontade de manifestar o desagrado e ao mesmo tempo medir as possibilidades de a interação (...) gerar problemas (WERNECK, 2016, p. 6).

Assim, a opção diante da qual o ator se vê ao não resistir a expressar sua insatisfação tem como polo oposto à ruptura a possibilidade de se fazer isso de forma modulada. Uma passeata de protesto é um momento de ruptura. E cada situação de crítica dos moradores contra a Light – como

a da faixa no início deste texto – segue muitas vezes o mesmo protocolo. Mas vários casos observados etnograficamente na favela e nas situações como as descritas em Werneck (2015), em que a crítica é mobilizada por meio de apresentações escamoteadas em “zoações”, discurso jocoso em que se usa a forma-crítica como estética de uma fala jocosa, permitiram observar modulações da crítica. Com efeito, quando, por exemplo, um amigo diz a outro, que chega atrasado, que ele “chegou cedo para amanhã”, ele faz uma crítica apresentada como brincadeira, que pode ser lida como se crítica não fosse, mas que consegue apresentar sua mensagem de insatisfação, configurando uma crítica modulada.

#### DISTÂNCIA DO GRUPO

Outro traço revelado pelas observações de campo é que a mobilização da crítica é marcada por uma distinção competente entre um *nós* e um *eles*: a crítica interna é distinta da crítica externa; ela é feita com ênfase no reconhecimento de grupo e em como o discurso crítico pode ser feito interna ou externamente a ele. Quando criticamos aqueles com quem fazemos algo juntos, mas nos incluímos na autocrítica, seguimos um caminho diferente daquele em que apontamos o erro de outros em uma esfera distinta da nossa. É a diferença demarcada pela expressão “lavar a roupa suja em casa” (HUTCHINSON, 1999): de dentro, discutimos nossas questões, por conflituoso que isso seja, com certa tendência à lealdade (HIRSCHMAN, 1973), a fim de ajustar a rota de nosso percurso comum, e não expomos nossas diferenças aos de fora, que poderiam ver nelas uma fraqueza, a ser explorada para se municiar e nos atacar criticamente. Isso cria uma ritualística – um protocolo – da interioridade da crítica que modula vários dos fatores que estariam liberados em sua versão externa. Por exemplo, evita-se a radicalidade (de que falaremos adiante), sob pena de que, caso ela seja levada a cabo, haja uma ruptura, tornando a crítica externa.<sup>8</sup>

---

8 A maior parte das situações que observamos foi de críticas externas. As situações etnográficas de crítica interna, no entanto, foram por demais marcadas por essa dicotomia e mostraram um forte diálogo com exemplos experimentados por outros pesquisadores (HOOKS, 1994; HUTCHINSON, 1999; 2004).

Assim, por exemplo, no Cantão, espaço público de uso comum e coletivo da favela Santa Marta e cujo formato é literalmente uma “arena pública”, moradores reúnem-se para debater a proposta de uma “tarifa social” formulada por lideranças locais e a ser apresentada no dia seguinte à Light, em uma visita de um pequeno grupo de emissários à empresa. Após expor a ideia, que consistia em estabelecer um valor fixo de fatura, igual para todos os moradores, a líder que orquestrava a assembleia pediu para quem estivesse de acordo levantasse o braço. A maioria dos presentes assim o fez. No entanto, uma moradora pede a palavra e diz não estar de acordo porque para ela não parece “justa” a divisão, uma vez que o uso indiscriminado da eletricidade por alguns moradores faria subir o valor da média de consumo pago por ela, não disposta a “pagar a conta dos outros”. Para ela, o justo era que cada um pagasse por seu consumo individualmente. Ela é vaiada pelos presentes e sua crítica, rechaçada. Mas o ponto que nos interessa aqui são os comentários laterais: em resumo, ainda bem que ela fez a crítica ali, na assembleia deles, e não no encontro do dia seguinte com a companhia. Seus argumentos foram considerados uma ameaça à unidade da ação coletiva em curso. Especialmente, segundo se dizia, por ela estar sintonizada com a visão da empresa fornecedora de energia. Assim, se uma crítica como essa for ser feita, que o seja internamente, “entre nós” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, p. 410). “Entre nós”, a autocrítica pode ser “mais sincera”, conter elementos que não seriam expostos caso houvesse essa ameaça de enfraquecimento da unidade provocada pelo olhar externo – o que seria considerado “fogo amigo” (HUTCHINSON, 1999).

## COMPETÊNCIAS E REGIMES DE BEM

A sociologia pragmática da crítica produziu, desde os anos 1980, uma densa massa de conhecimento e reflexão a respeito de sua categoria central.<sup>9</sup> Neste item, destacamos duas dimensões – bastante estabelecidas e, por isso, aqui apenas relembradas e enquadradas nesse panorama mais geral. Elas se tornam basais para a discussão sobre as dimensões da crítica.

---

9 Para uma síntese mais recente desse estado da arte, ver Boltanski (2009).

A primeira delas é o modelo de regimes de competência, que coloca sobre a mesa o parâmetro avaliativo dos atores para as situações. Como definem Boltanski e Thévenot (1991: 183), uma competência é “uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de pôr em ação o princípio (...) que a ela corresponde”. Esse tipo de enquadramento, notadamente a partir do trabalho de Boltanski com os regimes de ação (1990) e com o sofrimento (1993) e do de Thévenot com regimes de engajamento (2006), permite mapear duas competências privilegiadas nas críticas: a justiça e a piedade. O encaminhamento das questões em uma dessas duas gramáticas determina o encaminhamento das próprias críticas.

O outro ponto é o par de axiomas de bem privilegiado pelo modelo: de um lado, o axioma de bem comum que rege, para Boltanski e Thévenot (1991; 1999; THÉVENOT, 2006), os regimes de justiça; e, por outro, o axioma de ágape, que rege as práticas de piedade (BOLTANSKI, 1990; 1993). Werneck (2012, p. 300-313) demonstrou ser necessário ampliar o enquadramento para uma complexidade maior de regimes de bem, com diferentes percepções avaliativas dos atores sobre o direcionamento do bem: bem de si; bem do outro; bem comum; bem de todos.

Cada um desses dois pontos estabelece, como foi possível constatar na pesquisa, maneiras peculiares de se formalizar uma crítica. Em nossas observações de campo, eles se manifestaram de várias formas e puderam ser analisados em seu exercício dessa variação. Por conta dos limites deste texto, não exploraremos de forma mais delongada essas duas dimensões, uma vez que foram já imensamente descritas na literatura citada. O importante aqui é que sua alocação no ponto de partida de um quadro de dimensões de efetivação das críticas, isto é, a informação de que uma crítica estará na maioria das vezes dividida entre exigir justiça ou cobrar piedade diante do sofrimento, e sempre dividida entre diferentes direcionamentos do investimento do bem – isto é, o questionamento sobre o apontamento do bem para algum polo da situação, algum de seus envolvidos, e o caráter cabível – ou seja, dotado de sentido (WEBER, 1947) – desse direcionamento para os próprios envolvidos.

## COMPLEXIDADE MORAL

Como mostram ainda Boltanski e Thévenot (1991), quando pessoas se encontram envolvidas em uma situação de disputa, estão não apenas sujeitas a críticas, como ainda submetidas a um imperativo de justificação. Inspirados em um eixo de uma sociologia dos sentidos e motivos das ações sociais a partir de Weber (1947) e sua apreensão pragmática a partir de Wright Mills (1940), queremos expandir esse imperativo para um mais basal, de prestação de contas (SCOTT e LYMAN, 2008). Assim, quem faz uma crítica precisa apresentar *accounts* para sustentar seu argumento contra a outra pessoa; e quem a recebe precisa responder com um *account* adequado – que pode ser uma justificativa ou uma desculpa (SCOTT e LYMAN, 2008; WERNECK, 2012). Esse imperativo, entretanto, se depara com um limite: o fato de depender da disposição dos atores para contemplar uma pluralidade de quadros de referência morais usados para sustentar as ações/situações. Assim, a dimensão em jogo neste tópico é a amplitude da complexidade moral contemplável (WERNECK, 2012, p. 62-64; MISSE e WERNECK, 2012), isto é, o quanto a crítica se abre para contemplar a moral do outro lado. Com isso, pode-se classificar a crítica em um tipo acordável (quando se espera um *account* que confira sentido à ação criticada) ou em um tipo acusatorial (quando se busca um culpado, simplificando-se a complexidade moral do mundo em favor de uma única moralidade, idealizando-se uma necessária punição).

Assim, no caso da crítica acordável (*accountable*), estamos diante de situações em que os envolvidos potencialmente buscam encontrar uma solução contemplando os interesses das duas partes do conflito. Por exemplo, no caso da querela entre moradores e Light, representantes da empresa compareceram a uma edição do Programa Informativo da Associação, na Rádio Comunitária Santa Marta,<sup>10</sup> para

10 Trata-se de uma emissora informal, transmitida por rádio e internet, mantida por agentes comunitários, com conteúdo referente à favela e que podia ser captada em vários pontos de Botafogo – além de contar com um sistema de alto-falantes para comunicação do presidente e membros da Associação de Moradores de Santa Marta (AMSM) com os moradores. A rádio foi fechada em 2011, por ser considerada ilegal, e apenas as informações da AMSM continuaram a ser comunicadas pelos alto-falantes.

prestar esclarecimentos gerais ao vivo aos moradores sobre o modelo energético adotado na comunidade. Em determinado momento, uma ouvinte, por telefone:

– Primeiro, a Light chegou na comunidade falando que ia cobrar uma taxa única de R\$ 15. Depois, cobrou contas absurdas das pessoas. Eu quero ver se o governo vem para melhorar ou para piorar, porque aqui tem pessoas que não têm condições de pagar essas contas absurdas, que vêm de R\$ 500. Tem gente que paga até mais. Eu queria que vocês explicassem isso.

Diante da crítica, o representante da companhia recebe a palavra e, com ela, a oportunidade de se explicar:

– Qual é o seu endereço? Eu quero sair daqui e ver tudo isto que a senhora está falando e tomar providências. (...) Me falta algumas informações que a senhora não passou. (...) [N]os dois eventos [encontros públicos de esclarecimento feitos pela empresa na favela], nós tivemos a clareza para explicar que não é taxa única, mas um consumo escalonado. Esclarecemos isso para a comunidade. (...) E, neste íterim, neste meio tempo, a gente começou a fazer trabalho educativo nas casas: a gente fez reforma elétrica, a gente trocou lâmpadas, geladeiras e [fizemos] informativos para as pessoas para que se adaptassem gradativamente. Pode ocorrer algum erro? Estamos aqui para dirimir esta dúvida para com tranquilidade esclarecer.

Esse é um encaminhamento consideravelmente diferente daquele observado na maior parte das críticas apresentadas nas Jornadas de Junho. A forma de discurso de protestos é geralmente acusatorial, já que segue uma lógica de denúncia (BOLTANSKI, 1990): vai-se às ruas para dizer que os poderosos fizeram algo inadmissível e para monologar contra eles, não para lhes dar voz para se justificar.<sup>11</sup> Por exemplo, neste cartaz,

---

11 Uma manifestação pode buscar a voz do criticado – por exemplo, como quando se exige a presença de um representante dos patrões ou do governo em uma manifestação diante de um de seus prédios. Esse caso, no entanto, acaba tendo um duplo estatuto: de um lado, uma performance de exposição do oponente; de outro, uma crítica extra: ao fato de o interlocutor não querer dialogar.

que coincidentemente une nossos campos, e faz, nas ruas em 2013, uma acusação explícita a respeito dos preços da energia elétrica:



Belo Horizonte Foto: Raquel Freitas/G1

## DIMENSÕES ESTÉTICAS

### FORMA DE MANIFESTAÇÃO

Certa vez, o presidente da Associação de Moradores de Santa Marta (AMSM) apresentou à pesquisadora jocosamente sua interpretação do cenário da insatisfação dos moradores com o aumento progressivo nas contas de energia elétrica por meio de uma anedota: um cliente bebedor, insatisfeito com o bar em que consumia sua cachacinha, poderia atravessar a rua e ir beber no estabelecimento da esquina. Esse seria um recurso disponível a qualquer consumidor. No caso com a Light, no entanto, tudo seria mais complexo, posto não haver concorrência.

Esse esquema de senso comum nos serviu de ferramenta heurística, pois permitiu compreender, do ponto de vista dos atores, a negociação entre duas formas de manifestação crítica. Essa dicotomia nativa espelha os dois tipos de crítica propostos por Albert O. Hirschman (1973) em seu trabalho sobre formas de manifestação dos consumidores para explicitar sua insatisfação com a qualidade de produtos ou serviços ofertados: a

*crítica voice* (voz) consiste em reclamações, exposições, realizadas por pessoas geralmente implicadas em situações de monopólio e competição imperfeita, nas quais o crítico comunica ao lado criticado os motivos de sua insatisfação, em busca de uma melhoria da qualidade da produção do fornecedor; na crítica *exit* (*saída*), o crítico abandona a relação insatisfatória, buscando um fornecedor concorrente. Entretanto, como vimos na história do militante da favela, a saída plena é possível apenas quando houver uma situação cabível de concorrência.

Inicialmente, imaginar-se-ia estarem em jogo nesse modelamento apenas princípios econômicos. Como mostram vários autores (FEMIA, 2001; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009; WERNECK, 2015), no entanto, pode-se tratar com ele quaisquer relações que envolvam um lado de que se espere que faça algo por outro e um outro potencialmente insatisfeito com isso – como, por exemplo, a relação entre eleitores e partidos ou entre integrantes de um casal. A partir de uma emoção – a insatisfação –, a análise de Hirschman encara as possibilidades de ajuste ou rompimento da relação insatisfatória. Esse tipo de abordagem pressupõe a análise de comportamento de um ator social e as prestações de conta do outro. Ela, então, nos permite pensar as críticas de ambos os lados de uma disputa e seus encaminhamentos.

O campo de Loretto, assim, permitiu observar um exemplo-limite da crítica *exit*, o que potencializa observar como a procura de alternativas a partir do par insatisfação/crítica é muito mais dinâmica do que a dimensão formal permitiria enxergar: o “gato”, a prática de desvio de energia da rede ou de outro morador de modo a ela não ser contabilizada como consumo e não se pagar por ela, constitui-se como uma saída discreta e parcial. Ainda que seja apontada por aqueles que a praticam como algo informal ao mesmo tempo que considerada crime de furto de energia elétrica pelo Código Penal, essa prática social pode ser interpretada – e é lida pelos moradores – como uma saída para a situação de monopólio da concessionária.<sup>12</sup> Ela é, portanto, uma das formas de ruptura com o

---

12 Dois diferentes estatutos de saída são constituídos pelo gato. Em um momento, este mais atual descrito por Loretto, essa prática constitui-se como crítica *exit* em relação a um quadro de monopólio estabelecido pela Light posteriormente à implantação da UPP. Nesse cenário, alguns moradores optam pelo gato como alternativa à nova ordem

criticado: se o preço cobrado por um serviço essencial é caro, como reivindicaram os moradores, apresenta-se, por meio da mobilização de uma lógica de piedade para as populações desprovidas, uma desculpa para apropriação “indevida” (do ponto de vista legal) de um bem comum, em relação ao qual uma cobrança é criticada por ser ela também “indevida” (do ponto de vista dos moradores).

Vejamos, por outro lado, o caso dos manifestantes e seus cartazes. Por exemplo:



São Paulo Foto: Imagem de internet

---

de cobranças e preços oriunda do processo de regularização. Em outro momento, anterior, poucos moradores contavam com instalações oficiais de energia – e, portanto, poucos pagavam pelo consumo. O gato era, então, uma prática social generalizada, comum nas favelas, representando um não engajamento em uma relação formal com o sistema de infraestrutura urbana legitimado. Funcionava como uma espécie de *exit* prévio, uma *no entrance*: os moradores optavam, dessa maneira, por uma alternativa à pior prestação de serviço possível por parte da empresa, a omissão na prestação: como a rede estava ali, mas a empresa, não (embora se soubesse que seria dela a responsabilidade pela oferta do serviço e o direito de cobrar por ele), o gato representa um não engajamento em uma relação, mas, ao mesmo tempo, uma crítica, já que mostra uma insatisfação com a maneira como o mundo – no caso, a relação com o consumo de energia elétrica – está apresentado: antes de iniciado o processo de eletrificação das favelas, grupos de moradores chamados “comissões de luz” eram responsáveis pela distribuição do serviço aos outros. Nesse momento, as tarifas de energia eram superiores às das áreas formais. Isso era feito com autorização da Light, que em 1979 é pressionada por lideranças das favelas e alguns políticos a regularizar os serviços nesses locais (GONÇALVES, 2013).

Nesse caso, o manifestante usa a crítica voz para ameaçar o criticado de que “sua hora está chegando”. A frase, em inglês, é o título do primeiro episódio de *Game of Thrones*, seriado de fantasia medieval lançado em 2011 e um dos maiores sucessos da TV mundial na atualidade, e se tornou uma espécie de bordão para se referir ao programa, anunciando um período de grande ameaça que se avizinha na história. A ideia é que o conflito se aproxima, e já se desenhava naquele momento a promessa de um *impeachment* – como o que viria a ocorrer com a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Ou seja, a ameaça apresentada pela voz é de *exit*, de saída. De fato, é um procedimento recorrente em manifestações a ameaça de rompimento de alguma ordem.

### SUBSTÂNCIA MATERIAL DE EXPOSIÇÃO<sup>13</sup>

Muito embora tenhamos trabalhado em nossa construção conceitual com a simetria de múltiplas substâncias materiais da crítica, nossas observações desse mesmo *corpus* demonstraram que os atores operam distintamente com a semiótica dessa materialidade. Assim, conforme a crítica seja construída por via oral, escrita, imagética ou actancial, determinam-se diferentes encaminhamentos. Exemplos dos três primeiros tipos estão espalhados por todo o artigo, assim como de exposições mistas (por exemplo, de cartazes usando texto e imagem). Uma distinção semiótica, no entanto, é necessária: trata-se aqui de caracterizar a forma privilegiada da crítica em si. Recursos orais, escritos, imagéticos e actanciais podem ser usados “na” crítica, sem “ser” a crítica: eles aparecem como provas, como dispositivos de sua efetivação, sem com isso constituir a crítica de base. Por exemplo, no já apresentado cartaz que afirma que o “preço da luz é um roubo”, a lâmpada desenhada é um elemento adjunto, de intensificação, mas não “a” crítica – que é apresentada completa em texto escrito. O desenho está ali para construir um ambiente semiótico para potencializar o expressado na frase. Vejamos dois casos, extraídos de camisetas muito usadas em manifestações recentes – e que, nelas, faziam as vezes de cartazes. No primeiro, texto e imagem se complementam na

13 Agradecemos ao estudante Igor Perrut, aluno e bolsista orientado por um de nós, na UFRJ, sua observação que conduziu à construção desse tópico.

construção do signo usado para a crítica – no caso, a afirmação de que Michel Temer, figura retratada na foto estilizada, assumiu a presidência de forma ilegítima. No segundo, apenas uma imagem dá conta de toda a mensagem negativa sobre o alvo:



No caso da forma de exposição actancial, os exemplos puderam ser encontrados em poucos cartazes,<sup>14</sup> mas estiveram presentes nas manifestações de nossos dois campos: estamos falando de críticas expressadas por meio de *performances* actanciais. Quando, por exemplo, um manifestante quebra uma placa ou mesmo quando um morador faz um gato, trata-se de agir, uma ação que manifesta e expressa o conteúdo crítico. A crítica, aqui, é apresentada por uma *performance* que metaforiza ou simplesmente atua agressivamente sobre o objeto criticado, declarando sua negatividade, sua necessidade de mudança etc.

## EXPLICITAÇÃO

Tornou-se evidente, notadamente nas trocas de críticas entre moradores e concessionária de energia e nas observações de “zoações”, que a crítica poderia ser apresentada de forma insinuada – subjacente a uma afirmativa ambígua em relação ao caráter do criticado, uma forma subentendida, na qual este, na falta de provas concretas por parte do

14 Para detalhes sobre manifestações actanciais, ver Werneck (2018) e Hart e Bos (2008) e King (2016).

crítico, pode ou não “vestir a carapuça”. Nessas circunstâncias, diante de insinuações, o criticado pode ou não se sentir impelido a apresentar *accounts*. Essa forma diferencia-se claramente de uma versão mais explícita, na qual se aponta sem subterfúgios o que foi feito e quem fez o quê. De modo que é preciso levar em conta o grau de explicitação de uma crítica em sua efetivação.

Assim, no caso da querela sobre energia, uma das mudanças introduzidas pela concessionária após a implantação das UPPs foi um sistema de medição eletrônica, que, segundo ela, seria mais eficiente e reduziria a possibilidade de furtos de energia. As supostas fraudes no sistema, contudo, continuaram mesmo depois dessa implementação. Em consequência disso, a acusação de que seus clientes voltaram a desviar energia em alguns momentos é velada, em outros, explicitada. Em um polo, então, a Light não acusa claramente o cliente de incompetência ou de faltar com a verdade sobre o dispêndio de energia. Ela, em vez disso, o insinua, como ao usar, por exemplo, a expressão “vizinho esperto” para sugerir a feitura do gato entre moradores, ou nesta fala do gestor comunitário da empresa em uma reunião pública em junho de 2011:

– Temos que verificar caso a caso para saber o que está acontecendo. A nossa equipe técnica vai até a casa do morador para saber se ele está fazendo um bom uso dos aparelhos domésticos.

Do mesmo modo, a empresa não formaliza a acusação pelas irregularidades, nem reprime aqueles que fazem ligações clandestinas. A insinuação mais recorrente da companhia sobre a causa do aumento das tarifas de energia elétrica diz respeito às ligações clandestinas que teriam voltado a ocorrer. Nesse sentido, argumenta ter sido por conta dos gatos e não do medidor eletrônico ou do reajuste da tarifa permitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a elevação do preço repassado aos clientes. Nesse sentido, o vizinho passa a ser objeto de uma acusação explicitada de que rouba energia do outro cliente:

– Pode ser também que algum vizinho possa estar desviando energia da sua casa, e isso acaba por aumentar sua conta. Se o morador diz que mesmo com toda economia, mesmo fazendo de tudo para economizar, a conta dele ainda assim está vindo nas alturas, temos que ver o que está acontecendo. A partir do nosso sistema de telemedição, já é possível localizar os furtos de energia.

Por sua vez, os moradores questionaram a confiabilidade do medidor digital, sugerindo a correlação entre um binômio causa e efeito que não pode ser esclarecido facilmente:

– Depois que a Light trocou os medidores e colocou esse chip na favela, agora recebo contas de R\$ 400, R\$ 500. E se não pagar, eles cortam a luz (morador da Santa Marta, 2011).

Na visão desse morador, a empresa não está preocupada com a falta de condição financeira de seus clientes, como teria alegado ao chegar à favela, quando buscou formalizar a relação com os consumidores moradores das comunidades, mas visa apenas ao lucro, o que os faria até mesmo agir de forma escusa, manipulando as medições. Apesar da desconfiança em relação à instalação dos medidores eletrônicos, os moradores, contudo, não contam com competência técnica ou auxílio de especialistas para comprovar o que dizem a respeito do dispositivo tecnológico, dispondo apenas da insinuação como recurso.

Segundo Boltanski e Thévenot (1991, p. 411),

Quando, no decurso de uma disputa, uma parte acusa a outra de fazer insinuações, atribuindo assim a essa operação um valor negativo (o que, evidentemente, não abrange todos os casos de subentendidos), ela tem como objetivo revelar intenções ocultas. O adversário é acusado de promover, no recôndito de seu peito, aproximações inaceitáveis que traem, a sua revelia – ou, pior, intencionalmente –, a multiplicidade de sentidos das declarações apresentadas. Forma de dissimulação, o subentendido, quando apontado a respeito de uma figura polê-

mica, não pode, por definição, ser apresentado como tal pelo emissor. E para levá-lo a desempenhar um papel no processo de comprovação, é, portanto, necessária uma interpretação, cuja validade pode, por sua vez, ser contestada. Assim, apontar uma insinuação pertence ao quadro dos desvelamentos. A acusação, amparando-se em um enunciado julgado ambíguo por meio da alegação da presença de algo implícito, lança para o outro lado, para o oponente, o desafio de tornar explícitas suas intenções. E a acusação de insinuação pressupõe, com efeito, que a ambiguidade não pode ser suspensa, pois o esclarecimento exigiria a referência explícita a formas de equivalência injustificáveis. Nesse processo, a demanda de esclarecimentos pode ser sustentada. A pessoa desafiada reconhece de fato haver um subentendido, mas se defende, alegando seu desejo de não radicalizar a disputa.

Assim, uma crítica terá desenrolares bastante distintos conforme seja mais ou menos explícita. Por exemplo, uma crítica insinuada instaurará um protocolo de dubiedade que exigirá seguir uma operação de desvelamento de intenções ocultas, o que significa que toda crítica feita assim é, no fundo, dupla, já que atribui ao outro duas operações negativas, aquela do conteúdo da crítica e, além disso, a da prática de escamoteamento, de ocultação.

Por sua vez, na versão mais tradicional, a crítica explícita, instala-se um caminho concentrado justamente na efetivação dos elementos explicitados – eles terão que ser comprovados e legitimados, conforme a crítica evolua, sem depender de uma operação de revelação de uma ocultação subjacente. Como exemplo, mais um cartaz, absolutamente explícito em relação ao problema (a falta de saúde e educação) e seus culpados (os promotores dos megaeventos de futebol que disputam recursos com aqueles bens sociais):



Rio de Janeiro Foto: Renato Bacon

## RADICALIDADE

A crítica carrega ainda um caráter interacional importante: como trata do que de errado se considera que os outros fazem, ela se torna ao mesmo tempo um discurso sobre uma ação situada e sobre uma identidade que a pratica (BECKER, 2008; WERNECK, 2014b). Assim, outra dimensão componente da efetivação da crítica diz respeito a sua radicalidade. Trata-se de uma escala entre o apontamento de uma ação considerada negativa em pequena extensão, não chegando a qualificar uma condição de irrecuperabilidade da situação, e outro ponto em que se considera não ser mais solução possível colocar o mundo nos eixos novamente. Nesse tipo de escala, a modalidade mais radical ao mesmo tempo tratará a pessoa criticada como má, criminosa, desviante etc., o que afirmará ainda uma radical recusa da recuperação moral do outro. A crítica mais branda atua sobre ações possivelmente desculpáveis; a mais radical, sobre ações provavelmente imperdoáveis. Assim, o discurso crítico pode variar em uma escala que vai de uma versão branda a expressões mais radicais.

Por um lado, como vimos, um morador de favela pode insinuar que a concessionária de energia elétrica que a ele presta serviço não se importe com a falta de meios de grande parte dos habitantes daquele local para

quitar dívidas e/ou que não consiga produzir um sistema de medição eficiente – uma crítica a sua insensibilidade e/ou a sua competência; por outro, o cliente pode ainda afirmar a intenção da Light de expulsá-los da favela – uma crítica a suas intenções e à correção de sua postura moral, fundamental ela mesma. Em outra frente, boa parte dos cartazes jocosos das manifestações pôde ser classificada em uma categoria chamada por Werneck (2018) de niilismo. Nela, as mensagens giravam em torno da ideia de que não há esperança na política (invariavelmente ineficiente ou corrupta), o país chegou a um ponto de impossibilidade radical e a única solução possível seria recomeçar tudo, “do zero”. Assim, vimos imagens *radicais* como esta, que dispensa explicações:



Rio de Janeiro Foto: Imagem de internet

## AGRESSIVIDADE

A situação de crítica é de potencial conflito. Afinal, o que está em jogo nela é uma (muitas vezes forte) diferença de posições (MISSE e WERNECK, 2012). O investimento de energia nessa diferença direciona a estética de uma crítica para a medição dos elementos de *performance* a serem usados para tratar o criticado e convencer o juiz (BOLTANSKI, 1990) de que a situação da vítima deve mudar. E entre os elementos ac-tanciais possíveis está certamente o recurso à imposição (WERNECK,

2012, p. 312), seja ela em um plano mais abstrato – digamos, por meio de ameaças simbólicas –, seja no plano bastante concreto de possibilidade do uso da força física. O que nos interessa destacar aqui é, então, a dimensão de *performance* dessa possibilidade, de que modo ela se torna um dispositivo de condução da crítica. Trata-se, assim, de se levar a sério a exposição de elementos estéticos indicativos de agressividade – pensada aqui como qualquer recurso que possa ser entendido como índice de um movimento impositivo por força desproporcional – para apresentar a crítica. Ela, dessa maneira, se mostra agressiva quando se expressa energeticamente – por exemplo, com gritos, demonstrações de poder físico e outras formas que passem a mensagem de ameaça (seja ela calma ou agitada). Por exemplo, um morador da Santa Marta, em uma manifestação pública, fala ao microfone:

– O que a Light prefere, cobrar uma tarifa social, cobrar uma conta justa, ou a volta do fuzil?

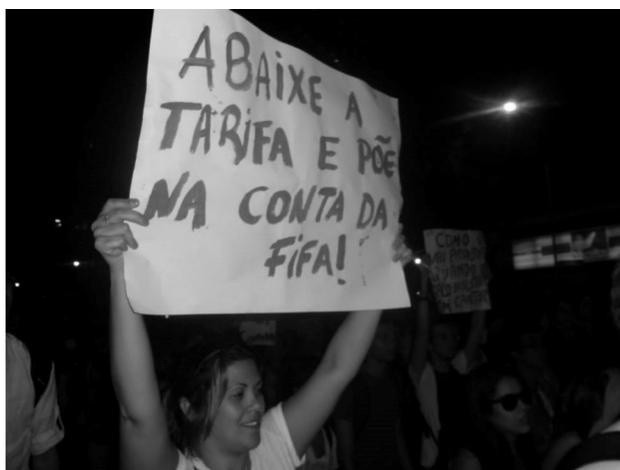
Em outros exemplos, os jovens em uma manifestação nas Jornadas de Junho no Rio de Janeiro não têm papas na língua. Desempenham suas manifestações agressivamente, mostrando a seus oponentes que sua posição é enérgica. Em um caso, desqualifica-se o objeto; no outro, o interlocutor (no caso, o colunista de jornal e TV Arnaldo Jabor – no anúncio, chamado de “Jabour” –, que criticou as manifestações):



Rio de Janeiro Fotos: Renato Bacon

## APRESENTAÇÃO DA UTOPIA IMAGINADA

Uma crítica está sempre ligada a uma comparação entre como o mundo é (problemático) e como ele deveria ser. A construção de uma utopia alternativa e realizável (BOLTANSKI, 1990, p. 150-151), entretanto, nem sempre é mobilizada pelos críticos, isto é, nem sempre uma crítica resulta propositiva, apresentando uma alternativa. Ela, então, poderá ser puramente negativa, recusando o quadro indesejado pela mera afirmação de sua negatividade. Um caso:



Rio de Janeiro Foto: Renato Bacon

Nele, ainda que de maneira imprecisa, a autora sugere que em vez da realidade atual, na qual as tarifas de transporte foram majoradas em R\$ 0,20, esse valor seja subsidiado pelo montante de dinheiro público gasto com a Copa do Mundo, deixando as despesas da competição nas mãos da entidade promotora. Ela, então, não se limita a dizer que o aumento é ruim, propõe uma alternativa para ele.

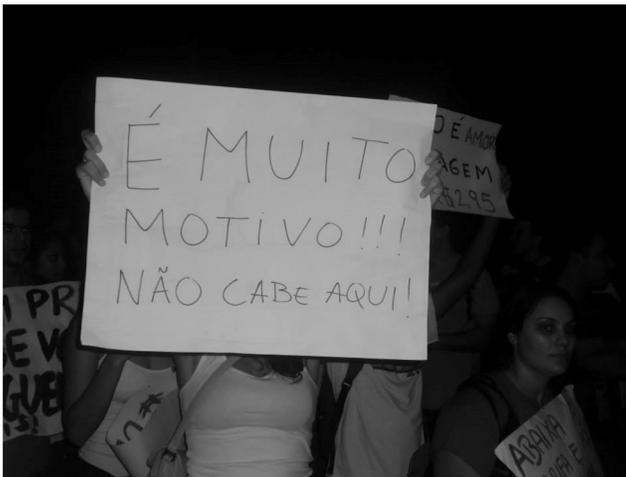
Na mesma linha de uma crítica a preços, vários discursos feitos nas manifestações dos moradores da favela Santa Marta são demonstrações paradigmáticas de crítica negativa:

- Faz cinco anos, e as pessoas continuam pagando preços abusivos. Agora chegou ao limite (liderança comunitária).
- Lá em casa moram três pessoas, dividimos um apartamento, e a gente paga menos de R\$ 100 por mês; menos do que R\$ 100! Esse é o preço da luz na rua. O preço da luz não é o que vocês estão recebendo na casa de vocês. Eu não preciso falar isso para vocês, porque os valores são absurdos (morador da área regular (o chamado “asfalto”) de Botafogo, mesmo bairro em que fica a Santa Marta).

## DIMENSÕES LÓGICAS

### OBJETIVIDADE

Outra característica de uma crítica é o grau de detalhamento com que o problema é apresentado. É tão comum que ele seja mostrado de forma vaga – por exemplo, mobilizando-se a ideia de ser “contra tudo isso que está aí” – quanto por meio da definição precisa e objetiva dos elementos criticados. Assim, uma coisa é fazer uma crítica como:



Rio de Janeiro Foto: Renato Bacon

Outra, bastante diferente, é a fala de um morador da favela Santa Marta comparando sua conta com a de um vizinho do asfalto, que paga mensalmente entre R\$50 e R\$ 60, e R\$ 5 de taxa de iluminação pública:

– O morador [da favela] está pagando mais caro do que quem mora em Botafogo pela eletricidade. Tem contas aqui de R\$ 300, R\$ 400, R\$ 500. A nossa Taxa de Iluminação [Pública] é a mais cara. Essa conta aqui [e a mostra] de R\$ 279 e uns quebrados do mês de fevereiro... Aqui, R\$ 20 só de iluminação pública. Não sabemos por quê. Tem muito poste apagado durante a noite.

No primeiro caso, vemos um típico cartaz niilista, no qual se faz uma crítica tão genérica que se torna vaga. Isso não significa que seja uma opção ineficiente; a vagueza desempenha um papel estratégico ao justamente driblar a mecânica de comprovação de momentos específicos<sup>15</sup> e, ao mesmo tempo, conferir legitimidade ao extremismo por vezes desejado em determinadas críticas. No outro caso, apresentam-se com precisão os elementos da forma-crítica: vemos nitidamente a vítima/crítico (o morador) e o criticado (a Light, embora implícita nessa fala, mas apresentada na situação, já que a fala é feita diante de um *trailer* de atendimento da companhia, instalado na praça de entrada da favela); vemos a perseguição, isto é, o problema apontado (uma escandalosa diferença de valores entre moradores com níveis de consumo semelhantes); vemos os elementos de prova (os valores de sua conta, apresentados diante dos valores das do outro, mostrando a enorme diferença; a diferença de valor da Taxa de Iluminação Pública, apesar de ela ser apontada como ineficiente na favela).

## INTELIGIBILIDADE

Uma das frentes de pesquisa operadas a partir dos cartazes consistiu em grupos focais para discutir o uso do humor na manifestação política.

15 Como mostra um de nós (WERNECK, 2018), essa é uma característica fundamental da crítica jocosa: nela, sai-se do círculo de racionalidade característico da justificação.

Os detalhes específicos desse estudo são analisados em outro momento (WERNECK, 2016). O relevante dessa análise para este trabalho é que ela permitiu acessar a dimensão de necessidade de compreensão dos elementos da crítica entre os envolvidos para que ela seja possível. Isso quer dizer que seus componentes expressivos devem ser inteligíveis para esses envolvidos. Isso se torna bastante explícito no caso do uso de humor nas manifestações (HART e BOS, 2008; BECKMAN, 2014). Afinal, é preciso que uma crítica seja compreendida. E isso não apenas do ponto de vista cognitivo, mas ainda de forma contextual e moral (WERNECK, 2016). Assim, por exemplo, vejamos o seguinte cartaz:



São Paulo Fonte: Reprodução de internet

Ele pode soar incompreensível para alguém que, por exemplo, desconheça o governador de São Paulo no momento das Jornadas de Junho, Geraldo Alckmin, um dos “vilões” da questão das tarifas de transporte público e da repressão policial às manifestações – desconhecimento mais improvável. Igualmente pode ser de compreensão dificultada para alguém que, por exemplo, não fale inglês, não sabendo, portanto, que ali se sugere a morte do político. O elemento possivelmente de mais difícil

tradução é, porém, o programa de TV cujo título serve ao trocadilho, *The Walking Dead* (literalmente, *Os mortos que andam*), seriado americano (lançado em outubro de 2010) de enorme sucesso mundialmente, e cuja trama envolve um futuro pós-apocalíptico no qual o mundo é assolado por zumbis – sugerindo uma imagem distópica e a associando à figura do político. De participação prioritariamente jovem (SARAIVA, 2014; TAVARES DOS SANTOS e NICHE TEIXEIRA, 2014), as manifestações estiveram lotadas de elementos de seriados, videogames e *memes* de internet que habitam o universo dessa geração. E o entendimento da metáfora certamente é determinante para se perceber a crítica como tal.<sup>16</sup> A questão da inteligibilidade, no entanto, vai além disso: ela diz respeito ainda a valores, dados, elementos de prova, a tudo que permita saber a respeito daquilo de que a crítica esteja falando, como e em que bases morais – que precisam também ser tornadas cabíveis para o outro lado. Assim, uma crítica pode ter uma efetivação consistentemente diferente conforme seja mais compreensível – com uma mensagem clara, de signos mais universalizados – ou mais incompreensível.

#### TANGIBILIDADE DA PROVA

Como as situações normais de crítica são regidas por um imperativo de prova por parte daqueles que a formulam (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, Chateauraynaud, 2004), isso acaba por determinar diferentes formas de comportamento crítico: é possível perceber diferentes graus de formalização da prova, a partir do rigor das exigências de comprovação. A prova é a justificação da crítica, e toda crítica justificada depende de uma prova. Nesse caso, no entanto, teríamos não simplesmente dois pontos discretos, mas uma escala contínua. Chateauraynaud (2004) demonstra como a tangibilidade de uma evidência é gradual, isto é, como podemos variar de evidências e/ou justificações mais “soltas”, fluidas ou informais, atribuídas de maneira geral às percepções de senso comum,

---

16 Pode-se produzir uma crítica propositalmente incompreensível para o outro lado. Mas isso será uma técnica que funciona como crítica ela mesma, a de desatualização, afastamento, elitismo etc. Esse, entretanto, é um caso um pouco mais raro, dependente de uma reflexividade e um estrategismo nem sempre presentes.

até um estado mais sólido, mais formal – uma “prova tangível”, que seria possível por meio de métodos definidos que garantam seu baixo grau de subjetividade e, conseqüentemente, sua legitimidade comprobatória, sua justeza (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), como os científicos e jurídicos, por exemplo. Assim, se a crítica acusatorial for também explícita, as exigências – e, em consequência disso, as chances – de formalização da prova, ou seja, de que ela seja altamente tangível (ou que dela se demande isso), aumentam, como no caso dos processos judiciais, nos quais às partes é colocado um imperativo de prova. Por outro lado, se a crítica, por exemplo, tiver tom de insinuação ou for jocosa, é possível que a exigência de comprovação (*épreuve*) seja bem menor ou que ela nem sequer seja demandada.

Por exemplo, em uma manhã de fevereiro de 2016, uma equipe de pesquisadores foi ao Morro Chapéu Mangueira, no Leme, bairro vizinho a Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Adeliana, moradora antiga, personalidade na favela, esposa de um ex-presidente de associação de moradores, relatou diante dos acadêmicos que sua conta de energia veio em torno de R\$ 900 no mês anterior. Embora fosse um período de altas temperaturas, ela afirmou não ter feito uso constante do ar-condicionado: mora no alto da colina e em frente ao mar, um local fresco. No verão, bastaria abrir as janelas, segundo ela. A moradora relatou ter questionado à Light o valor da conta, apontando para a irregularidade na cobrança. Contou também ter recebido a visita de um técnico da empresa, acompanhado pelo gestor comunitário da mesma, e que após o primeiro conferir a qualidade das instalações, a medição de consumo no momento da inspeção e a média de consumo mensal por intermédio de contas de energia anteriores, acabou por atestar que o preço cobrado de fato não condizia com seus usos de aparelhos eletrodomésticos.

O desenrolar da situação é um tanto inusitado (LORETTI, 2016): Adeliana contou que, em seguida, diante da questão, o representante da empresa a chamou em um canto e a aconselhou a fazer uma ligação clandestina – já que de tão inexplicável, o problema não teria solução. O que é de interesse aqui é que a moradora havia feito ir a sua casa um técnico, a fim de produzir provas tangíveis de sua crítica aos valores co-

brados pela empresa. Ela mobiliza, assim, elementos altamente tangíveis – medições do dispositivo oficial, um histórico de consumo, mesmo a lógica de seu argumento de falta de sentido no uso do ar-condicionado em um ambiente fresco – e não simplesmente elementos informais como afirmações não comprováveis do tipo “Minha conta não faz sentido” ou “Todo mundo sabe” que a Light frauda a cobrança.

Por outro lado, a manifestação política, na forma sintética do cartaz, costuma mostrar baixíssima tangibilidade. Acusatorial, monologa por palavras de ordem sem se impor a necessidade de provar o que diz, pelo menos nos limites do protesto das ruas. Por exemplo:



Belo Horizonte Foto: Raquel Freitas/G1

O termo “roubalheira” é genérico e inespecífico o suficiente e, nesse caso, sequer aponta o praticante. Notícias de jornal poderiam ser provas mais tangíveis para a afirmação, mas a forma de crítica assim desenhada não permite – muitas vezes estrategicamente – lançar mão desse recurso: não há, não pode haver, qualquer evidência anexada à crítica apresentada.

## CONCLUSÃO: A CRÍTICA COMO MATRIZ DIMENSIONAL

A observação de situações de mobilização da crítica na simetrização de nossas pesquisas de campo permitiu um olhar abrangente sobre o funcionamento desse fenômeno. Notadamente, ofereceu a possibilidade

de, no corte transversal entre as pesquisas, explicitar várias dimensões formais determinantes para a definição de situação (THOMAS, 1966 [1923]) em que a crítica se insere e que a crítica é. Ela, então, consiste em uma situação típica (manifestação de questionamento) na qual se apresenta uma imagem a respeito de outra situação (criticada), imagem essa distinta da maneira como a situação criticada foi definida pelos atores que a estabeleceram e concorrente com aquela. São três definições de situação em jogo, uma delas metalinguística: nela, os atores não estão satisfeitos com a maneira como a situação em que se encontram está definida e querem que ela se defina de outra maneira, isto é, que ela tenha outras consequências (PEIRCE, 1977 [1893]). Para que isso seja possível, apresentam, por meio de e conforme uma forma-formal própria, as características do enquadramento em questão, seus elementos problemáticos e, talvez, alguma perspectiva de definição alternativa.

A crítica se insere no mundo, observamos, por meio de uma matriz dimensional formal, isto é, um conjunto de dimensões coordenadas, definindo um quadro de variáveis necessárias para sua efetivação como dispositivo. A operacionalização da capacidade crítica, vimos também aqui, obedece não apenas ao imperativo de prestação de contas, mas também a um imperativo de definição de coordenadas dimensionais formais – isto é, de se definir compondo uma série ordenada. É como um produto cartesiano, em que se definem valores em opções disponíveis para cada elemento de um conjunto de variáveis, relevantes para o encaminhamento de uma crítica, gerando-se, ao final, uma matriz que, empiricamente pudemos observar, apresenta 15 eixos. Isto é, a crítica envolve uma gama bastante complexa de fatores.

Essas várias dimensões, então, impõem-se à forma-crítica como uma competência metalinguística, como uma exigência formal para sua definição. Uma crítica, ainda segundo a metáfora matemática, corresponderá a um gráfico, composto pela interligação dos pontos produzidos pelos encontros desses vários eixos. Ela funciona como uma combinação de fechadura que, ao ser composta ponto a ponto, monta um código capaz de

“abrir” a situação crítica.<sup>17</sup> Assim, fazer uma crítica se torna um processo de *compreensão*, de investigação (*inquiry*) dos atores, a fim de definir duas situações, uma primeira, *indeterminada*, que se torna *problemática* (DEWEY, 1938), e uma outra, virtual, imaginada como alternativa para aquela. Os atores, ao mobilizarem sua capacidade crítica, não precisam operar reflexivamente essa compreensão, resultante de uma *inquiry*, mas eles deverão demonstrar competência em fazê-lo, mostrando compreender as opções mais convenientes (THÉVENOT, 1990), mais competentes (BOLTANSKI, 1990), *efetivas* (WERNECK, 2012) para a situação e para seu contexto moral.

A ideia de uma matriz permite ainda enxergar a dimensão mais abstrata da crítica e vislumbrar sua operacionalidade em instaurações empíricas as mais variáveis. O caráter discursivo da crítica permite pensar em um estudo desses discursos e compreender na riqueza da composição complexa de pequenas unidades lógicas e de significação a maneira como os atores sociais se relacionam por meio da mobilização de suas capacidades moral e crítica (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; 1999) e de sua capacidade de vislumbrar utopias realizadas (BOLTANSKI, 1990) para orientar seus movimentos em uma vida social marcada pelas avaliações mútuas de suas posições nas situações em que se inserem.

O quadro a seguir sintetiza tipologicamente as dimensões formais de definição da crítica:

---

17 O número de combinações entre essas dimensões é muito grande: 131.072 possibilidades. Evidentemente, não foi possível testar todas as alternativas de matriz e nem faria sentido. De fato, várias dessas combinações sequer ocorrerão na vida prática – por exemplo, é enormemente difícil imaginar uma crítica branda e agressiva. A apuração desses casos, então, e seus possíveis desenrolares analíticos é matéria para uma nova agenda de pesquisa, aberta a partir deste primeiro trabalho conjunto.

<b>MATRIZ DE DIMENSÕES FORMAIS DA CRÍTICA</b>		
	<b>QUANTO A</b>	<b>TIPOS</b>
<b>DIMENSÕES METAMORAIS</b>	NECESSIDADE DE RUPTURA DA ROTINA	A) COM MOMENTO CRÍTICO B) MODULADA
	ESFERA DE AMBIENTAÇÃO	A) PRIVADA B) PÚBLICA
	DISTÂNCIA DO GRUPO	A) INTERNA B) EXTERNA
	COMPETÊNCIA PROBLEMATIZADA	A) JUSTIÇA B) PIEDADE
	REGIME DE BEM MOBILIZADO	A) BEM DE SI B) BEM DO OUTRO C) BEM COMUM D) BEM DE TODOS
	AMPLITUDE DA COMPLEXIDADE MORAL CONTEMPLÁVEL	A) ACORDÁVEL (ACCOUNTABLE) B) ACUSATORIAL
<b>DIMENSÕES ESTÉTICAS</b>	FORMA DE MANIFESTAÇÃO	A) VOICE B) EXIT
	SUBSTÂNCIA MATERIAL DE EXPOSIÇÃO	A) ORAL B) ESCRITA C) IMAGÉTICA D) ACTANCIAL
	GRAU DE EXPLICITAÇÃO	A) EXPLÍCITA B) INSINUAÇÃO
	GRAU DE RADICALIDADE	A) BRANDA B) RADICAL
	GRAU DE AGRESSIVIDADE	A) AGRESSIVA B) PACÍFICA
	APRESENTAÇÃO DA UTOPIA IMAGINADA	A) PROPOSITIVA B) NEGATIVA
<b>DIMENSÕES LÓGICAS</b>	GRAU DE OBJETIVIDADE	A) VAGA/GENÉRICA B) DIRETA/OBJETIVA
	INTELIGIBILIDADE	A) COMPREENSÍVEL B) INCOMPREENSÍVEL
	GRAU DE TANGIBILIDADE DA PROVA	A) TANGÍVEL (FORMAL) B) INTANGÍVEL (INFORMAL)

## REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008[1963].
- BECKMAN, J. *American fun: four centuries of joyous revolt*. New York, Pantheon, 2014.
- BOLTANSKI, L. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, F. e VÉRAN, J-F. (Orgs.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015[1990], p. 129-154.
- BOLTANSKI, L. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard, 2009.
- BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, média et politique*. Paris, Métailié, 1993.
- BOLTANSKI, L. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris, Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009[1999].
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. In: *European Journal of Social Theory*, 2/3, 1999, p. 359-377.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.
- CATTANI, D. A. (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre, Tomo, 2014.
- CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D. e JOSEPH, I. (Orgs.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, L'Aube, 2002. p. 51-81.
- CHATEAURAYNAUD, F. L'épreuve du tangible: expériences de l'enquête et surgissements de la preuve. In: *Raisons Pratiques*, 15, 2004, p. 167-194.
- CHATEAURAYNAUD, F. *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris, Pétra, 1991.
- CICOUREL, A. V. *Method and measurement in sociology*. New York: The Free Press, 1964.
- DEWEY, J. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.
- SILVA, V. F. da. O que dizem as avaliações de impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)? *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, 85, 2018, p. 56-76.

FEMIA, J. B. *Against the masses: varieties of anti-democratic thought since the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GUSFIELD, J. R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HART, M. t<sup>o</sup>; BOS, D. *Humour and social protest*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HIRSCHMAN, A. *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

HIRSCHMAN, A. *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

HOOKS, B. Censorship from left to right. In: *Outlaw culture: resisting representations*. London: Routledge, 1994, p. 63-72.

HUTCHINSON, D. L. Critical race histories: in and out. In: *American University Law Review*, 53/6, 2004. p. 1187-1215.

HUTCHINSON, D. L. Beyond the rhetoric of “dirty laundry”: examining the value of internal criticism within progressive social movements and oppressed communities. In: *University of Florida Scholarship Repository*, 1999. Disponível em: <http://scholarship.law.ufl.edu/facultypub/389>.

JOSEPH, I. *Le passant considérable*. Paris: Librairie des Méridiens, 1984.

KING, B. *Clowning as social performance in Colombia: ridicule and resistance*. Londres, Bloomsbury, 2016.

LORETTI, P. *Todas as energias da crítica: um estudo do conflito entre uma concessionária de energia elétrica e os moradores na favela Santa Marta, Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPCIS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

MISSE, M.; WERNECK, A. O interesse no conflito. In: *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 7-25.

NOLEN, S. How Brazil’s big experiment in policing failed to make Rio safer for the Olympics. In: *The Globe and Mail*, 12/11/2017. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/news/world/how-brazils-big-policing-experiment-failed-to-make-rio-safer-for-theolympics/article31222945/>.

PEETERS, H.; CHARLIER, P. Contributions à une théorie du dispositif. In: *Hermès*, 25, 1999. p. 15-23.

PEIRCE, C. S. Algumas consequências de quatro incapacidades. In: *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 1977[1893], p. 259-282.

ROMERO, S. Thousands gather for protests in Brazil's largest cities. In: *The New York Times*, Americas, 17/06/2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/06/18/world/americas/thousands-gather-for-protests-in-brazils-largest-cities.html>.

SARAIVA, A. C. Movimento Passe Livre e black blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013. In: CATTANI, A. D. (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre, Tomo, 2014, p. 41-52.

SCOTT, M. B. e LYMAN, S. M. Accounts. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1/2, 2008[1968], p. 139-172.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; NICHE TEIXEIRA, A. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, A. D. (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo, 2014. p. 63-80.

THÉVENOT, L. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris, La Decouverte, 2006.

THÉVENOT, L.. L'action qui convient. In: PHARO, P. e QUÉRÉ, L. (Orgs.). *Les formes de l'action*. Paris, Éditions de l'EHESS, 1990, p. 39-69.

THOMAS, W. I. *Unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analysis*. New York, Harper and Row, 1966[1923].

THUDEROZ, C. *Qu'est-ce que négocier? Sociologie du compromis et de l'action réciproque*. Rennes, PU Rennes, 2010.

WATTS, J. Brazil erupts in protest: more than a million on the streets: demonstrators accuse police after clashes in Rio and several other cities. In: *The Guardian, World, Americas*, 21/06/2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/21/brazil-police-crowds-rio-protest>.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. Glencoe (EUA), The Free Press, 1947[1922].

WERNECK, A. *Uma política da ridicularização: dispositivos morais de jocosidade como forma de crítica, um estudo sobre a "graça" nos cartazes das manifestações de 2013-2014*. Texto de trabalho. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, 2018. Mimeo.

WERNECK, A. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. In: *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 16/3, 2016, p. 482-503.

WERNECK, A. Dar uma zoada, botar a maior marra: dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 58/1, 2015, p. 187-221.

WERNECK, A. Sociologia da moral, agência social e criatividade. In: WERNECK, A e CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014, p. 25-48.

WERNECK, A. Teoria da rotulação. *In*: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L. e AZEVEDO, Rodrigo (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014b, p. 105-116.

WERNECK, A. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

WRIGHT MILLS, C. Situated actions and vocabularies of motive. *In*: *American Sociological Review*, 5/6, 1940. p. 904-913.

## A MEMÓRIA ACTANCIAL: AS CONSEQUÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE FERIMENTO, TENSÃO E MORTE<sup>1</sup>

Vittorio Talone

### INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

– A perda de um filho é *algo que ecoa* em nossos corações como uma punhalada. Entramos em choque: meu marido, eu e minha [*outra*] filha, além de toda a família, inclusive os amigos. Sair desse estado e voltar à realidade foi uma proposta de convivência com o vazio profundo, que tivemos que encarar em nossas vidas. Sofremos muito.

– Pô, vem tudo na cabeça [*em uma troca de tiros*]. Minha família, minha filha, minha esposa, minha mãe, meu pai. (...) Você tenta controlar aquele medo porque tem que buscar uma saída (...) Passa tudo, passa tudo [*na cabeça*]. E é aquilo que eu falei, vai folgar 3 dias – nosso horário era 24 [*horas de serviço na polícia*] por 3 [*dias de folga*] – e volta pro serviço normal. Passa por aquilo tudo e fica, assim, [*chocado*].

– Eu fui baleado. Tomei 7 tiros. Tentativa de assalto. Acharam que eu era polícia. Eu era segurança de carro-forte. Os caras acharam que eu era polícia e me balearam. Eu fiquei 8 anos sem fazer nada, só ficava no computador. Acordava 9 horas da

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 As reflexões aqui apresentadas são fruto de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento.

manhã, [ligava o] computador. Saía meia-noite para dormir. Acordava de manhã, [ligava o] computador. (...) Aí, um dia, na internet, eu vi o pessoal de arremesso de dardos e peso, os caras competindo, né. Aí mandei mensagem para a página do grupo [*Renascer no Facebook*]. (...) A dificuldade é foda, cara.

Essas três falas dizem respeito, respectivamente, a: uma mãe cujo filho foi vítima fatal no trânsito carioca, sendo atendida pelo Núcleo de Apoio à Vítimas de Trânsito (Navi), do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ); um policial militar que hoje realiza trabalho administrativo – interno aos Batalhões da Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (BPM-PMERJ) – devido às experiências de extrema tensão e perigo vivenciadas; e um civil ferido por arma de fogo que hoje é cadeirante e atleta de para-badminton treinado no projeto Renascer, Servir e Proteger, funcionando no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da PMERJ – atendendo tanto a civis quanto a policiais.

Nesses três grupos, há pessoas com uma experiência em comum: todas vivenciaram situações de contato concreto com a morte<sup>3</sup> – direta ou indiretamente – causadas por terceiros, seja no âmbito daquilo representado mais comumente como “violência urbana”, envolvendo signos como trocas de tiro, agressões e balas perdidas (MACHADO DA SILVA, 1993; MISSE, 1999; PORTO, 1999), ou da chamada “violência no trânsito”, englobando atropelamentos e colisões de meios de transporte nas vias urbanas. Por meio de um trabalho de campo nos grupos citados, a pesquisa que fundamenta este texto lida com as memórias destes atores, sobretudo em relação às *situações de ferimento, tensão e morte* vivenciadas, buscando entender como suas lembranças, afetos e emoções atuam multitemporalmente, ou seja, no viver presente-cotidiano e em planejamentos futuros. Não se busca aqui um pretérito a determinar o presente – uma situação a substancializar uma pessoa –, e sim, como sugere Henri Bergson

3 Fala-se em “contato concreto”, pois a qualquer momento ao longo da vida, ainda que em atividades corriqueiras, podemos estar de alguma forma em contato com a morte, seja pela mera lembrança de sua existência ou reflexão sobre a mesma, causando efeitos como medo ou angústia, por exemplo.

(1999), uma *memória ativa*, de um passado dando-se paralelamente, por lembranças a entrar no agora e no porvir, sendo *consequente atual*.

Michael Pollak (1989, 1992) – um dos fundadores do *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), criado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) no começo dos anos 1980, juntamente com Luc Boltanski e Laurent Thévenot – afirma que, por ser uma construção, a memória envolve processos de escolha (não necessariamente consciente, reflexiva e/ou racional), sendo parcial e seletiva. Logo, os elementos selecionados/guardados em nossas mentes não reproduzem o passado exatamente, mas são relevantes para sustentar uma interpretação presente de situações vivenciadas: o lembrar é essencial para o que está acontecendo correntemente, é parte de cada ação – “a lembrança é sempre agora” (CASEY, 1987[2000], p. XXII).

Nesse texto, proponho uma forma específica de memória, a *memória actancial*. Defino-a como o conjunto articulado de lembranças (incluindo histórias não vividas por si próprio, como aquelas ouvidas de outrem, pessoal ou institucional), experiências correntes sucedendo-se a cada momento, e afetos e emoções vivenciadas (junto aos elementos no mundo que as completam) de um passado desdobrando-se paralelamente ao esboço de planejamentos para uma ação futura e à sustentação da ação presente. É actancial pois comparece como elemento forte (isto é, com forte actância) na definição da situação em curso, como veremos.

A memória aqui não será pensada apenas como uma representação do passado (RICOEUR, 2007) ou como coletiva (HALBWACHS, 1990[1950]), mas englobará emoções e afetos, suas alterações/variações e como se ligam à multitemporalidade das lembranças, incluindo a interpretação de situações vivenciadas no presente – ligando-se diretamente ao que uma pessoa entende ser possível de *efetivar* (WERNECK, 2012). Assim, avançaremos na compreensão dos elementos cognitivos-afetivos a contribuir para as ações presentes dos atores e seus planejamentos, partindo das situações vivenciadas de ferimento, tensão e morte, e da

constatação dos efeitos (JAMES, 1907) diversos gerados por elas. Este artigo delinea as bases para se definir a memória actancial.<sup>4</sup>

Passemos rapidamente pelos grupos estudados para apreendermos as experiências vividas e recuperadas pelas pessoas ao longo de suas vidas e que serão mobilizadas neste texto.

O Navi, núcleo formado e coordenado por psicólogos e funcionários do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Seguro DPVAT), visa oferecer apoio psicológico e jurídico para vítimas diretas e indiretas de acidentes de trânsito – seja motorista, ciclista, pedestre ou o parente mais próximo do acidentado. As vítimas indiretas são maioria, basicamente consistindo em mães que perderam filhos, companheiros e outros familiares. “As mães” – como as próprias se denominam – relatam lidar com a perda de uma parte de si mesmas no falecimento de um ente querido, tendo de “reaprender” a viver, reformulando como dão prosseguimento à rotina e *ressignificando* suas experiências. Resignificar – termo ensinado a elas pelos psicólogos em reuniões individuais e coletivas, por mais que o objetivo final desejado seja anteriormente almejado pelas assistidas – é alcançar uma mudança na forma como pensar (no sentido de “definir” pra si e para os outros) e se *sentir* em relação à experiência de morte, então podendo buscar auxiliar outras pessoas vivendo o luto e se engajando em ações de conscientização/educação no trânsito, ou visitando orfanatos, entre outras possibilidades.

O projeto Renascer visa atender policiais e civis que no decorrer de suas vidas sofreram algum incidente que tenha resultado em uma mudança da estrutura de seus corpos. Em sua maioria, são pessoas alvejadas por tiros em confrontos no exercício de uma profissão (PMs e seguranças) ou atingidas por balas perdidas na cidade (civis) – embora haja também casos de acidentes de trânsito, quedas de prédio, mutilações etc. Os participantes do grupo relatam a dificuldade em aceitar/entender o próprio corpo em suas mudanças imediatamente após o incidente, também

4 Sobretudo no que tange à multitemporalidade das experiências e à atuação das lembranças no agir presente dos atores, de forma que a discussão abarcando afeto/emoção/*mood* será apenas aludida neste espaço, sendo desenvolvida em outro texto.

(assim como as mães citadas acima) tendo de reformular como vivem suas vidas cotidianas, as atividades exercidas – muitos não conseguem mais realizar as atividades antes desempenhadas, tendo de buscar outras possibilidades de ocupação/profissão, pois a maioria possui baixa remuneração/aposentadoria para manter a si mesmos e as famílias. No caso desse projeto, essa reabilitação é baseada na transformação pelo esporte. O objetivo ali é, como diz uma das PMs criadoras do grupo, promover a *resiliência*: trata-se de mostrar à pessoa que ela ainda conta com um grande leque de possibilidades de ação na vida e força para buscá-las, levando-a a se engajar em diferentes atividades no grupo e, com isso, passar também a ajudar a outros.

Por fim, temos os PMs na ativa realizando trabalho interno em um BPM na Zona Norte da cidade.<sup>5</sup> Em suas missões pela PMERJ, rondas rotineiras ou mesmo nas folgas, eles vivenciaram momentos de extrema tensão, experimentaram a possibilidade real da própria morte e/ou presenciaram o falecimento de algum colega de profissão. Com isso, optaram ou foram direcionados por médicos/psicólogos/superiores a realizar trabalhos administrativos. Embora continuem lidando com os perigos do andar fardado e/ou armado pela rua, significando risco na própria folga<sup>6</sup> pela identificação como PMs, essas pessoas deixam de presenciar parte das “situações insólitas, descontínuas, contingentes e emergenciais” (MUNIZ, 1999, p. 266) com que costumavam se deparar durante o trabalho. Diferentemente dos grupos anteriores, esses PMs – embora muitos reconheçam enfrentar problemas emocionais e psicológicos – não contam com um espaço para conversar entre si e/ou com profissionais os guiando. Logo, a mudança no *engajamento com seu mundo* (THÉVENOT, 2006) acontece de forma distinta comparada à dos participantes dos grupos ci-

---

5 Uma das áreas mais populosas da capital, com 87 bairros e 42% da população do município. A região tem bairros que apresentam altos índices de criminalidade em relação à cidade: a área em que se localiza o BPM estudado, por exemplo, liderou o ranking de tiroteios no início de 2018, registrando mais de 300 ocorrências desse tipo, de acordo com o aplicativo “Onde Tem Tiroteio” (OTT) – ferramenta digital que colhe, analisa e divulga ocorrências de tiroteios e arrastões em tempo real, operando por redes sociais e possuindo mais de 4 milhões de usuários. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), um dos bairros da região também chegou a liderar os casos de roubo de veículos e arrastões.

6 Foram registradas 138 mortes de PMs em 2017 no Rio de Janeiro. Desses, 81 foram mortos durante folgas.

tados, pois pouco se reformula o ambiente/clima vivido – não se observa uma ressignificação da experiência de trauma/perda ou a formação de resiliência por novas atividades. Mesmo para aqueles que buscam sustento emocional em suas famílias e religiões, alguns relatam uma dimensão das experiências vividas entendida como “incomunicável” e que acaba sendo “deixada de lado”. Muitos PMs comunicam continuar atuando sob a forte tensão a que antes foram submetidos, inclusive, podendo ser mandados de volta às ruas a qualquer momento, caso seja considerado necessário por seu comando – ao mesmo tempo, o trabalho interno também passa a ser uma fonte de “sofrimento”, pois muitos relatam ficarem marcados como “malucos”, “preguiçosos” e/ou “covardes”, sobretudo por seus oficiais, por não estarem nas ruas com seus colegas.

Portanto, lidamos respectivamente com vítimas indiretas (experienciando a morte de familiares ou conhecidos), vítimas diretas que observaram uma ruptura e uma grande mudança em suas vidas, e vítimas diretas e indiretas ainda atuando em uma rotina traumática. Isso posto, exploremos agora como a multitemporalidade é possível, analisando o recobrimento, a vivência corrente e a projeção de situações de perigo em que os pesquisados operando a memória encontram-se qualificados, gerando a eles distintos efeitos.

## SERES, SITUAÇÃO, EFETIVAÇÃO

Edward S. Casey (2000[1987]) coloca que lembrar é tão polimórfico que nenhum conjunto único de estruturas intencionais ou características eidéticas poderiam capturar o fenômeno completamente. A relevância da memória está em nossas ações e práticas presentes (mesmo como rememoração contemplativa, com um fim em si mesma) e em nossos projetos futuros, de forma que ela – por outro lado – faz uma diferença substantiva na própria experiência recuperada: a lembrança transforma um tipo de experiência em outro; ao ser retomada, torna-se diferente. Como coloca Pollak (1989, 1992), os elementos selecionados/guardados em nossas mentes não reproduzem o passado exatamente, mas são relevantes para sustentar uma interpretação corrente de situações pretéritas e presentes. O

*lembrar* é essencial para o que está acontecendo correntemente, é parte de cada ação. Para conseguirmos realizar uma análise de algo tão complexo e multiforme como a operação da memória, proponho tomarmos apoio na sociologia pragmática.

Primeiramente, em vez de falarmos em indivíduos, optemos – seguindo a direção tomada por Boltanski e Thévenot (1991) – por utilizar *seres*. Ao pensarmos nesses termos, lidamos com uma multiplicidade de pessoas/humanos e não humanos tomando forma somente quando *qualificados* em estados segundo os quais intervêm em uma *situação*. As pessoas estudadas nesta pesquisa sempre se pensam, lembram, agem e projetam seus futuros em termos de situações: situações anteriores ao acidente/ evento de tensão/perda de um ente traduzindo o *estado de normalidade* passado (almoços e jantares em família; a prática de algum esporte com amigos, por exemplo); a situação de ferimento, tensão e morte (a principal a distinguir o objeto de estudo, sendo paradigmática na memória das pessoas aqui levadas em consideração); a situação imediata de luto; as situações de perda do “objetivo de vida” ou da “vontade de viver”; situações de procura por apoio; situações de recebimento de ajuda; situações de apresentação de si para buscar recursos ao grupo (integrantes do Navi e do Renascer procuram apresentar-se em reuniões, palestras e congressos em diversos lugares, contando suas histórias de forma a angariar para suas causas mais apoio, sobretudo financeiro); situações projetadas de perigo futuro à própria vida (PMs na ativa receosos de estarem na rua e serem mortos a qualquer momento); situação de um novo estado de normalidade (no qual já se veem capazes de ajudar outros passando por experiências recentes semelhantes e/ou ganhar medalhas em competições, estar mais uma vez ativos profissionalmente) etc.

Em cada uma dessas situações, já vivenciadas e recuperadas pelas lembranças, presentes ou projetadas, uma enorme quantidade de seres não humanos é envolvida: as pessoas aqui em questão tiveram/terão que os mobilizar, com eles estar em *coordenação* (THÉVENOT, 2002) no ambiente, a fim de efetivar ações. Exemplos: para PMs, suas armas e fardas têm de estar sempre bem escondidas em situações de deslocamentos pela cidade, pois são suficientes para a identificação dos mesmos como

policiais, o que pode custar-lhes a vida – algo que comunicam passar em suas mentes a todo momento; mães devem lidar cuidadosamente com os objetos remanescentes de seus filhos e filhas, podendo encarar um desapego forçado (situações de parentes coagindo-as a se desfazer de tais pertences no intuito de “esquecer logo”), viver a dificuldade de enfrentar/sair do luto (deixar o quarto da vítima idêntico e intacto por anos) ou a ressignificação (poder doar as roupas, por exemplo, assegurando-se de que mantêm uma lembrança saudável do ente querido); policiais e civis têm de lidar com seus corpos agora mediados por uma série de itens até então estranhos, como cadeiras de roda, sondas e próteses. São objetos a comporem as situações – mesmo que apenas pelas lembranças – e influenciando emoções, algo essencial para compreendermos o processo de efetivação de ações presentes e futuras.

O modelo das *economias da grandeza* (EG), de Boltanski e Thévenot (1991), busca compreender como as pessoas vivem em *acordo*, interessando-se majoritariamente pelo que chamam de regime de justiça ou do justo. Neste, pessoas e coisas apresentam-se quando *qualificadas em estados* pelos quais intervêm em um dado momento: é a relação entre vários (e distintos) estados-pessoa e entre esses e estados-coisa o que constitui uma situação. Nesse quadro, a operação cognitiva da qualificação consiste em uma das mais fundamentais das atividades sociais, e tanto precederia qualquer classificação quanto evidenciaria a resistência dos seres às categorizações operadas – os autores atentam justamente aos *momentos críticos* (Id., 1999) em que “algo dá errado”, exigindo a realização de *comprovações* e *novas aproximações* para se retornar à normalidade (acordo). A aproximação é, no modelo, uma operação realizada tanto por leigos quanto por cientistas e consiste em alocar objetos particulares em um mesmo conjunto sustentado por características comuns, definindo-os como um mesmo – alcançando uma designação comum, uma categoria. Tais considerações são relevantes aqui, pois no presente estudo lidamos com pessoas deparando-se frequentemente com qualificações (por vezes de si mesmos) cambiantes de seus estados passados, presentes e futuros: “mãe de vítima”; “traumatizados”; “coitados/as”; “cadeirantes”; “deficientes”; “aleijados”; “guerreiros”;

“brutos”; “ingratos”; “peso da sociedade” etc. Os atores lidam, adotam e/ou alteram tais qualificações de acordo com o que acham possível de ser efetivado a cada momento. Por exemplo, por vezes, são *enlutados*, logo, vivem em dor diária e constantemente, com uma lembrança pulsante da morte de um familiar, sem forças para retomar a vida; às vezes estão *estabilizados*, carregando a dor da experiência de perda/ferimento, mas conseguindo seguir a vida e, inclusive, “serem felizes”.

Esses diferentes estados são conformados, entre outros elementos, pela memória de cada um, pelas lembranças surgidas (espontânea ou ativamente no exercício de conversas entre grupos), por como elas fazem as pessoas se sentirem, o efeito corporal causado, entre outros elementos. As aproximações operadas constantemente têm base em bagagens de experiência sempre em vias de atualização no viver presente. Não lidamos, então, com pessoas em um estado fixo de luto ou permanente de sofrimento (i.e., traumatizadas). O ponto central de meu argumento é: seus estados/qualificações variam de acordo com a situação em que se localizam e, o que é mais relevante aqui, com os elementos de suas memórias a atuarem.<sup>7</sup>

Mas pensemos a situação não só em termos de qualificação/aproximação. Retomemos William e Dorothy Thomas (1928, p. 561): “A abordagem [*situacional*] estuda as reações de comportamento e formação de hábitos em uma grande variedade de situações comparativamente. [*O*] que pode ser aprendido sobre a natureza original será revelado em suas reações a essas várias situações”. Nesse sentido, a possibilidade de estudo se dá na visualização das *reações* de comportamento nas mais diversas situações, pois o comportamento imediato de alguém estaria intimamente relacionado com sua definição da situação – ao “como se” de sua compreensão situacional (algo finito e possível de ser mapeado).

7 Em sua pesquisa sobre a experiência de sobreviventes de campos de concentração na II Guerra Mundial e sobre como esta permanece na memória dessas pessoas ao longo do tempo, Pollak (1990) evidencia situações extremas em que princípios morais universais – como aqueles explorados por Boltanski e Thévenot (1991; 1999) ao pensarem o regime de justiça – não tomam forma, de maneira que arranjos circunstanciados são buscados para a manutenção da própria vida. Embora me apoie no modelo pragmático francês, aqui estamos lidando com experiências extremas de contato com a morte, exigindo deslocamentos em relação a algumas de suas bases. Explorarei isso mais a fundo no próximo tópico.

Com isso, os autores afirmam: “Se as pessoas definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Id.; p. 572); a definição da situação é *preliminar a qualquer comportamento* (THOMAS, 1923) – analiticamente, ela é paralela ao comportamento, ambos se influenciando. Ora, as definições de situação operadas pelas pessoas, influenciando o que pensam ser possível de concretizar em um dado momento, relacionam-se justamente com seu conjunto de experiências passadas e presentes (situações já vivenciadas e o que observam em suas vidas) com projeções futuras, juntamente com sensações corporais e emoções a serem despertadas situacionalmente.

Por exemplo, alguns PMs na ativa, ao fazerem rondas à noite por uma localidade em que colegas já tenham sido alvejados, não interpretam estar simplesmente cumprindo a função corrente/normal de uma profissão, mas relatam enfrentar “uma guerra” – “como se” aquela situação fosse uma situação de batalha. As histórias ouvidas e os relatos de perigo por amigos (pairando, então, sobre suas lembranças) fazem-lhes sentir em perigo imediato de risco de vida. Assim, podem assumir um “estado 100% alerta”, de tensão, e uma desconfiança em relação a todos os barulhos, movimentações e falas no local. As ações concretizadas pelos mesmos nos momentos de atuação podem estar ligadas aos efeitos constatados/comunicados de operações passadas e correntes, fazendo-os projetar futuros imediatos mais ou menos prováveis.

Por meio de uma abordagem pragmática e situacional podemos observar a *efetividade* (WERNECK, 2012) das situações a partir da *constatação das consequências* dos atos das/pelas pessoas e pela observação das consequências produzidas por uma ação. A concepção do efeito torna-se a concepção do objeto: trata-se de constataremos as *consequências* práticas (PEIRCE, 1998, 2008) do que é efetuado/comunicado pelos atores estudados. A efetividade advém da premência da constatação que se algo ocorreu é porque podia ocorrer, o que pode ser percebido apenas por meio das consequências produzidas por essa ocorrência. Esses são os primeiros passos para chegarmos aos componentes atuantes da memória actancial e a como eles se ligam ao cenário vivido. Concomitantemente, uma compreensão mais apurada da atuação da memória actancial pode

justamente auxiliar na compreensão de como as pessoas entendem algo como passível de ser efetivado.

## REMINISCÊNCIAS DE EXPERIÊNCIAS EXTREMAS

Nicolas Dodier (1993) destaca como estudiosos que trabalham atentando a sequências curtas de ação são frequentemente acusados de “esquecer a história”. Mas, como o autor argumenta, o sociólogo atento – no caso de seu argumento, mobilizando o modelo pragmático – não ignora a existência de longas sequências históricas e sua compreensão, e, sim, adota uma abordagem contrastante das mesmas, visando apreender a importância relativa de diferentes períodos de tempo. Nas próprias disputas de justiça, como delineadas no modelo de Boltanski e Thévenot, as pessoas realizam um movimento reflexivo “para dentro”, isto é, reconstroem experiências, contam histórias, narram vivências em suas justificativas. Elas olham e fazem referência ao passado, buscando encontrar situações/momentos/eventos permitindo a elas a construção de julgamentos sobre o presente – tais eventos passados, para alguns dos atores, podem conter as origens ou as causas da disputa vigente. Estuda-se, assim, as ocasiões, as formas formais<sup>8</sup> e os dispositivos (materiais ou não) que os próprios atores mobilizam para se referir ao passado, interpretando-o e o reinterpretando (BARTHES et al., 2016). A partir do exercer da *capacidade crítica*, as histórias podem se estender ao longo do tempo – o tempo histórico tem seu lugar. Portanto, ainda segundo Dodier (1993, p. 569) os sociólogos

“delegam” a tarefa de reorganizar eventos em prazos mais longos aos outros. A linguagem do “indivíduo” encontra uma justificativa poderosa aqui para atos “individuais” em sequências de ação e assim configuram sua própria identidade e lidam com a dialética entre a fragmentação dos momentos e a potencial unidade de seu ser. Assim, o objetivo é observar os

8 Segundo Werneck (2012, p. 40): “[É] uma forma formal (...) uma consolidação como prática de uma situação cujos elementos são reprodutíveis em diversas situações práticas: se foi inventado algo para dar conta dessa situação, é porque ela é recorrente”.

processos pelos quais os indivíduos relacionam os testes do presente a diferentes períodos de tempo. Essa divisão entre diferentes vozes é uma primeira resposta à afirmação de que a história foi esquecida.

Pensar história, passado e memória – mesmo que em suas particularidades – pelo pragmatismo francês nos leva, sobretudo, diretamente ao trabalho de Pollak. Não apenas o autor dedicou-se ao tema da memória como pesquisou (e publicou obras) a respeito de *experiências extremas*, a saber, a experiência de sobreviventes de campos de concentração da II Guerra Mundial – tendo estudado, por exemplo, mulheres sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau. Obviamente, não se busca aqui comparar e/ou nivelar a gravidade das fenomenologias presentes em ambas as pesquisas, mas de reconhecer que as duas localizam-se em um âmbito de incertezas/mudanças/violências intensas mais do que em um de estabilidade e momentos críticos – no sentido de Boltanski e Thévenot (1999), em que uma crítica tem lugar.

Pollak (1990) evidenciou um trabalho da memória, e sua gestão pelos indivíduos – estímulo de lembranças desorganizadas, montagem de narrativas, manutenção do silêncio, entre outras possibilidades –, cujo efeito é superar a profunda ruptura vivenciada, almejando-se a reconstrução da identidade, sendo ainda uma tentativa de encadear a continuidade entre o antes, o durante e o depois, mesmo na vivência de quebra completa em relação à “vida como anteriormente”. Experiências extremas seriam reveladoras da identidade e do trabalho para sua manutenção, mudança, estabilização, perda, entre outras possibilidades, ao longo do tempo. O estímulo à recuperação de lembranças no presente forneceria chaves dos recursos mobilizados para a manutenção de uma ideia de um “eu” coerente (Id., Ibid.).

Tem lugar uma gestão da memória, pelos que sofreram os efeitos de uma grande ruptura em suas vidas, segundo as possibilidades de comunicação em momentos vividos específicos – a escolha das amizades, o envolvimento com um grupo, a busca por apoio, a autoexposição e o grau de intimidade atribuído a terceiros fazem parte de tal gestão, uma

administração quanto à expressão/mobilização das lembranças (recuperadas ou repentinas). Modifica-se o que é dito em função da “variação de contextos” (POLLAK, 2010, p. 43), da interpretação das mais diversas situações: em uma aula de reeducação, promovida pelo Detran, para motoristas que envolveram-se em acidentes de trânsito, algumas mães do Navi falam aberta e detalhadamente sobre as lembranças de morte de seus filhos, sendo o objetivo justamente demonstrar a dor gerada e a gravidade destes acontecimentos às pessoas que causam/causaram acidentes nas vias urbanas – recuperação de experiências que pode ser tida como insuportavelmente dolorosa, inviável, em outras situações para estas mesmas mães. É uma tensão constitutiva da própria pessoa e de sua maneira de ser nas situações em que se localiza, pois lembra repentinamente, lembra de forma técnica para exposição, pensa e reflete sobre as situações de morte ou proximidade com a morte, sobre o que fez e nas alternativas possíveis – o que poderia ter feito.

A partir das distintas situações de ferimento, tensão e morte, as pessoas passam por situações de sofrimento/dor extrema (suportar a morte de um ente querido, perder o movimento das pernas, ter pesadelos recorrentes com a mutilação de um colega, por exemplo), de dúvida sobre as próprias potencialidades (de continuar policiando nas ruas após quase ser morto, de se deslocar pelas ruas tendo perdido um membro do corpo), de procura de ajuda (grupos de apoio ou psicólogos particulares), de planejamentos futuros (treinar para se tornar medalhista paraolímpico; fortalecer-se mentalmente para ajudar mães que perderam os filhos recentemente; estudar e buscar ocupar algum cargo mais alto na hierarquia da PMERJ e se afastar dos trabalhos nas ruas). Tudo isso é conformado por experiências passadas/presentes contribuindo para a interpretação corrente de novas vivências. Isso exige *competência*<sup>9</sup> das

9 Refiro-me ao termo, primeiramente, como algo de que os atores devem ser dotados para serem capazes de justificar seus julgamentos em resposta a críticas ou para administrar as situações de modo a evitar essas críticas (Boltanski e Thévenot, 1999). Liga-se a uma capacidade (a capacidade crítica), uma informação antropológica acessada por um tipo mecanístico de competência: “[BOLTANSKI e THÉVENOT] entendem competência como uma faculdade apresentada pelos atores para a desenvoltura em uma determinada lógica de ação; ou (...) ‘uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de pôr em ação o princípio (...) que a ela corresponde’” (WERNECK, 2014, p. 26). Werneck a propõe como traço demonstrado nas próprias ações localizadas, apontando para sua alocação em determinada gramática atencial

peçoas para gerirem suas próprias histórias, seus momentos de dor, de dificuldades diárias e de superação, e para efetivarem ações e tornarem futuros desejados possíveis, tendo de ser compreensível (fazendo sentido) àqueles próximos. Os componentes de uma memória actancial desses atores, por mais pessoais que as lembranças e afetos/emoções sejam e se componham, devem ser comunicados e feitos compreensíveis aos outros – o que, se falho, pode ser origem de mais dor, como relatam os PMs na ativa, dizendo-se incompreendidos ou injustiçados pela sociedade e pela própria corporação.

Cyril Lemieux (2008) destaca que o trabalho de Pollak contém uma perspectiva a respeito de um objeto que, justamente em virtude de seu caráter “extremo”, o forçou a ir aos limites da sociologia da reprodução e da legitimidade cultural, reconhecendo a incerteza como a “verdade profunda” da vida humana e a reversibilidade como a verdade da ordem social. O pluralismo e a indeterminação são postulados de sua obra: as experiências extremas, como destaca ainda Pollak em sua pesquisa, levam os atores a buscarem formas elementares de ajuste. A experiência concentracionária, por exemplo, corresponderia a um caso antropológico limite, em que a mudança afetando as pessoas foi de uma brutalidade e de uma radicalidade descomunal, exigindo delas, de forma urgente e insólita, um trabalho para impedir o completo aniquilamento de seus “eus” [*mois*] sob a pressão de tensões internas contraditórias.

Seria uma *provação* (uma *épreuve*) – a maior e mais urgente vivida por um ator: um momento na vida coletiva em que os seres/pessoas, seus respectivos estatutos e qualificações, suas relações mútuas e a própria ordem social resultam profundamente transformados; é a possibilidade de uma mudança de estado, sendo um momento de incerteza sobre determinado estado de coisas, levando a uma nova determinação deste (CHATEAURAYNAUD, 1991). Logo, não têm relação com as *épreuves* ligadas a princípios de justiça universalizáveis, como as exploradas por Boltanski e Thévenot (1991), mas teriam primazia sobre estas, seriam

---

moral, “com desenvoltura em regras que verificam critérios de efetividade da ação. Em outras palavras, é o critério nela procurado quando se verifica se ela pode ou não ser admitida” (Id., *Ibid.*, p. 707).

*épreuves* quanto à própria humanidade<sup>10</sup>. Lemieux (2008, p. 15-16) escreve:

Em resumo, [o *exercício de*] explicação nada mais é do que uma certa relação que o pesquisador identifica – mas também, com frequência, como dissemos, os próprios indivíduos – entre uma ação presente e situações vividas anteriormente. Essa operação leva a admitir uma continuidade mínima das pessoas ao longo do tempo, continuidade que podemos chamar de educação ou socialização delas, se quisermos bem entender pelo fato de que seus “modos de controle da realidade, de percepção e memorização do mundo social” são “moldadas por suas experiências anteriores” (p. 233), ou mesmo a memória delas, se aceitamos dar a esse termo o sentido de memória corporal das *épreuves* vividas, memória cujo corpo não pode realmente se livrar, embora possa, na ocasião de novas experiências, minimizá-la e controlá-la. (...) [Este] passado do ator não determina seu presente: no máximo, torna-o previsível. É o presente, isto é, a ação em situação, que, muito mais, determina o passado ou, mais exatamente, nos determina ao passado, convidando-nos a buscar nas experiências anteriores do ator, aquelas que podem explicar sua atitude atual.

Vejamos, por exemplo, uma das mães do Navi: Cláudia teve dois filhos nos anos 1980, segundo ela, concedidos por Deus, uma princesa (a primogênita) e um príncipe (o filho caçula). Este veio a falecer em um acidente de moto no início de 2014, tendo ela chegado ao Navi apenas no final de 2016, por indicação de uma amiga que conhecia o grupo. Logo em suas primeiras visitas ao núcleo, ela chamou atenção por ter abdicado de almoçar e jantar desde a morte de seu filho. Estava havia três anos apenas comendo pão, biscoitos e bebendo água, afirmando ter perdido seu apetite completamente. A decisão de parar de comer, em primeiro lugar, foi interpretada por familiares, médicos e psicólogos

10 Freire já vem trabalhando sobre um questionamento a respeito do princípio de humanidade comum, axioma do modelo de Boltanski e Thévenot (1991), no Rio de Janeiro, em que certos atores não são reconhecidos como “humanos” a outros, sobretudo em situações nas quais a “violência urbana” é direta ou indiretamente problematizada (FREIRE, 2010; FREIRE & TEIXEIRA, 2016).

como uma perda do apetite ligada ao psicológico, impedindo-a de ter a sensação de fome, mas ela também afirmou ter realizado um teste para ver se merecia morrer.

Cláudia diz pensar a todo momento em seu filho e na fatalidade que tirou sua vida. A experiência e a lembrança da morte são, segundo ela, tão dolorosas que ela diz ter morrido “um pouco de si mesma”, isto é, uma parte dela (de seu corpo) teria falecido juntamente – um elemento comum na experiência de luto dessas mães. Esta parte seria justamente seu apetite. Outro efeito foi ter parado de sair às ruas, tendo receio de se deslocar, sobretudo sozinha, pela cidade – o que foi trabalhado e superado apenas em suas idas ao Navi e ao longo do tempo, pela conversa com os psicólogos e, sobretudo, ainda segundo ela, com as outras mães. Ainda assim, nos dias em que Cláudia diz estar “sofrida” – por exemplo, pela lembrança repentina da situação de morte do filho (lembranças essas compostas por seres humanos e não humanos, como o ente querido, sua moto destrocada, a rua em que ocorreu) –, ela sente dificuldades em sair de casa e dar continuidade às atividades que retomou. A lembrança do acontecimento, a dor sentida, é gerida por Cláudia ao longo de suas atividades cotidianas, alterando sua *potência de agir* (DELEUZE, 1978) no dia a dia, suas escolhas nas diferentes situações vivenciadas.

Alocar a ação (esta tomando forma pelos elementos da memória a serem gerenciados distintamente a cada situação) em determinada *gramática actancial moral*<sup>11</sup> é essencial – tanto para as mães do Navi quanto para os atletas do Renascer e os coordenadores/psicólogos de ambos – a fim de tornar a dor das perdas/mortes/ferimentos comunicáveis e compreensíveis. Isso, inclusive, é, no caso dos grupos aqui estudados, um elemento informado como essencial para “seguir a vida”: se fazer entender, compartilhar experiências (narrando as próprias e escutando

11 Gramática – defino-a aqui de forma extremamente resumida, pois um tratamento rico do termo tomaria grande espaço, fugindo ao escopo do texto – é, do ponto de vista pragmático, um quadro generativo das indicações e orientações para a agência, podendo dizer tanto respeito à dimensão criativa da expressão de linguagem quanto da expressão do agir. Trata-se de algo plural que configura repertórios de ação, interpretação e interação, o que, dessa forma, liga-se à prática. Para um melhor entendimento do conceito – sobretudo ligado a um tratamento pragmático –, ver Werneck (2014) e Werneck e Talone (2019.).

similares de terceiros) – respeitando o tempo de luto de cada um –, chamar a atenção de outros para sua causa, entre demais elementos envolvendo a gestão dessas lembranças em diferentes e variáveis contextos. É, portanto, algo fundamental para retomar uma *vida ativa*.

Isso é menos comum aos PMs do BPM estudado, pois eles não contam com grupo/projeto de apoio, pessoas a partilharem ou com quem possam elaborar suas experiências (suas conversas com os colegas de Batalhão se dão sob o receio de serem “ouvidas”, o que poderia levar a punições pelos superiores)<sup>12</sup> – em 2017, havia na corporação menos de 100 psicólogos para um efetivo de mais de 45 mil PMs. A mudança de função dentro da PMERJ, as poucas conversas com amigos e familiares podem auxiliá-los no prosseguimento das atividades cotidianas, mas eles permanecem ou recaem mais facilmente em um estado de tensão/irritação/trauma.<sup>13</sup> Alfred Schütz (1960) coloca que uma ação se caracteriza por um *projeto*, um caminho a ser seguido pela ação em prática, ligando-se ao mundo em que se atua no momento e aos “estoques de experiência”. Sem a mobilização de tais estoques, permanecendo na vida cotidiana como ela está dada, pode-se tornar inviável a produção de uma mudança em relação à própria vida.

## A ACTANCIALIDADE DA MEMÓRIA

Tendo trabalhado esses pontos, proponho tomarmos a *lembrança* como um *dispositivo* da memória actancial.<sup>14</sup> Dispositivo no sentido daquilo visando dar uma base às pessoas para que possam sustentar suas

12 Logo, trata-se de um silêncio distinto daquele destacado por Pollak (1990) e aqui mencionado, pois não se trata de uma gestão da memória segundo possibilidades de sua comunicação, de uma condição para a manutenção de uma comunicação com o meio ambiente, mas de um desinteresse/rebaixamento da gravidade de tais vivências como um “nada demais” ou um “faz parte”.

13 O número de Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) na PMERJ em 2017 foi de 15.978 – seja em função de problemas físicos ou psicológicos. Desses, foram 8.277 afastamentos por transtornos mentais e comportamentais. Tais dados podem ser consultados na seguinte reportagem (acessada pela última vez em 11/01/2019): [https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/pm-fecha-2017-com-16-mil-licencas-medicas-transtornos-psicologicos-aumentaram-61-22475296.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/pm-fecha-2017-com-16-mil-licencas-medicas-transtornos-psicologicos-aumentaram-61-22475296.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar).

14 Seja o “lembrar” uma atividade de reflexão/busca, ou uma ocorrência repentina em alguma situação presente.

ações, “representando um instrumento para o melhor empreendimento possível da autonomia dos atores” (PEETERS e CHARLIER, 1999, p. 18). É, como propõe Werneck (2014, p. 28), “uma coisa da qual se pode lançar mão, algo que pode ser mobilizado para lidar com os desafios gramaticais”. Lembranças, assim, são conjuntos não uniformes de seres, pessoas, coisas, emoções, situações, humores, experiências, acontecimentos, entre outros elementos – materiais ou não. São, então, actantes, como veremos em seguida – que sempre variam em razão dos próprios participantes disporem de *equipamentos mentais e físicos* também variáveis de uma situação para outra (FREIRE, 2014). Dessa forma, podemos dar conta com um mesmo instrumento da imensa variedade de elementos presentes na experiência das pessoas ao narrarem suas vidas: PMs, mães de vítimas e atletas cadeirantes referem-se, ao falar das situações de morte enfrentadas (direta ou indiretamente) e refletir sobre seus efeitos, a variados membros da família, ao contexto em que se deu o acontecimento, ao lugar onde tomou forma, ao que estavam fazendo no momento, ao tratamento recebido pelos colegas de trabalho ou familiares, dentre tantas outras possibilidades. Tais actantes e as lembranças que caracterizam são mobilizados positivamente pelos atores para sustentarem suas ações.

Um *actante* – ideia derivada da semiologia de Algirdas Julius Greimas em seu estudo dedicado a analisar narrativas – é aquele ou aquilo que pratica ou sofre um ato, *seres ou coisas a participar de um processo* (GREIMAS e COURTÉS, 1979), fazendo *diferença na narrativa*. Trata-se de um ente (podendo ser uma pessoa, grupo(s), coisa(s), entre outros elementos) dotado da capacidade de influenciar as ações de outros. Bruno Latour (1987) utiliza-se do conceito em seu próprio modelo, inclusive na teoria-atores-rede (Ibid., 2012), construindo logicamente a *simetriação*<sup>15</sup>: “inclusão de todos os entes contidos em uma situação em um mesmo plano analítico, não os diferenciando em termos de agência, ou melhor, de *actância* (o que permitiu analisar os seres humanos e os não humanos em um mesmo quadro)” (WERNECK, 2014, p. 29). Assim, a

15 Que o autor mobiliza com cuidado: “A ANT [*Teoria ator-rede*] não é – repito: não é – a criação de uma absurda ‘simetria entre humanos e não humanos’. Obter simetria, para nós, significa *não* impor *a priori* uma *assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais” (2012, p. 114).

actância diz respeito à potencialidade de um ser não simplesmente em termos de decisão (e, nesse sentido, de agência), mas de *influência no quadro situacional*. É algo a demonstrar efetividade (Id., 2012), sendo diversos os “papéis actanciais” passíveis de serem assumidos por um actante (GREIMAS e COURTÉS, 1979, p. 11). Dessa forma, torna-se possível analisar, em um mesmo quadro analítico, a potencialidade de influência de um ente em determinado contexto, independentemente de suas variações de “tamanho” (CALLON e LATOUR, 1981) ou “grandeza” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999).

Segundo Pollak (1992), por exemplo, as memórias, individuais ou coletivas, incluiriam ao menos três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos são eventos que uma pessoa vivenciou – diretamente ou não, pois também podem ser vividos a partir do pertencimento do indivíduo a um determinado grupo (por exemplo, um PM ter medo de trabalhar em certa localidade, sem nunca ter entrado nela, pelas histórias contadas por colegas da corporação). Os personagens das lembranças são aqueles que fazem parte do círculo direto de convívio de um determinado ser ou pessoas tidas como conhecidas devido a sua relevância como figuras públicas (um parente falecido seria um personagem constante na lembrança de seus familiares). E os lugares são a base para o desenvolvimento das memórias de um sujeito, podendo ter sido realmente frequentados durante certo tempo ou ter sido incorporados de modo indireto às suas experiências (as pessoas conectam suas experiências aos espaços frequentados, como PMs desconfiados de certas áreas da cidade do Rio de Janeiro pelos perigos lá já enfrentados). Esses elementos podem ser lidos como diferentes actantes, constituindo as lembranças – ou seja, diferentes componentes relevantes a uma narrativa podendo ser incluídos em um mesmo quadro de análise e mobilizados (diferentemente) por cada ator, constituindo diversamente suas memórias.

Quando falamos em memória actancial, falamos de vivências passadas como algo pairando sobre a mente, de bagagens de experiências compostas por variados actantes. Por exemplo, momentos de felicidade no início da carreira, um destrato rude recebido na PMERJ por banalidades, pesadelos envolvendo a própria morte; retomando Claudia, seus

momentos de descontração com filho, o ente querido vivo nas festividades diversas (Natal, Páscoa), uma emoção específica em relação a algum momento da infância dele, a dor sentida na situação em que foi informada da morte, pessoas da família ligando para ela e a correria ao hospital, a marca de sangue na rua, os aniversários de morte, pesadelos recorrentes envolvendo o falecimento do filho etc. Isso caracteriza uma lembrança a ser mobilizada em um momento presente ou planejamento futuro. Com tais elementos fluando multitemporalmente, a memória atua naquilo que entendemos ser passível de ser efetivado, sendo *actancial* no sentido de ser ativa na interpretação e geração de consequências presentes e futuras – isto é, nas definições de situação pelos atores. Se a memória tem sido concebida em diferentes estudos como atuante no presente – seja o determinando ou o compondo de formas múltiplas por comemorações, rituais etc. (CONNERTON, 1999; SANTOS, 2013) –, os mecanismos de operação e elementos capazes de compor esta proposição específica de memória actancial devem ser objeto central de escrutínio, sendo explorados por meio da *competência* dos atores em dar prosseguimento a suas vidas.

A memória actancial – sociologizando a “memória-ativa” de Bergson (LAPOUJADE, 2012, p. 21), não sendo apenas uma reserva de sentido, mas uma energia corrente –, trata conjuntamente os tempos: retoma um passado paradigmático, pelos dispositivos da lembrança, compondo o agir presente e projetando futuros possíveis. Falamos de uma dimensão de temporalidade múltipla pois a relação entre os tempos não é comunicada por um único caminho e forma (SANTOS, 2013). Trata-se, assim, de uma memória actante no presente partindo de um (ou mais) momento(s), situação ou rotina paradigmática passada (envolvendo o risco de morte ou falecimento de terceiros), incluindo projeções sobre futuros possíveis; não implicando apenas questões temporais isoladas, mas uma composição com afeto, emoções e energias que as fazem fluir. É uma memória relacionando-se com a prática presente e o porvir.<sup>16</sup>

16 Ainda é necessário, o que será feito em um outro momento, pensar tal memória, como sinalizado desde o início do texto, juntamente a partir de um plano dos afetos. Ou seja, podemos contemplar uma dimensão da memória como pensamento “não representativo” – nos termos de Deleuze (1978), retomando Baruch Espinoza –, atentando sobretudo aos afetos-emoções e como estes ligam-se ao organismo do

A memória actancial não define/estrutura um caminho específico a ser seguido por uma pessoa, não se torna uma disposição: diferentes futuros podem ser planejados a partir das lembranças-emoções ligadas a ela. John Dewey (2010) afirma que, por vezes, necessitamos de uma nova coordenação da experiência de forma a se produzir um ajuste entre os sentimentos e a situação presente, e isso envolve um processo reflexivo de lembrar e avaliar o que se vivenciou. Atentando a pessoas cujas histórias envolvem a violação física de si ou um ente próximo, o objetivo geral do estudo do qual este texto apresenta algumas primeiras conclusões preliminares não é apenas buscar compreender uma “gravidade” de tais elementos em suas vidas, mas procurar abarcar as possibilidades de ação criadas a partir disso. Ou seja, pensemos como ações tornam-se factíveis em uma “distopia realizada” (TALONE, 2015; WERNECK e TALONE, 2019).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se esboçar as bases para se falar de uma forma desnaturalizada e operacionalizável a respeito da memória – elemento tão complexo quanto muitas das análises produzidas a seu respeito nas mais diversas áreas e ao longo do tempo (BERGSON, 1999; RICŒUR, 2007, por exemplo). Por outro lado, cérebro, imaginação, memória, mente são apenas alguns poucos elementos que muitas vezes aparecem imiscuídos e/ou dados nos mais diversos estudos sociológicos, embora normalmen-

---

ator considerado, influenciando situações quanto à concretização de suas ações – a possível efetividade das mesmas –, como potência. Elementos como estresse, medo, tristeza, terror, esperança, desânimo, depressão, por exemplo, e todos os fatores que os circundam/dão forma influenciam a atuação policial, o deslocamento de cadeirantes pela cidade e a vivência diária das vítimas indiretas, sendo essencial serem considerados na situação de suas ações. Randall Collins (1981, 2004) coloca que emoções situacionais, mesmo de curto prazo, em uma dada interação, transportam-se pelas mais diversas situações na forma de energia emocional, influenciando interações futuras. Logo, um tipo de emoção negativa vivenciada em interações passadas pode gerar efeitos no atuar presente e no planejamento futuro enquanto um dispositivo da memória – o que pode ser trabalhado e modificado pelas pessoas. Como alguns pesquisados colocam, pode-se buscar dar uma “cor diferente” a acontecimentos passados, conferir a eles outro sentido. Assim, a ideia de *mood* também tem seu lugar na discussão, como aquilo “que parece dar uma cor, mas uma cor uniforme, [como o] vislumbre uniforme de alegria, ou uma cor escura uniforme de tristeza”, como destaca Lee (1998, p. 115) a respeito dos escritos de Edmund Husserl. O *mood* – que Corrêa e Talone (2019) têm preferência chamar de “tonalidades afetivas” – tem a função de “iluminar o mundo” de diferentes formas, gerando efeitos diversos.

te se reconheça a relevância de discussão a respeito deles. A memória actancial, como aqui proposta, daqueles que passaram por situações de ferimento, tensão e/ou morte é uma forma de evidenciar como reminiscências de experiências extremas flutuam multitemporalmente sobre a vida dessas pessoas, exigindo delas uma gestão dos componentes de seus dispositivos mnemônicos para tornar a vida, sua continuidade, possível.

Estamos mesmo diante de provações (*épreuves*) quanto à própria humanidade, como Lemieux (2008) destaca a respeito do trabalho de Pollak, em que as pessoas têm de realizar um esforço para dar continuidade a seus próprios “eus”, a uma ideia delas mesmas como um todo minimamente coerente que, embora enfrente percalços mais ou menos graves, perdura no tempo de suas vidas. Com isso, enfrenta-se no dia a dia diferentes situações, qualificações e possibilidades de efetivar ou não determinadas ações, estando tal efetividade ligada justamente a como as experiências extremas são lembradas, elaboradas, narradas, mobilizadas, sentidas etc. Lidamos aqui com uma fenomenologia para a qual sociologia pragmática, sobretudo levando em consideração o trabalho de Pollak, oferece um instrumental substantivo: a memória actancial permite acompanhar as operações de um ator que teve contato com a morte para manter-se ao longo da vida, seja buscando estabilizar sua história ou a modificando, ressignificando-a, silenciando-a, narrando-a, entre tantas outras possibilidades de que podemos dar conta atentando à operação das lembranças.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Y., *et. al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. Tradução Patrícia Reuillard. In: *Sociologias*, n. 41, p. 84-129, 2016.

BERGSON, H. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOLTANSKI, L. [e] THÉVENOT, L. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L. The Sociology of Critical Capacity. In: *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

CALLON, M. [e] LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan: How Do Actors Macrostructure Reality. In: KNORR-CETINA, K. [e] CICOUREL, A. (Orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*. Londres: Routledge, p. 277-303, 1981.

CASEY, E. S. *Remembering: A Phenomenological Study*. Indiana: Indiana University Press, (2000[1987]).

CHATEAURAYNAUD, F. *La faute professionnelle: Une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris: Métailie, 1991.

COLLINS, R. On the micro-foundations of macro-sociology. In: *American Journal of Sociology*, n. 86, p. 984-1014, 1981.

COLLINS, R. *Interaction Ritual Chains*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2004.

CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORREA, D. [e] TALONE, V. *A intensidade do ponto de vista do organismo: uma sociologia das tonalidades afetivas*. Texto de trabalho. Sociófilo-UFRJ. Mimeo, 2019.

DELEUZE, G. *O afeto e a ideia* In: Curso 24 de Janeiro de 1978. Disponível em: [http://www.cip-idf.org/article.php3?id\\_article=5631](http://www.cip-idf.org/article.php3?id_article=5631), 1978.

DEWEY, J. *Arte como experiência: últimos escritos, 1925-1953*. Tradução por Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DODIER, N. Review Article: Action as a combination of ‘common worlds’. In: *The Sociological Review*, vol. 41, n. 3, p. 556-571, 1993.

FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 3, n. 4, p. 119-142, 2010.

FREIRE, J. Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público. In: WERNECK, A. [e] CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (Orgs.). *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 71-91, 2014.

FREIRE, J. [e] TEIXEIRA, C. P. Humanidade disputada: Sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, vol. 6, n. 1, p. 58-85, 2016.

GREIMAS, A. J. [e] COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

JAMES, W. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. Cambridge (EUA): Harvard University, 1907.

- LAPOUJADE, David. *Potências do tempo*. São Paulo: n-1 Edições, 2012.
- LATOUR, B. *Science in action*. How to follow scientists and engineers through society. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, B. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba & Bauru: Edusc, 2012.
- LEE, N-I. Edmund Husserl's Phenomenology of Mood. In: DEPRAZ, N.; & ZAHAVI, D. (Eds.), *Alterity and facticity*. New Perspectives on Husserl. Berlin: Springer Science & Business Media, B.V. p. 103-120, 1998.
- LEMIEUX, C. De la théorie de l'habitus à la sociologie des épreuves: relire L'expérience concentrationnaire. In: ISRAËL, L. [e] VOLDMAN, D. (dir.), *Michaël Pollak. De l'identité blessée à une sociologie des possibles*. Paris, Editions Complexe, p. 179-205, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana: Representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, E. P. [e] BARREIRA, I. *Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, p. 131-142, 1993.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999.
- MUNIZ, J. de O. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999.
- PEETERS, H. [e] CHARLIER, P. Contributions à une théorie du dispositif. In: *Hermès*, n. 25, p. 15-23, 1999.
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce, v. 2*. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- PEIRCE, C. Como tornar nossas ideias claras. Tradução Antônio Fidalgo. In: *Popular Science Monthly*, vol. 12, 1878, p. 286-302. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-peirce-how-to-make.pdf>, 2008.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire: Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié, 1990.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. Edição por Dora Rocha. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, M. A gestão do indizível. Tradução Gabriele dos Anjos. In: *WebMosaica: Revista do instituto cultural judaico*, vol. 2, n. 1, 2010.

PORTO, M. S. G. A violência urbana e suas representações sociais: O caso do Distrito Federal. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 13, n. 4, p. 130-135, 1999.

RICOEUR, P. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. S. *Memória coletiva, trauma e cultura*: um debate. Revista USP, São Paulo, n. 98, p. 51-68, 2013.

SCHÜTZ, A. The social world and the theory of social action. In: *Social Research*, v. 27, n. 2, p. 203-221, 1960.

TALONE, V. *Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito*: um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), 2015.

THÉVENOT, L. Which Road To Follow? The Moral Complexity of an 'Equipped' Humanity. In: LAW, J. [e] MOL, A. (Org.), *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices*. Durham and London: Duke University Press, p. 53-87, 2002.

THÉVENOT, L. *L'action au pluriel*: Sociologie des regimes d'engagement. Paris: Découverte, 2006.

WERNECK, A. *A desculpa*: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WERNECK, A. Sociologia da moral, agência e criatividade. In: WERNECK, A. [e] CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (Orgs.), *Pensando bem*: Estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 21-43, 2014.

WERNECK, A [e] TALONE, V. A 'sociabilidade violenta' como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 12, n. 1, p. 24-61, 2019.



## AS RAÍZES PRAGMATISTAS DO “PODER-COM”: A FILOSOFIA DA DEMOCRACIA DE MARY P. FOLLETT<sup>1</sup>

Daniel Cefai

Há algo de provocador em falar de “política pragmatista” quando se pensa a respeito de Mary P. Follett. Follett era claramente parte da galáxia filosófica de Radcliffe e de Harvard. A sua dívida para com a filosofia pragmatista de William James não é insignificante. Ela enfatizou a questão da experiência, da ação e da situação, com um sentido aguçado da ecologia do pensamento e da lógica das suas consequências; e ela implementou melhor do que ninguém a forma de pensar processual, relacional e interativa, que atravessou as suas concepções de poder, direito e governo. No entanto, ela teve uma leitura dissidente dos autores que foram descritos como “pragmatistas” e dos quais ela nunca deixou de querer se afastar. É esta originalidade de Follett que gostaríamos de partilhar aqui. Qual uso ela fez dos autores identificados como pragmatistas de seu tempo? O que deles ela incorporava e o que reprovava? Por que, apesar do que ela pensava a respeito de si mesma, incluí-la neste horizonte – do qual ela parece excluída por muitos comentadores?<sup>2</sup> Mas a originalidade do Follett não se limita a esta relação ambígua e contraditória com o pragmatismo. Ela reside sobretudo em um pensamento potente que a coloca, hoje, na condição de uma pioneira do *management* – uma etiqueta mais frequentemente atribuída a ela –, mas também de

---

1 Texto traduzido por Diogo Silva Corrêa.

2 Ela está ausente da Pragmatism Cybrary, desenvolvida por John Shook: [pragmatismo.org/index.htm].

uma inspiradora do feminismo, com sua categoria de “poder-com”<sup>3</sup>, de uma filósofa da experiência original, que inventou uma solução alternativa para o monismo e para o pluralismo, e de uma das figuras mais entusiastas do movimento progressista americano do início do século 20, em razão de sua defesa do autogoverno e de sua crítica à representação e à especialização. Follett propôs, assim, uma leitura absolutamente única e visionária da autonomia política. Uma leitura com muitas tonalidades pragmatistas.

Esta originalidade não só brotou dentro das paredes da universidade (TONN, 2003). Follett juntou-se ao Anexo para as Mulheres em Harvard em 1888, que mais tarde se tornou Radcliffe College, uma instituição independente, concedendo seus próprios diplomas a partir de 1894 e títulos de doutorado a partir de 1902. Nesse período de clara segregação de gênero, ela frequentou no aludido anexo as aulas de Royce, de James e de Santayana, mas, antes, estudou história política com Albert Bushnell Hart, defendendo sua tese intitulada *The Speaker of the House of Representatives* (1896) nos Estados Unidos. Ela era, na mesma promoção, colega de outras três mulheres notáveis: Anna Boyton Thompson, sua professora de ensino médio (*Thayer Academy*), de quem se tornou uma amiga íntima, que pesquisava Fichte sob a orientação de Royce (THOMPSON, 1895), Maud May Wood (Park), uma sufragista de Boston que estaria mais tarde nas principais posições do *lobbying* da Associação Nacional para a *American Women Suffrage Association* em 1917-19 e que lideraria a Liga das Mulheres Eleitoras (*League of Woman Voters*) após a ratificação da emenda 19 em 1920, e Gertrude Stein, autora de romances, teatro e poesia, que chegaria em Paris em 1903. Follett teve uma carreira totalmente diferente. Depois de ensinar história em uma escola particular, e depois trabalhar em um escritório

3 A categoria “poder-com” foi retomada pelo movimento feminista. Pode-se aproximá-la da definição de Hannah Arendt da “capacidade humana não somente de agir, mas de agir em concerto” (1969: 44), pensada como uma forma de poder sem violência ou sem dominação. Jane Mansbrige (1993) é uma das raras autoras que identifica claramente Follett nessa genealogia feminista, com o seu conceito de “poder-com” por “integração” como “persuasão fundada sobre interesses comuns”. Ela tinha sido precedida por Dorothy Emmet (1953), que havia seguido os cursos de Whitehead em 1928-1930 no Radcliffe College e escrito em 1932 um livro sobre a sua filosofia do organismo. Follett pode ser tida por uma das teóricas mais potentes do empoderamento (empowerment), e, contudo, está entre as menos citadas.

de advocacia, ela passou quase vinte anos trabalhando em organizações comunitárias de Boston, ocupando todos os cargos, desde a pesquisa de campo no distrito de Roxbury e da fundação da *Highland Union* em 1902, que cuidava de jovens adolescentes, até uma posição de liderança de centros sociais (social centers) durante a Primeira Guerra Mundial. Follett envolveu-se nesta aventura na condição de membro do Comitê para o Uso Expandido de Edifícios Escolares (FOLLETT, 1912), dentro da Liga Municipal de Mulheres (*Women's Municipal League*) de Boston. O desafio era ocupar os prédios escolares, esses espaços públicos, de propriedade do município, fora das horas de funcionamento, nas noites e nos fins de semana, com o objetivo de organizar neles discussões de assuntos públicos e atividades educacionais e recreativas para as pessoas do bairro. Foi dessa experiência de centros sociais que Follett extraiu muitas de suas questões sobre a organização, a liderança e o conflito. Quando ela escreveu o seu segundo livro, *The New State* (1919; [agora citado como NS]), não foi apenas uma especulação filosófica, mas a incorporação de uma longa trajetória de observação e de participação em centros, comitês e escritórios ao longo de duas décadas.

Follett retornaria novamente alguns anos mais tarde com outro livro poderoso, o *Creative Experience* (1924) [de agora em diante referido como CE], um livro esquecido, apesar de ser crucial para a elaboração do conceito de experiência. Este livro era irmão gêmeo do *Social Discovery* (1924), de Eduard C. Lindeman. Os dois autores se encontraram depois que Lindeman publicou a *Community* (1921) e, ameaçado pelo Ku Klux Klan, teve que deixar Greensboro, na Carolina do Norte. Follett tinha apresentado Lindeman a Dorothy Whitney Straight, a filantropa sem a qual a *The New Republic* e a *New School of Social Research* não teriam sido possíveis. Straight havia concordado em financiar um projeto de pesquisa conjunta de Follett, Lindeman e Alfred D. Sheffield – um professor de retórica em Wellesley e marido de Ada Eliot Sheffield, uma pioneira do trabalho social e amiga de Follett em Boston. Os três parceiros criaram um comitê de pesquisa sobre a natureza construtiva do conflito (*Committee for the Study of the Constructive Nature of Conflict*), localizado nos escritórios da *The New Republic*, 421 West 21st

Street, na cidade de Nova York. Eles desenvolveram uma “relação de cooperação” e aprenderam a pensar juntos, através de suas “frequentes reuniões em Boston e em Nova York e de suas contínuas trocas de materiais” (LINDEMAN, 1924: v). O Manifesto que eles deveriam escrever nunca viria à luz do dia, mas, ainda assim, permaneceram esses dois livros. *Social Discovery* de Lindeman se voltou para os métodos de investigação disponíveis na época, sendo a ideia ter um *Organon* de “nova sociologia” a serviço da inteligência coletiva de grupos sociais. No “Prefácio” (1924: v), ele escreveu um elogio a Follett: “Se, como William James tinha o hábito de afirmar, alguns espíritos agem como detonadores sobre os outros, eu devo ser mais do que vago em meus agradecimentos a Mary P. Follett”. *The New State*, continuou ele, foi “um desafio à atmosfera de esgotamento e futilidade daquele período” e “desencadeou em mim novas esperanças e novas orientações para a pesquisa”. O livro de Follett, *Creative Experience* (1924), desenvolveu a matriz filosófica das propostas do *The New State*. Suas duas partes, “A experiência como processo de autogeração e de autorrenovação” e “A atitude experimental em relação à experiência”, permitiram ampliar a reflexão sobre participação, representação, especialização e direito. O texto que segue visa dar alguns pontos de referência desse percurso e mostrar a sua ancoragem e o seu alcance pragmatistas.

#### EXPERIÊNCIA CRIATIVA E INTENÇÃO COLETIVA

O primeiro ponto, que testemunha os vínculos de Follett com o universo pragmatista, é o lugar central conferido ao conceito de experiência em sua obra. Começemos pelo *Creative Experience*. Follett descreve no livro o fluxo da experiência nos termos jamesianos de uma “corrente de consciência” (JAMES, 1890). As sensações não podem ser tomadas como abstrações isoladas, mas extraem o seu sentido da sua imersão neste fluxo contínuo de sensações que fluem umas para as outras para formar o “estofa da mente”. Esta corrente de consciência não é subjetiva nem objetiva. Ela está encarnada nas respostas que um organismo dá ao seu ambiente e um ambiente a um organismo. “A experiência é a estação

dinamo (*dynamo station*) da vida de um indivíduo: ela gera vontade, crenças e hábitos” (CE 85). É a “geradora (*power-house*) dos nossos pensamentos, valores e ideais” (CE 133). É impossível desconstruir a experiência e reconstruí-la a partir de diferentes fatores da situação como se fossem elementos separados. A experiência é a situação total que se reflete através de um duplo movimento de projeção e de retrospecção.

A intenção é então o que cresce através da retomada de uma totalidade significativa das diferentes fases de experiência que ocorreram no passado e através da antecipação das futuras fases de experiência porvir, ainda virtuais, mas já emergentes no presente em curso. Pode-se dizer que a experiência é feita e experimentada num processo de autoconstituição. A pesquisa de Follett foca nos processos de autocriação (*self-creating*) (CE 61, 75, 131), auto-organização (*self-organizing*) (CE 58), autossustentação (*self-sustaining*) (CE 3, 90) e automanutenção (*self-maintaining*) (CE 58), autorrenovação (*self-renewing*) (CE 153) e autoevolução (*self-evolving*) (CE 136, 153). Aí tem-se uma característica comum a todos os pensamentos pragmatistas, que partilham uma ontologia da emergência, da invenção e da criação. Portanto, o eu envolvido em uma situação não é uma entidade substancial, mas se dá nesta reflexão temporal da experiência pela experiência. Ele nasce da situação que está em vias de se realizar, como processo de totalização de elementos que se emaranham e se entrelaçam entre si, de modo análogo ao que James escreveu sobre a corrente de consciência.

O que vem antes de tudo, segundo Follett, é a relação recíproca de termos (*reciprocal relating*), uma “atividade-entre” (*activity between*) (CE 64) da qual derivam causas e efeitos, meios e fins, estímulos e respostas, passado e futuro, mas também as qualidades do subjetivo e do objetivo. A experiência é uma “interação infinita” (CE 141) onde a “autoprodução” (*self-yielding*) do pensamento e da ação não cessa de redefinir os termos e de recompor as relações daquilo que experimentamos. “A vida, com o seu poder criativo”, é uma arte. (ibid.). O que é verdade para o campo da experiência sensível igualmente o é para a experiência social das *relações humanas*. Follett explica que, para entender o que liga os membros de um grupo, não podemos ficar satisfeitos com um

esquema de “agregação mecânica” (NS 25): suas vidas se combinam e se entrelaçam, suas ideias se respondem transformando-se mutuamente e terminam por produzir uma “ideia composta”. O processo de agrupamento é menos uma “procissão religiosa” do que um “jogo de tênis” (NS 25) em que a sequência de ações e reações, uma jogada após a outra, molda a configuração do jogo em movimento, as posições recíprocas dos jogadores, um certo estilo de envolvimento na situação, o interesse no jogo e em seus desafios, e leva os jogadores, embora distintos e variados em suas motivações para jogar, a partilhar problemas comuns. Eis uma das perspectivas abertas por Follett: o processo de agrupamento (*group process*) pode ser comparado com o “estofa da experiência” (CE 303). Assim como “os estados mentais são composições” (*compounds*) (James, 1890: 145) –, ponto em que Follett via uma antecipação da psicologia da *Gestalt* (CE 114) –, os processos de agrupamento são “composições” de “miríades de relações de vida” (NS 297).

Follett amplia, assim, o que ela leu no *Pluralistic Universe* (James, 1909) sobre a “composição da consciência” para a “composição da vontade comum”<sup>4</sup> – tratando tudo no nível da constituição da intencionalidade coletiva e política. Ela propõe-se a resolver a equação diferencial que possibilita a integração de séries de transações entre os membros do grupo. Uma interação se desenrola como “Eu, mais o enredamento-entre-você-e-eu encontrando-você, mais o enredamento-entre-você-e-eu, etc, etc.”, e isso até a potência  $n$  (CE 63). O que é preciso entender por isso? Se eu ajo, eu respondo à minha própria atividade que já está mudando e esta resposta é parte integrante da mudança da minha atividade – uma *relação recíproca entre passado e presente*. Ao mesmo tempo, eu reajo ao meu ambiente que está em vias de transformação, o qual, por sua vez, reage ao meu comportamento, que responde às consequências das reações do

4 Seria preciso comparar sistematicamente a noção de “group mind” nos escritos de James e de Follett. “Nos falamos de ‘espírito de época’ e do ‘sentimento popular’ e de várias maneiras, nós hipostasiamos a ‘opinião pública’. Mas nós sabemos que tudo isso não revela senão um discurso simbólico e nós jamais sonhamos que o espírito, o sentimento ou a opinião, etc., constituem uma consciência, outra e além daquela da pluralidade de indivíduos que as palavras ‘época’, ‘povo’ ou ‘público’ denotam. Os espíritos privados não se aglomeram em um espírito de composição superior. Essa é desde sempre a batalha invencível dos espiritualistas contra os associacionistas na psicologia.” (JAMES, 1890 p. 160).

meu comportamento às transformações ambientais – uma *relação recíproca entre organismo e ambiente*. Enfim, eu não estou sozinho e não cesso de responder às atitudes e comportamentos dos outros, incluindo as respostas reais ou antecipadas que eles dão às minhas respostas, às quais, por sua vez, responderei, numa espécie de cruzamento (*interbreeding*) de nossas ações que produz um efeito de espelho (*looking-glass effect*) (COOLEY, 1902: chap. V) sobre mim mesmo – uma *relação recíproca entre Ego e Alter*.

Temos de manter integrado este triplo processo de produção de vínculos que compõe a situação total para assistir à emergência de uma intenção comum ou de uma vontade coletiva. Esta não existe em si mesma. Ela resulta do processo de integração das “variáveis interdependentes” e das “influências recíprocas”, que se fundem temporalmente umas nas outras, ao mesmo tempo em que se organizam e se guiam pelo propósito que delas deriva. Esta concepção antecipa formulações da topologia psicológica de Kurt Lewin, um estudante de Stumpf e próximo de Köhler e Wertheimer. Ela tem fortes implicações no que chamamos de ecologia humana – uma expressão que Follett não usa. Nossas percepções, atos, julgamentos e pensamentos não são determinados por seu ambiente. O ambiente se transforma enquanto diferentes atividades e experiências associadas a ele se combinam, se interpenetram e se unificam – sendo este próprio processo em si uma resposta às “condições de vida” que estas atividades geram. É isto o que se deve entender com a frase: “Não reagimos ao ambiente, mas às nossas relações com o ambiente”. “Cada relação incorpora as séries de relações que a precederam: esta acumulação e esse aumento da experiência nunca deixam de transformar o que se faz, quem o faz e o ato de fazê-lo em cada situação”. “A lei do crescimento orgânico é a lei do interesse composto” (“*The law of organic growth is the law of compound interest*”), que é a “lei das relações sociais” (CE 66). Isto significa que se torna impossível distinguir o condicionamento externo da constituição interna do comportamento humano. O comportamento é uma função de um ambiente em transformação; este ambiente se transforma, por um lado, por causa das atividades cooperativas que meus parceiros e eu temos nele e com ele – e que ele tem conosco –, e

por outro lado, o ambiente se transforma sob o efeito de um passado e de um futuro que se realizam em seu presente e que se reorganizam à sua prova. Quando falamos de “função do ambiente”, não se trata de uma função de ajuste ou de adaptação de duas entidades externas, mas de uma função da relação de integração entre condutas, interações entre condutas e meio e integração do presente, do passado e do futuro (CE 71). Hoje, chamaríamos este processo dinâmico de autopoiese, constituído por um emaranhado de *loops* recursivos (em “*feedback*” e no que poderíamos chamar de “*feed-forth*”).

Uma consequência imediata da posição da Follett é que os fatores que determinam uma situação não são tanto causas determinantes, nem finalidades abstratas, e que a situação não pode ser reduzida a consciências subjetivas ou a restrições objetivas. Os fatores são inseparáveis da totalidade funcional, dinâmica e concreta que eles compõem e que emergem deles. O processo continuado de integração dessa totalidade gera necessidades, propensões, interesses, motivações, assim como intenções, valores, ideais e objetivos. Ele (o “processo continuado de integração”? Se for, é “ele” mesmo) faz emergir o conjunto de lugares ocupados pelos participantes na situação social e o sistema de complementaridade entre os seus campos de experiência e de atividade. Ele também dá origem a uma “vontade” que não é a vontade de um ou outro indivíduo, que não é o efeito da sua agregação mecânica, mas uma vontade coletiva que se forma por meio da integração de processos de agrupamento. Essa integração, Follett sempre a pensa como uma tríade recorrente de interação, unificação e emergência. As pessoas tornam-se membros do grupo associando-se, cooperando entre si e comunicando-se, fazendo novas perguntas e imaginando em conjunto novas respostas, reagindo às suas reações aos estímulos do ambiente do qual suas reações fazem parte. Ao fazerem isso, elas liberam uma energia que se torna coletiva e dá sua *dynamis* ou *potentia* ao que Follett chama de “vontade do povo” (CE 86, 130, 130, 130, 209, 266, 266, 301) - uma força vital, ativa e eficaz, que, ao modo da enteléquia aristotélica, dá forma e propósito à vida do grupo como uma auto-organização coletiva, assegura a sua integração criativa à situação total e anima o grupo, dando-lhe um poder para agir de forma

coletiva. Uma força vital, guiada por uma “vontade comum”, que não é uma “consciência coletiva” ou “espírito de grupo” (por exemplo, NS 21, CE 207 ou 243).

Naturalmente, isto levanta o problema das diferenças, dos atritos e dos conflitos entre os membros do grupo. Follett vai então se voltar para a interpretação de Holt da psicanálise em *The Freudian Wish* (1915<sup>5</sup>). A integração dos desejos não é fácil de se realizar. Muitas vezes, o antagonismo dos desejos leva a uma dissociação das linhas de conduta e à manifestação de atitudes contraditórias, que são vivenciadas como uma laceração ou dissociação de si mesmo. Por vezes, um dos desejos é reprimido, mas ele ameaça sempre regressar sem o nosso consentimento – o chamado retorno do recalçado –, a menos que se continue a operar com condutas ambivalentes. Mas quando os desejos estão bem integrados, eles deixam de ser conflituosos ou de se manifestar através de sintomas involuntários: eles fundem-se num novo desejo que os transcende sem, contudo, anulá-los ou suprimi-los. Follett transfere esta concepção dinâmica da personalidade para a análise dos processos de agrupamento. Ela argumenta que a formação de uma vontade coletiva poderia se fazer sem antagonismo ou repressão dos desejos, das vontades, das perspectivas ou das crenças dos indivíduos. De acordo com o princípio de composição (*compoundness*) das relações humanas, a nova Gestalt gerada pelo processo agrupamento não inclui mais do que suas partes: “A totalidade é em si mesma uma parte do processo como um todo. A totalidade se entrelaça com as partes, enquanto as partes se entrelaçam entre si para fazer a totalidade” (EC 98-99). O grupo é incluído na resposta circular entre os indivíduos que “pertencem a ele”, e os indivíduos fazem parte do grupo que os integra e os unifica. O grupo não é um Superorganismo que absorve os indivíduos: ele está em cada indivíduo e em cada interação entre indivíduos e entre os indivíduos e o seu ambiente. Esta concepção do processo de agrupamento tem várias consequências, na teoria social, na forma de modelizar a vida coletiva, mas também na forma como as

5 Edwin B. Holt, *The Freudian Wish and Its Place in Ethics*, New York, Henry Holt 1915, precedido por *The Concept of Consciousness*, London, George Allen et New York, Macmillan, 1914 e seguido, vinte anos mais tarde, por um livro sobre a aprendizagem que reivindica seu vínculo com o empirismo radical de James: *Animal Drive and the Learning Process: An Essay Toward Radical Empiricism*, New York, Henry Holt, 1931.

aplicações serão encontradas em diferentes campos (trabalho social, organização comunitária), e especialmente na teoria do poder que Follett desenvolveu a partir de *The New State*, e que ela irá desdobrar, mais tarde, em uma série de conferências.

O complexo entrelaçamento das relações sociais, submersas num processo de autoconstituição, de autorreflexão e de autocorreção, é o que torna possível “unificar o pensamento” (NS: chap. IV) e projetar uma “vontade coletiva” (NS: chap. V). Ele assegura uma forma de liberdade e criatividade aos indivíduos – uma ideia que terá fortes consequências na teoria política de Follett. Ele é também a condição de possibilidade dos sentimentos morais que são necessariamente sentimentos sociais: egoísmo, crueldade, covardia, preguiça, negligência, preconceito se devem a uma “falta de imaginação” (CABOT, 1906: Capítulo XIV, p. 211), ela própria atribuída a uma falta de integração social: este deficit só pode ser superado pela imaginação produtiva do “sentir e pensar em conjunto” (NS 47). A simpatia nasce, assim, da implicação recíproca produzida pelo agir conjunto dos grupamentos sociais. Ela nasce da resposta circular que entrelaça uns nos outros e leva à emergência de objetivos comuns e à invenção de soluções inéditas. A simpatia provem de nossa cooperação com outras criaturas vivas em um meio que nós compartilhamos com elas. Ela não é “um contágio emocional fundado sob um instinto gregário” (NS 44 ou CE 84), mas algo que se experimenta no processo de “unificação de sentimentos, afecções, desejos, aspirações”. “As emoções que eu sinto quando eu me afasto do grupo pertencem a um ego fantasmático. É apenas do próprio grupo que vem o autêntico sentir-com (*feeling-with*) – a verdadeira simpatia, a simpatia vital, justa e equilibrada” (NS 44).

#### PODER-COM OU PODER-SOBRE? DEMOCRACIA RADICAL E COMUNIDADE POLÍTICA

A psicologia dos grupos de Follett alimenta, então, uma ética social. Mas ela não para por aí. Sua tese é política no sentido forte do termo, e não pode ser entendida sem ressitua-la na era progressista. Lembremos

que o debate sobre organização e liderança comunitária, sobre sua relação com a opinião pública e a ação coletiva e sobre a criação de uma democracia participativa e representativa que escapa aos vícios do confisco de poder, foi muito além das fronteiras dos departamentos de filosofia. Os debates sobre a emergência de um novo Estado multiplicaram-se desde o início do século e o movimento progressista, nas suas múltiplas tendências, fora agitado por estas disputas, cujos vestígios se encontram nas revistas *The New Republic*, *The Masses* ou *The Survey*. As críticas à soberania do Estado e à controvérsia em torno de sua “personalidade jurídica” estiveram no seu auge na teoria do poder e do direito, em particular nas pesquisas sobre a história das associações e das corporações (Frederic W. Maitland ou Otto von Gierke) e nas questões políticas dos pluralistas britânicos (Neville Figgis, G. D. H. Cole ou Harold J. Laski). A questão da comunidade estava no centro das pesquisas das ciências sociais, quer fossem *surveys* por meio dos quais se faziam diagnósticos de uma determinada comunidade para reformá-la, ou estudos comunitários que estavam começando a se multiplicar na sociologia e na antropologia. Follett focou na pesquisa em psicologia social, em plena expansão, que se interrogava a respeito da natureza do espírito social (*social mind*) ou do espírito de grupo (*group mind*), dos instintos e dos desejos sociais, das atitudes e dos hábitos sociais e, portanto, do vínculo entre a personalidade individual e a personalidade social – um debate para o qual o pragmatismo de Mead e Dewey era central (KARPF, 1932). A questão da comunidade estava também no centro das questões sobre o destino das pequenas comunidades no processo de internacionalização das migrações, da economia e da tecnologia e da formação de uma “grande sociedade” ou de um “sistema mundial” (WALLAS, 1916; THOMAS & ZNANIECKI, 1919; DEWEY, 1927). Ela assombrava, enfim, a vida cívica mais concreta: enquanto Robert MacIver (*Community*, 1917) (ainda em Aberdeen, pouco antes de se deslocar para Toronto, e depois em 1927, para Columbia University em Nova Iorque), tentava desenvolver as “leis primárias do desenvolvimento comunitário”, E. C. Lindeman, em *The Community* (1921), descrevia o “movimento comunitário” com suas exigências por uma reforma na tributação, na legislação e no plane-

jamento urbano, e suas demandas por acesso a bens e serviços públicos básicos. O desafio, para Lindeman, mas também para os novos defensores desse tipo de ação, era trazer à tona novas formas de organização e de liderança comunitária. A comunidade estava se tornando um motivo de preocupação e uma questão de mobilização, um problema público e uma palavra de ordem para a ação reformista.

Follett foi empurrada pelo turbilhão desta efervescência democrática. É assim que devemos ler as páginas do *The New State*, onde ela propõe uma versão radical da democracia industrial e da democracia de vizinhança. Mantenhamo-nos junto à sua concepção de vizinhança (*neighborhood*). Para os contemporâneos, como Charles Ellwood (1919), Follett não estava longe de desenvolver uma tese da democracia enraizada na “revitalização” do que Charles H. Cooley havia batizado, em *Social Organization* (1909), de “grupos primários”. As semelhanças são inegáveis: para Cooley, os grupos primários são o “berçário” dos “ideais primários” de gentileza e lealdade, de amor e liberdade, de cuidado e justiça, vitais para a formação de um Nós em que a democracia se apoia; e a capacidade reflexiva da consciência de si é inseparável da participação numa “consciência pública” que emerge da “atividade cooperativa de inúmeras mentes” em um “todo vital” (1909, p. 10-11). A comunidade de Follett, em formação (*in the making*), que compartilha interesses e valores comuns, leis e instituições, não é, no entanto, a mesma dos grupos primários de Cooley – mesmo que, obviamente, ela deva estar ancorada neles. Os conselhos de bairro, os centros cívicos e os conselhos de empresa não fazem parte da vida comunitária apenas porque encontram a sua fonte na natureza face-a-face da vida cotidiana ou no elevado grau de interconhecimento entre os seus membros. O que lhes confere o seu alcance democrático é a capacidade de agir, de pensar, de julgar, de decidir coletivamente o que produzem. Nisso reside a sua *dynamis* ou *potentia* política. O seu poder de fundar um novo Estado provém do fato de concentrarem em si os processos de interpenetração (*interpenetrating*), entre-imbricação (*interlocking*), entremistura (*intermingling*) ou entrelaçamento (*interweaving*) de histórias de vida individuais ou coletivas.

Este processo de agrupamento, entendido como um processo vital, estava para Follett na raiz da instituição de uma comunidade cívica e política. A política de agrupamentos baseia-se em uma psicologia social. As pessoas vivem em “grupos de interesse vital”, para retomar uma categoria de Lindeman (1921: cap. 4<sup>6</sup>). Follett embarca nas mais notáveis passagens de William James quando descreve o “tumultuado e irresistível fluxo de vida” (NS 35) que reúne vizinhos, associa-os em feixes de laços de interdependência: “Estas franjas que conectam a minha vida à vida de todos os outros seres humanos do mundo são os pontos de entrada para as forças centrais que borbulham em mim.” (NS 191). A vizinhança é a unidade vital da vida coletiva, o lugar de familiaridade e confiança entre próximos, a matriz das associações voluntárias, mas também das sociedades cooperativas e dos movimentos municipais. Esta imersão no “fluxo da vida” libera-nos do isolamento e faz-nos “sentir a alegria da união” (NS 194). O nosso ato de estar junto e de se reunir (*getting-together*) deve servir aos “fins elevados de uma grande vida” (*great life*)! Follett tem uma visão romântica da vida local, argumentando que se trata de algo mais interessante, escreve ela, do que a vida cosmopolita (NS 195 e 345): o bairro é o lugar onde pessoas de diferentes origens, interesses, gostos e padrões se encontram. Desse ponto de vista, ela certamente está em sintonia com as pensionistas de centros sociais (*social settlements*), sensíveis tanto a esta profusão de mundos migrantes em seu bairro quanto a uma promessa de democracia social – em primeiro lugar, de “pluralismo cultural”, para retomar a expressão forjada durante suas discussões por Alain Locke e Horace Kallen, eles também criados na ecologia de Harvard. A “fricção de ideias e ideais” entre diferentes profissões, línguas, religiões e culturas faz a riqueza do bairro. Como “grupo natural”, ela mistura uma “variedade infinita” de experiências. As outras associações, diz-nos Follett,

---

6 Lindeman (1921, 26-27) descreve-o da seguinte forma: “A vida de um indivíduo é mais afetada pelo grupo em que se passa o essencial de sua vida” e que lhe confere um “sentido pleno de pertencimento”. “O funcionamento social de uma comunidade é realizado por e através destes grupos de interesse vitais”. De acordo com Lindeman, a “divisão de lealdades” e o “conflito de interesses” frequentemente ocorrem em uma sociedade complexa, mas “o indivíduo, ao fim e ao cabo, encontra a sua expressão mais vital em um único grupo”. E ele lista, ao lado da família e do bairro, o grupo de companheiros de brincadeira, a escola ou a igreja, os grupos de trabalho ou de serviço.

devem encontrar aí o seu significado, entrelaçar-se e coordenar-se através de organizações de bairro (NS 200).

Tais proposições só podem ser compreendidas se nos lembrarmos do estado insurrecional em que uma parte do mundo se encontrava no final da Grande Guerra, com a criação de soviets na Rússia, na Alemanha e na Hungria, mas também com um forte impulso do movimento operário nos Estados Unidos. O “trabalho organizado” tinha abrandado o esforço de guerra e as greves multiplicaram-se em 1918-19, bloqueando diversos setores econômicos. Algumas reivindicações diziam respeito aos salários e às horas de trabalho, sendo a mais inacreditável a dos policiais de Boston, o que levou a uma onda de insegurança na cidade; outras reivindicações, por outro lado, exigiam que, ao final da guerra, o controle dos poderes públicos sobre as minas e os trens continuasse, ou que o governo fosse autorizado a assumir o controle, ou que o comércio de produtos agrícolas fosse mais regulado. Em contraposição, um pânico vermelho (*Red Scare*) varreu o país, esse delírio coletivo que visava a infiltração comunista muitas vezes andando de mãos dadas com o suprematismo branco e protestante contra negros, asiáticos, judeus, católicos... A agitação social estava em seu auge quando Follett escreveu *The New State*. Além disso, mesmo quando Isobel Briggs, sua parceira, se juntou ao Partido das mulheres pela paz (Women’s Peace Party) de Jane Addams, Follett apostou na guerra (TONN, 2003, p. 256-257). A Associação nacional dos centros comunitários (*National Community Centers Association*), o comitê executivo do qual ela era membro junto com John Collier, Edward J. Ward ou Clarence A. Perry, antes de ser eleita vice-presidente em abril de 1916, tornou-se o embrião da rede dos Conselhos Comunitários de Defesa Nacional (*Community Councils of National Defense*). O Conselho Nacional de Defesa federou assim os Conselhos Comunitários de base territorial encarregados de coordenar e de promover o esforço de guerra, de transmitir informações às bases e de recolher contribuições voluntárias, de organizar os transportes e as empresas agrícolas e industriais. Embora patrocinado pelo Conselho Nacional de Defesa, Follett viu esse trabalho cívico, auto-organizado e autogovernado,

que canalizou energia civil para a rede de centros comunitários em todo o país, como o núcleo de uma “democracia popular”, “direta” ou “participativa” (NS 247 ff.). É essa experiência ainda viva que ela tem em mente quando escreve o seu vibrante apelo pelo “novo Estado”. A mobilização de tempos de guerra levou à criação de todos os tipos de agências, desde o nível do bairro até o nível estadual, e deste até o nível federal (*The Annals of the American Academy*, 1919). Em 1919, ainda era possível ver o germe da futura democracia. Nas eleições presidenciais de 2 de novembro de 1920, destinadas a substituir o governo de Woodrow Wilson, a derrota do democrata James M. Cox-Franklin D. Roosevelt para o republicano Warren G. Harding-Calvin Coolidge selaria o fim destas esperanças progressistas.

Curiosamente, grande parte da posteridade de Follett manteve apenas a sua concepção de *management*. Follett é considerada uma das pioneiras do “*management científico*”, uma reputação que ela ganhou através de uma série de conferências sobre os “fundamentos psicológicos” do poder nas organizações, dada em meados da década de 1920, a pedido do escritório de administração de pessoas (*Bureau of Personnel Administration*), uma agência de venda de serviços de consultoria e programas educacionais para empresas. O poderoso convite veio de Henry C. Metcalf, o mesmo homem que mais tarde reuniu e editou os artigos de Follett, incluindo “*Constructive Conflict*”, “*The Giving of Orders*”, “*Business as na Integrative Unity*” e “*Power*” (1925), em um volume intitulado “*Dynamic Administration*” (1942). Como compreender essa virada de uma visão incandescente da democracia para uma atividade de conferencista voltada para empresários? Aqui devemos explicar a desilusão que atingiu toda a geração de progressistas na década de 1920; compreender como um capitalismo fordista e consumista, apoiado por novas técnicas de mídia, transformou a vida cotidiana; mostrar como a racionalização do trabalho por Taylor foi vista como um progresso para a democracia industrial e política; acompanhar os cruzamentos entre a profissionalização do trabalho social e da organização comunitária e a adoção por muitos ativistas progressistas da ciência organizacional e das dinâmicas de grupo. O risco é, a cada passo, cometer anacronismos

e julgar as escolhas dos anos 20 com critérios contemporâneos. Aqui, vamos simplesmente reenquadrar a teoria do poder de Follett em relação aos seus compromissos anteriores – insistir na continuidade mais do que na ruptura. Follett, em suas conferências, revisitou várias vezes a tópica do poder que ela tinha abordado em sua crítica do pluralismo e da soberania (NS, cap. XXIX) ou em sua pesquisa sobre as “condições de validade” do poder e “o problema do consentimento” (CE, cap. X). Nossa hipótese é que é preciso ler e interpretar os seus escritos posteriores como prolongamentos desses dois livros. Follett se move então em um novo ambiente, o setor das “relações humanas” das empresas, naquele momento em pleno crescimento. Suas teses aparecem como uma alternativa às pesquisas mais diretas de Frederic W. Taylor e de Elton Mayo, ou mais tarde de Chester L. Barnard.<sup>7</sup> No entanto, ela não renunciou às suas convicções: ela as traduziu para que fossem recebidas por um novo meio.

É neste contexto que ela desenvolve o conceito de “poder-com”. O problema de Follett é pensar no poder-com em linha de continuidade com a sua concepção de “experiência criativa”. Como podemos estabelecer uma democracia industrial que realize o poder coletivo de agir, pensar e discutir em conjunto com trabalhadores, capatazes, engenheiros, gerentes e proprietários? “Nas relações sociais, o poder se autodesenvolve de modo centrípeto”: ele é o resultado “inevitável” e “legítimo” do processo de vida (CE 193). O poder-com é a realização da capacidade de auto-organização, autodeterminação (GS 192) e autojustificação (GS 182). Follett insiste neste ponto várias vezes. Ela é movida pelo desejo de evitar qualquer reificação das atividades de gestão e liderança. O poder-com é anti-hierárquico no sentido em que desaprova as cadeias de comando do poder-sobre, impostas de cima para baixo. O autogoverno (*self-governement*)

---

7 Follett procura novas formas de realização da democracia industrial e política (NS 49, 119, 171, 325; EC xii). Ela desenvolve um ponto de vista original, que terá uma posteridade nas disciplinas de “sociologia industrial” e “relações humanas”. Durante muito tempo, militantes e acadêmicos opor-se-ão à sua percepção das relações entre trabalho e capital e às estratégias das organizações sindicais: alguns estarão atentos às situações de conflito, como fonte de reivindicação de direitos e de crescimento da ordem social, outros, como a Follett, opor-se-ão ao uso do conflito aberto e defenderão a procura de dinâmicas de cooperação entre os diferentes interesses envolvidos, tanto na fábrica quanto na cidade.

(EC 197ff) é a “única solução possível” (EC 204) para os processos de resolução de problemas. Ele deve ser um “processo criativo” (CE 209) que se baseia na dinâmica de integração de momentos de interação, de unificação e de emergência do grupo no curso do trabalho de exploração das dificuldades que enfrentam. No legado da Revolução Americana, e bem antes na *Bill of Rights* de 1689, o ideal de autogoverno foi perpetuado nos Estados Unidos. Ele está no cerne do projeto progressista que visa ao desenvolvimento do poder do povo – não o Povo da vontade soberana da Revolução Francesa, que seria uma forma de monismo absolutista, mas um povo plural, nas palavras de Dewey, o público. Pode-se evocar aqui Mead (1934, p. 267), que fala da universalização do “princípio de autogoverno” e liga a capacidade de autorreflexão do espírito social ao poder de uma comunidade de exercer controle sobre os seus próprios costumes, leis e instituições. Poderíamos ainda retomar o prefácio posterior de Dewey (1940, LW14: 201-223), feito para a reedição dos textos de Thomas Jefferson, e o apelo ao autogoverno que permeia o seu trabalho político. Follett não está longe desta fonte de inspiração. O processo de agrupamento pode aceder a uma forma de inteligência coletiva, estabelecendo procedimentos de ação cooperativa: o poder-com é ativado quando os membros de uma comunidade geram uma vontade coletiva através de operações de discussão, de investigação e de experimentação coletivas. O poder-com “se autodesenvolve” (CE, 227), assim como a lei “se cria a partir das atividades cotidianas” (CE, 257).

Follett, portanto, opõe o poder-com (ou o “poder coactivo”) ao poder-sobre (ou o “poder coercitivo”) (CE 187). O poder-com se realiza na ação cooperativa, que leva à troca, à fertilização mútua e a uma integração bem-sucedida das perspectivas entre os parceiros e à formação de uma vontade, um pensamento e um sentimento comuns<sup>8</sup>. Este esforço de

---

8 Poder-se-ia citar os comentários de E. C. Lindeman, “Power Over versus Power With”, em *Social Discovery* (1924: 327 ff.) e o exemplo de “Cooperation in Tobacco”, *The New Republic*, 6 de setembro de 1922: “Em uma comunidade, os cooperadores, os intermediários e um pequeno grupo de cidadãos interessados concordaram em evitar o conflito e a subsequente desorganização da comunidade, trabalhando em um plano em que alguns dos intermediários assumiram a cooperativa, o controle do armazém foi equitativamente distribuído, e o problema foi resolvido conservando os interesses conflitantes”. Esta “integração parcial” reduziu as causas do conflito e gerou uma nova forma de cooperação.

síntese permite ao grupo reencontrar o controle do seu ambiente – que Follett vê como um alinhamento com a “lei da situação”. Ao exercer o seu poder-com, o grupo se faz à medida que molda o seu meio de vida. A relação de interação ou conversação (*Auseinandersetzung*, no sentido de Kurt Goldstein, 1934/1952: 95) que ele mantém consigo mesmo e com este meio de vida torna-se novamente harmoniosa. O problema do poder-com não é o problema da adaptação ou do ajuste, do equilíbrio entre interesses, do compromisso ou da arbitragem, da relação de forças. Follett retomou sua concepção da integração da experiência para inverter as pressuposições até então naturalizadas sobre a autoridade e o comando. “Quando interesses diferentes se encontram, eles não precisam se opor, mas apenas se confrontar. O confronto de interesses pode resultar em um ou outro desses quatro elementos: 1. submissão voluntária de um lado; 2. conflito e vitória de um lado sobre o outro; 3. compromisso; 4. integração” (CE 156). O poder-com como integração é um processo criativo que conduz simultaneamente à descoberta e à invenção de soluções que satisfaçam as várias partes interessadas, aumentem a sua confiança mútua, o seu senso de responsabilidade pela situação partilhada e o seu sentido de compromisso na direção de objetivos comuns. “A integração pode ser entendida como um ajustamento qualitativo, o compromisso como um ajustamento quantitativo. No primeiro caso, produz-se uma mudança nas ideias e nas tendências para agir; no segundo caso, há apenas uma pura barganha entre direitos de passagem opostos.” (CE 163). A concepção de poder-com está no extremo oposto do espectro das visões de poder como um jogo de soma zero, onde o que uns ganham outros perdem – a versão mais comum do poder como dominação; é também distinta dos jogos de interação estratégica dos quais todos os parceiros saem ganhando (*win-win deal*) - se o ganho não for acompanhado por uma mudança de perspectiva das partes. Follett desdobra aqui o argumento desenvolvido em “A comunidade é um processo” (1919) onde ela opunha o compromisso, baseado num equilíbrio quantitativo entre interesses, desejos e pontos de vista preestabelecidos, à dinâmica qualitativa de integração de perspectivas, crenças e sentimentos em uma nova totalidade. O poder-com é alcançado através de uma atividade de associação, de cooperação

e de comunicação que “se entrelaça continuamente com os valores individuais” e que muda as partes que a compõem enquanto reconstrói a situação como um todo. A teoria da experiência e da ação, proposta pela psicologia da forma, holista e funcional, é aplicada à política. O poder-com produz capacidade coletiva.

Follett (como Dewey ou Arendt mais tarde) redescobre o sentido que Cícero deu à *potestas em populo*: “Cum potestas in populo auctoritas in senatu sit” (“Enquanto o poder reside no povo, a autoridade assenta-se no senado”). Mas, de acordo com Follett, esta autoridade do senado não é externa nem superior ao poder do povo: ela é uma expressão de sua vontade coletiva. Follett se recusa a reificar essa vontade coletiva: é a fusão dos diferentes fluxos de vida e das correntes de consciência, sem que sua singularidade seja abolida, que projeta a intenção coletiva do poder-com. A dinâmica de unificação e de totalização do processo de agrupamento é uma “interação incessante do Um e do Múltiplo” (1919: 582). As pessoas trabalham em conjunto, reúnem-se em torno de uma situação problemática, procuram se virar e dar conta dela, discutindo, investigando, experimentando, procurando soluções e, ao fazê-lo, dão-se um horizonte comum para as suas experiências e ações. Eles adquirem o poder de controlar a situação e, por vezes, fazem-no nomeando representantes ou convocando especialistas, mas isso não significa que elas renunciem aos seus direitos e às suas liberdades para se renderem à vontade soberana de um Leviatã. Elas continuam a agir em conjunto como um grupo e, ao mesmo tempo, permanecem indivíduos diferentes uns dos outros. *E Pluribus Unum, Ex Unum Pluribus*. Lindeman (1933: 193) detectou as origens da “teoria integracionista da política” no livro-chave da era progressista, *Promise of American Life* (1909) de Herbert Croly, ele próprio herdeiro dos debates dos *Founding Fathers* sobre federalismo. Ele fez a ligação entre a ontologia pluralista herdada de James, a democracia progressista defendida em *The New Republic* e a concepção federalista de democracia – apesar de o legado de Jefferson ter sido provavelmente melhor defendido por Woodrow Wilson (1913) do que pelo próprio Croly, que, em 1909, defendeu a solução hamiltoniana de um governo nacional forte. A união entre James e Jefferson foi talvez

melhor expressa na frase de Follett: “A experiência criativa é um desenvolvimento federalista” (“Creative experience is a federalistic growth”) (CE 101). Quais são as consequências políticas desta proposição? Ou melhor: como esta posição filosófica foi reverberada na concepção que Follett tem do Estado? Que forma de unidade-pluralidade ela inventou para escapar do “universo-em-blocos” do monismo e do mundo em trapos de pluralismo? Ao que se assemelharia o seu novo Estado?

#### UM ESTADO COOPERATIVO E FEDERAL: ALÉM DO MONISMO E DO PLURALISMO

“Olhe, Royce, vamos te fotografar! Eu digo, ‘Maldito seja o absoluto!’”, exclamava James, em tom de brincadeira, enquanto a sua filha Peggy tirava duas fotos dos dois amigos em Chocorua, New Hampshire, em setembro de 1903 (JAMES, 1920, p. 135). Follett fazia parte dessa geração de jovens brilhantes que tiveram aulas com James na Universidade de Harvard e que se destacarão em seus campos de conhecimento – se quisermos citar alguns nomes: G. Stanley Hall, George Santayana, W. E. B. Du Bois, Theodore Roosevelt, Ralph Barton Perry, Morris Raphael Cohen, C. I. Lewis, Boris Sidis, Mary Whiton Calkins, Gertrude Stein, Horace Kallen, Alain Locke, Walter Lippmann. Follett também era uma estudante e amiga de Anna B. Thompson, uma estudante de Royce, e tinha herdado desse último uma forma de idealismo. Encontra-se em seu texto proposições dialéticas do tipo: “Cada homem é o Estado em cada momento, seja no trabalho cotidiano ou na interação social e, portanto, o próprio Estado, levando a vida em uma miríade de membros, se expressa tão autenticamente em sua assembleia suprema quanto no mais humilde de seus cidadãos” (NS 12). Cada cidadão é o Estado e o Estado encarna todos os cidadãos. “A grande força cósmica no coração da humanidade encontra no grupo a sua energia criativa” (NS 342) ou “Juntar-se aos nossos pares [na vida associativa] é como deixar os ventos do Paraíso soprarem sobre nós” e abrir-nos às “forças da vida” (NS 191)...

Esta aspiração hegeliana pela plenitude não era uma crença no “absolutismo do estado prussiano” (NS 267). Follett se sentia próxima

da leitura do Hegel realizada por Thomas H. Green (1895) e por Bernard Bosanquet (1899) (NS 163 e 267). Este último, em *The Philosophical Theory of the State* (1899: ix), já propunha “aplicar as concepções da psicologia recente à teoria da coerção do Estado e da Vontade Real ou Geral e a explicitar a relação da Filosofia Social com a Psicologia Sociológica”. Ele concluiu seu livro por meio de um comentário de Rousseau e Hegel, por uma análise do Estado como um exercício desta vontade geral, ancorada na organização de “grupamentos mentais e sociais”, e por observações sobre as instituições como “ideias éticas” e o bairro como “um elemento do espírito social”. Follett negava ser uma emuladora de Rousseau (contra a crítica de Laski, 1919a) e de Hegel (em uma carta datada de 31 de janeiro de 1920 a H. A. Overstreet, reproduzida em Cohen, 1971: 167-169, ela hesitava em aceitar a proposta do Lord Haldane para introduzir a edição em Inglês de *The New State*, sob o pretexto de que ele era um “notório hegeliano”). Ela escreveu, no entanto, que a experiência democrática é aquela que corresponde a cada existência finita transcendendo-se na direção de outras existências e mais além, para o Todo. “A democracia é uma mente infinitamente englobante. Temos um ‘instinto’ de democracia porque temos um instinto pela totalidade; e só alcançamos a totalidade através de relações recíprocas, que se estendem até o infinito.” (NS 157). O problema da democracia é encontrar uma “forma de governo adequada à natureza humana”, que exprima a multiplicidade de processos de agrupamentos e que “desenvolva a vontade do povo” (NS 159-160). A democracia é mais do que uma forma de governo: ela é uma “força espiritual” que, ao associar as pessoas, leva-as à “vida comunitária, que é a verdadeira teofania” (NS 161)! “A Grande Guerra foi o Grande Apelo à humanidade e a humanidade responde.” Follett ainda falava de “nova fé” e de “Grande Renascimento”. Além do vento revolucionário que soprava na Europa e do entusiasmo para reconstruir a política que, apesar dos conflitos entre pacifistas e guerreiros, reinava então dentro do movimento progressista, o sentimento de euforia de Follett pode ser explicado, por um lado, pela sua experiência pessoal do movimento de centros cívicos, que ela tinha acompanhado durante toda a sua vida adulta, e da qual ela acabou se tornando a líder nacional, e

que, graças ao esforço de guerra, tinha emergido como uma democracia alternativa embrionária à democracia oficial. Esse sentimento também pode ser explicado pela enorme esperança que as discussões em torno da Liga das Nações geraram – há também um eco entre Dewey, Mead e os outros pragmatistas, e em primeiro lugar em Walter Lippmann, responsável pela pesquisa no *The Inquiry*, o grupo criado por Woodrow Wilson em setembro de 1917, que foi responsável pela redação dos Quatorze Pontos do Tratado de Versalhes, antes de ter rejeitado a Conferência de Paris e de se opor a ela no verão de 1918. A Liga das Nações foi, de certa forma, a promessa de uma federação mundial que aplica o princípio *E Pluribus Unum* à toda humanidade.

Mas o sentimento de euforia do Follett não se deveu apenas às circunstâncias. Ele enraizado na sua concepção de poder. O seu “hegelianismo autêntico”, ela escreveu, era partilhado por pluralistas políticos que tinham renunciado à “soberania coletiva” e mantido a “soberania distributiva” – mas com uma condição, notadamente, a de não reintroduzir sub-repticiamente, em nome do pluralismo, a doutrina medieval das guildas e das corporações (NS 267). Como combinar o Um e o Múltiplo (NS 272)?<sup>9</sup> Como superar a antinomia entre monismo e pluralismo? Qual é o caminho do Absoluto finito de Royce para o mundo em farrapos de James (FOLLETT, 1919, p. 584)? Follett começa por chamar por James em seu resgate. “Quando James descobriu que ‘toda-forma’ (*all-form*) e ‘cada-forma’ (*each-form*) não são incompatíveis, ele descobriu o segredo do federalismo.” (NS 265)<sup>10</sup>. James, no livro póstumo, editado por H. Kallen, *Some Problems of Philosophy* (1911: capítulos VII e VIII), fez a seguinte pergunta: “A realidade existe de

9 Podemos mencionar aqui a troca entre W. Lippmann (1919) e H. Laski (1919c) em *The New Republic*, o primeiro a afirmar que um verdadeiro Estado federal é impossível, a alma humana não sendo federal, enquanto o segundo a responder que as lealdades dos indivíduos eram feitas de “feixes de híphens” (*bundles of hyphens*) e que por causa desta multiplicidade psíquica, cujo correlato é a pluralidade de compromissos associativos, o Estado só pode ser organizado num modelo federal.

10 Follett (NS 266-267) dá uma interpretação hegeliana de “composição de consciência” de James: “A alma do hegelianismo é sua relatividade total, e esta é a essência da composição de consciência. Assim como para James, as partes religadas e suas relações aparecem simultaneamente e com igual realidade, assim o é na relatividade total do Hegel, em que os membros do Estado, em sua justa relação uns com os outros, aparecem juntos, em seus diferentes graus de realidade, como uma relatividade total em um todo – jamais separados, jamais em guerra com o verdadeiro Eu, o Todo”.

forma distributiva ou coletiva? Na forma de cada(s), todos(s), quaisquer uns, ambos (*eaches, everys, anys, eithers*)? Ou apenas na forma de tudo ou um todo (*all* ou *whole*)?” (ibid.: 114). Para Follett, a lei da composição da consciência é análoga à lei de composição do grupo. Seria um erro opor-se ao Um e ao Múltiplo (*the One and the Many*). Mas ela procede de forma diferente de James, para quem “o mundo se mantém unido do próximo ao próximo (*from next to next*)” e é “cheio de objetivos parciais, histórias parciais” “correndo em paralelo uns com os outros” (ibid.: 131). Follett, embora renunciando à forte coesão do idealismo absoluto, continua a aspirar por uma unitotalidade em movimento que, pouco a pouco, de próximo em próximo, se ordena e se finaliza: os objetivos e as histórias não só correm em paralelo, como se superam em sua “ascensão” (NS 266) na direção da realização de uma vontade coletiva. “[Os pluralistas políticos], os discípulos confessos de James, não levarão o seu apostolado um passo adiante? Não partilham com o James o desejo de um mundo que não se desmorone em partes ‘separadas’? Não aspiram por ‘um valor superior a este tipo de realidade distribuída, em farrapos e fluida em que nós, seres finitos, estamos imersos [agora]’ (NS 266)” – estando subentendido que poderíamos nos libertar dela para alcançar mais plenitude?

De certa forma, Follett compartilhou esta leitura de James com Laski, que se inspirou nela na sua crítica à teocracia política – mas que não concordou com Follett e com o seu desejo de unificação (cf. “*Sovereignty*”, 1916). Horace Kallen, em *William James e Henri Bergson* (1914: 22 ou 35), destacou a natureza democrática e pluralista do empirismo radical, bem como o novo realismo de Edwin Holt. As posições de James tinham realmente variado entre os *Principles* (1890: I, 226), onde ele afirmou: “Isolamento absoluto, pluralismo irreduzível, tal é a lei”, e o *Pluralistic Universe* (1909: 258-259), onde ele descreveu as franjas que conectam as experiências e as fazem passar umas às outras, ou nos *Essays in Radical Empiricism* (1912/2005; e GARRETA & GIREL, 2005), onde ele “mergulhava” as “preposições, cópulas e conjunções” na corrente de consciência. Há continuidade da corrente de consciência sem que ela se fragmente e se desmorone, e sem que os “multiverse”

aos quais ela nos dá acesso se transformem em uma “unitotalidade”. As comunidades humanas são, portanto, processos em permanente fluxo e heterogêneas, e na medida em que não procedem do mesmo Espírito, da mesma Natureza, Cultura ou História, todos os tipos de “conexões” e “transições” as fazem permanecer unidas, em confluência umas com as outras. James fala de coalescência e compenetração de estados de consciência, ao contrário do “empirismo *bugaboo*” (JAMES, 1909, p.326) que “debita a experiência em sensações atomistas” (MADELRIEUX, 2006 e 2008) e é incapaz de se unir uma sensação a outra até que tenham sido incluídas em uma categoria ou regra de entendimento. Decerto que Follett tinha lido a remota troca entre Royce em *Philosophy of Loyalty* (1908, p. 315-323), criticando a verdade segundo James e James em *Pluralistic Universe* (1909, p. 341): “A Verdade com um V maiúsculo é um ‘problema capital’; as verdades em detalhe são ‘pobres resíduos’ (*poor scraps*), êxitos desmonorando (*crumbling successes*).” O mundo da experiência se faz em ajuntamentos que se interligam, se entrelaçam, se fundem e se unem, de modo distinto do tipo de “união de confluxo total” do “todos em tudo e tudo em todos” do monismo (JAMES, 1909, p. 358). Esta filosofia do multiverso tem sido muitas vezes ligada ao sentido de democracia de James, vinculada à defesa das liberdades individuais e hostil a toda forma de nacionalismo e imperialismo (LIVINGSTON, 2016; BUSH, 2017). Para Follett, o mesmo acontecia quando ela insistia numa comunidade formada por múltiplos “processos criativos” (CE 231), entrelaçados em redes de cooperação e de comunicação que os transformam reciprocamente e os integravam na vida coletiva: apesar da sua dança entre monismo e pluralismo, não havia nada de monolítico na sua visão da cidade.

Politicamente, Follett estava próxima de uma forma de pluralismo político (STEARS, 2002, p. 146-152; SMITH, 1964). Ela citava os socialistas Ernest Barker, John N. Figgis ou Harold Laski como os que “preparavam o caminho para uma nova concepção da política” (NS 262). Um Estado pluralista reconhece a existência de diferentes grupos nacionais, formações culturais e denominações religiosas. A América “não é apenas uma nação, mas uma nação repleta de nações”, como escreveu

Walt Whitman em seu “Prefácio” ao poema *Leaves of Grass* (1855)<sup>11</sup>. Mas Follett imediatamente inverteu esse argumento com uma crítica à perspectiva pluralista que, segundo ela, não conseguia conciliar, segundo os desejos de James, o “coletivo” e o “distributivo”. O “pluralismo distributivo”, escreveu ela, está frequentemente fascinado pela doutrina das corporações, à qual Gierke ou Maitland deram uma “personalidade real”. Tratava-se aí de uma resposta errada que ofuscava o problema de “descobrir uma espécie de federalismo que permitisse aos partidos viver plenamente no todo, viver plenamente nas partes” (NS 264). Follett afirmava que os pluralistas levantaram corretamente a questão da pluralidade de fontes de controle político e de sanção legal, mas que faltava a eles esse momento no “processo psicológico” de interpenetração, unificação e emergência, em suma, de integração através da qual a verdadeira soberania é criada. A “nova psicologia”, que dava conta dos processos de agrupamento, era, portanto, o que permitiria refundar a política – sem, contudo, perder o sentido de novidade (*novelty*) tão caro a James – e traçar um caminho meliorista entre o otimismo e o pessimismo. Follett estava do lado de James: nossas experiências e ações acontecem em um pluriverso inacabado e indeterminado. Ao mesmo tempo, o novo Estado, enquanto um autogoverno (*self-government*), não seria nada sem a potência de agir de uma vontade coletiva, tornada consciente de si mesma e nutrida por redes entrelaçadas entre si, indivíduos e grupos. Este novo Estado conservava uma aura discretamente hegeliana.

Follett tinha como alvo específico a teoria da soberania de Léon Duguit (NS 273-282).<sup>12</sup> Sem dúvida, Duguit tinha consciência desta in-

11 “*Here is not merely a nation but a teeming nation of nations*”, em W. Whitman, *Leaves of Grass*, 1855. Não se pode deixar de mencionar aqui Horace Kallen, um outro estudante de James e um dos fundadores do “pluralismo cultural”, que mais tarde publicou com Dewey, *The Bertrand Russell Case* (1941). Kallen percebia a América como uma “sinfonia de civilizações”. Seguindo a metáfora orquestral, ela acrescentou que “cada tipo de instrumento tem seu próprio timbre e o seu tom específico, baseado em sua forma e substância. E cada tipo tem seu próprio tema e uma melodia que lhe são próprias na sinfonia em seu conjunto. Da mesma forma que para a sociedade, cada grupo étnico é o instrumento natural, o espírito e a cultura são seu tema e a sua melodia, e a harmonia, as dissonâncias e os desentendimentos entre todos eles compõem a sinfonia das civilizações... o espectro e a variedade de harmonias podem se tornar mais amplos, mais ricos e mais belos.” (KALLEN, 1915, II: 220).

12 Os trabalhos de Duguit sobre direito público estariam em breve disponíveis nos Estados Unidos na tradução de Frida e Harold Laski de *Law in the Modern State* (LONDRES, ALLEN & UNWIN, 1921). Laski tinha publicado um comentário sobre Duguit em 1917

terdependência social que “nos torna membros uns dos outros” (LASKI, 1921: xvii) e que está na base do código moral e do código legal. O Estado deve emanar da “solidariedade social” e contribuir para a sua realização, satisfazendo as “necessidades sociais”: ele não é nada sem este fundamento. Follett criticou a negação de Duguit da realidade da “personalidade” do Estado em nome de seu positivismo jurídico e de sua rejeição da ideia de “soberania” que “significava a vontade irresponsável e ilimitada daqueles que a exercem”, mesmo que estivessem tutelados por sua submissão ao Estado de Direito e, portanto, à solidariedade social. Sua crítica a uma metafísica política foi, sem dúvida, fundada para o Estado atual e ecoou as teses tanto dos pluralistas quanto dos pragmatistas. Mas, para Follett, a vontade coletiva era uma realidade que não transcendente, anterior e exterior aos membros da comunidade, mas uma dinâmica teleológica constantemente recriada através das sínteses da vida coletiva. E foi nisso também aquilo em que para ela se fundava a soberania do Estado, que não era o de Bodin – “o poder absoluto e perpétuo de uma República” –, mas que encarnava e expressava o exercício do poder do povo. Em vez da justificação quase teológica da razão de Estado, Follett redesenhou a autoridade e a legitimidade da lei e do poder em sua psicologia social.

A questão de como dividir e descentralizar a soberania já não tem mais sentido para Follett. Como pode desmembrar o poder? Ao contrário do raciocínio liberal, que propõe a criação de um sistema de separação, de equilíbrio e de controle entre os centros de poder, Follett, que em sua tese havia proposto uma fusão dos poderes executivo e legislativo, defendia que o Um, se não vem antes do Múltiplo e se não está acima do Múltiplo, lhe é coconstitutivo. A mesma “força vital” que une o grupo e o “grupo do grupo”, que se chama Estado, gera uma vontade coletiva, una e indivisível, mas plural e distribuída. A “miríade de diferenças” (NS 286) do Múltiplo se funde em um todo sem perder sua qualidade de pluralidade. A concepção de democracia participativa da Follett, ampliada do lugar de residência para o local

---

e ele iria publicar outro em francês em 1932. Follett vincula a noção de solidariedade ao legado do direito romano, mas não parece ver a ligação com a doutrina de solidária de Léon Bourgeois ou com a sociologia de Emile Durkheim – uma matriz jurídica e política da república diferente da dos Estados Unidos.

de trabalho, é sustentada por esta ontologia política. A integração progressiva de grupos territoriais e profissionais, capazes de identificar, diagnosticar e resolver problemas sociais, próximos da vida das pessoas, e capazes de construir uma arquitetura de normas jurídicas e de instituições políticas, é o que faz o Estado. Nessa perspectiva, o projeto funcionalista de um “Estado-provedor” em vez de um “Estado soberano” (NS 294) transforma o significado do Estado: ele é “criado” para os “serviços efetivos” que ele presta “aos seus membros e à comunidade mundial” e “testado” com base neste critério. Mas não se trata de fazer deste Estado a resultante de conflitos e compromissos de interesses entre agrupamentos territoriais e profissionais (NS cap. XXXIII). Contra uma teoria de representação corporativa, Follett nos lembra que o “indivíduo real” é a unidade política a ser levada em conta. Uma vez mais, não o indivíduo abstrato da lei natural ou da teoria econômica, mas a pessoa concreta, que “pertence”, participa e se refere a inúmeros processos de agrupamento concretos e desenvolve múltiplas lealdades – uma proposição congruente com as sociologias contemporâneas de Cooley, Mead, Park ou Thomas. “A essência da democracia é a expressão de cada ser humano na sua natureza múltipla”: a pessoa concreta não está fechada num grupo ou noutro, ela é “um elo vivo de um grupo vivo”, “ela nunca está embutida nas malhas (*embedded in the meshes*)” (NS 295) de uma “rede de relações” (NS 7 ou 128), ela é um campo de potencialidades de desenvolvimento de processos vitais. Follett está próxima de uma concepção associacionista ou cooperativista (não existe, mas talvez valha manter pra assegurar a lógica da cooperação) da vida cívica e política, como uma “fonte viva” de poder-com na ação conjunta. Democracia significa “construção cooperativa” (CE 226) e a matriz filosófica da crença no federalismo é o “princípio de composição” de James, “a ser reconhecido e incorporado nos nossos métodos políticos” (NS 297). Esta deve operar na vida de pequenos grupos primários, na construção de uma organização estatal e na formação de uma comunidade global – da qual a Sociedade das Nações seria uma premissa. “Nós, cada mulher e cada homem, hoje, devemos antes de tudo criar nossos pequenos grupos, e depois, por

composição com os outros grupos, avançarmos passo a passo até a aparição do Estado federal” (NS 265) e, deste, até a emergência do “Estado mundial” (NS 344).

Esse princípio de composição se declina em duas leis fundamentais da política de agrupamentos. Segundo uma *lei de interpenetração*, oposta ao amálgama de pessoas em uma multidão (NS 23 e 35), a verdadeira soberania é engendrada no processo de grupamentos, resultando da interpenetração de experiências e das ações de seus membros (NS 296, 318). Segundo uma *lei de múltiplos*, oposta à reificação liberal dos indivíduos, as pessoas, com suas personalidades, interesses, crenças, direitos e obrigações, são parte interessada dos processos múltiplos de grupamentos (NS 296). Contra as tentativas de divisão e distribuição da soberania, Follett quer unificar e integrar os grupamentos e os Estados. Não existe divisão de soberania entre o governo federal e os estados federados. “Os Estados Unidos não ignoram os estados, eles não os equilibram nem transcendem, mas eles *são* os estados em sua capacidade unificada” (NS 299). Outra vez, querer fracionar o poder seria uma forma negativa de pensá-lo, no lugar de levar em consideração suas potencialidades. O governo federal encarna esta capacidade coletiva de “poder-com”, que se autofunde e que se autodesenvolve (FOLLETT, 1925/1942, p. 89). O agir em conjunto integra, por reação circular, o todo e as partes ao fazer do todo uma parte das partes. O que é verdade para o mundo da política é verdade para o mundo das empresas. “Vários escritores que pensam o governo dizem que o poder do Estado deveria ser *dividido* entre diferentes grupos, *transferido* de um grupo a outro ou concedido a nações menores. Por consequência, pareceu natural a vários economistas escrever que aquilo que chamam ‘a democracia industrial’, o poder atualmente *detido* pelos proprietários e dirigentes, deveria ser repartido com os trabalhadores” (*Ibid.*, 89). Mas, segundo Follett, a “divisão do poder” não é mais uma questão de concessão de direitos, de representação dos governados, de consentimento às decisões ou de conciliação de interesses, mas uma de “autoridade funcional” e de “responsabilidade plural”. O poder não se dá nem se toma, não se negocia nem se divide: ele se cria por um método de discussão e de cooperação, de integração de experiências e de

conhecimentos, do engendramento de métodos e objetivos comuns. E o poder se faz sobre uma base territorial (o bairro) e funcional (a empresa) (em desacordo com LASKI, [1919b, p. 570], que não defende senão uma coordenação funcional), ainda que a articulação entre os dois princípios de federação não seja explicitada por Follett.

“O Estado não acumula o poder moral senão através da atividade espiritual de seus cidadãos. Não existe Estado senão através de mim mesmo”. A intensa oposição de James aos idealistas se deve à sua afirmação que o absoluto é, sempre foi e será para sempre. A contribuição do pragmatismo é que nós devemos elaborar (*work out*) o absoluto. Se embriaguem, clama James! “O absoluto só é real na medida em que vocês o façam real e realizem todas as suas potencialidades sob uma forma concreta, tangível. Do mesmo modo, não teremos Estado até que o façamos. Este é o ensinamento da nova psicologia” (NS 334). Os cidadãos se fazem cidadãos ao fazer o Estado em uma dinâmica incessante de inter-relação entre eles mesmos, entre eles e as situações com as quais se confrontam e entre eles e os problemas que discutem. Este Estado não é mais um absoluto – ponto no qual Follett, seguindo James, se une a vários críticos da soberania do Estado como Bourne, Laski ou Dewey que, em *O público e seus problemas* (1927), coloca em questão o “dogma da soberania do Estado” (DEWEY, 1920, p. 202). A totalidade que chamamos Estado é feita das ações humanas. O Estado é um conjunto emergente de instituições que não deveriam jamais se emancipar do mundo imanente do qual são criatura. As máquinas partidárias e as burocracias governamentais desnaturalizam este enraizamento da política na sociedade. Follett, através de sua crítica da especialização e da representação, abandona a reificação do Estado e a ilusão de sua necessidade e de sua universalidade. Ela conclui uma operação análoga à da teologia progressista que renunciará à onipotência e onisciência de Deus para fazê-lo nascer dos atos humanos. “Nós somos progressistas em política como a nova escola de filosofia é em religião: da mesma forma que eles dizem que não é apenas com a oração e a comunhão que nos unimos a Deus, mas realizando as ações de Deus a todo momento, do mesmo modo nos fazemos um com o Estado atualizando o Estado latente a cada instante de nossas vidas. Da mesma

forma que Deus não aparece senão através de nós, o Estado não se torna visível senão através do homem político” (NS 335). Devemos *fazer* o Estado, nós *somos* o Estado. “A cidadania não é um privilégio, um direito ou um dever, mas uma atividade que deve ser exercida sem cessar”. Esta visão da cidadania, enraizada na “vida atual” (Duguit citado em NS 278), emergente de nossa ancoragem nos meios e redes de vida coletiva, é o que sustenta um “verdadeiro Estado” (*true*: NS 245, 303, 344, ou *real*: NS 253, 286, ou *genuine*: NS 324). O Estado não cria o poder, não o coordena, não o controla, não o representa – Follett critica deste ponto de vista a “representação funcional” de G. D. H. Cole (1917 e 1920, comentado *in* CE 243-250). O Estado não faz senão reconhecer uma energia criadora que se funde com a participação direta dos cidadãos, animados pela “vontade de querer a vontade comum” (*the will to will the common will*: NS: 49) – e sem dúvidas uma vontade de acreditar (JAMES, 1896). Follett é incrivelmente radical ao ponto de nos perguntarmos em alguns momentos como colocar em prática esta negação de toda organização, distribuição ou delegação do poder. Ela qualifica, em *The New State*, esta “nova política” de “política prática” (*practical politics*), destinada a manter e perpetuar os ideais jeffersonianos de autodeterminação através do autogoverno e da autolegislação. Mas é compreensível: a reconstrução filosófica de Follett, em toda sua complexidade, é também para ela uma forma de pensar a experiência dos centros sociais, que se intensificou durante a guerra e que manteve vivo o espírito dos *town meetings*. O pragmatismo de Follett não foi apenas um pragmatismo de livros; foi também, e sobretudo – parafraseando Roscoe Pound – um pragmatismo em ação. Seria necessário, em outro momento, retomar a severa crítica de Follett a respeito da representação e da especialização que deriva de sua concepção de poder-com e examinar sua concepção de um “direito autocriador” e de uma “jurisprudência pragmática”, próxima ao realismo jurídico. Seria preciso tentar identificar a ligação entre suas posições teóricas, sua reflexão sobre suas próprias experiências de ativista e de profissional e a descrição de casos concretos que estão espalhadas em seu trabalho, e o que foi feito depois pelos ativistas do trabalho social e da organização comunitária a partir de suas leituras de Dewey e Follett.

Enfim, seria necessário compreender como ela se transformou desde esta fase de defesa de uma concepção radical de democracia até a última fase de sua vida, entre meados dos anos 1920 até sua morte em 1933, dedicada a dar conferências sobre a psicologia da administração e sobre a racionalização do trabalho. Mas a contribuição de Follett a uma política pragmática não deverá mais ser ignorada.

## REFERÊNCIAS

- ADDAMS J. (1902), *Democracy and Social Ethics*, New York, Macmillan.
- ADDAMS J. (1907), *Newer Ideals of Peace*, New York, Macmillan.
- ALLPORT G. W. (1923), The Leipzig Congress of Psychology. *In: The American Journal of Psychology*, 34, 4, p. 612-615.
- ALLPORT G. W. (1924), *Review of Creative Experience*, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 19, p. 426-428.
- BENDER T. (1978), *Community and Social Change in America*, Baltimore et Londres, The Johns Hopkins University Press.
- BOSANQUET B. (1919), Review of The New State, *In: Mind*, p. 370-371.
- BOSANQUET B. (1899), *The Philosophical Theory of the State*, Londres et New York, Macmillan.
- BURNS C. D. (1923), *The Contact Between Minds: A Metaphysical Hypothesis*, Londres, Macmillan.
- BUSH S. S. (2017), *William James on Democratic Individuality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CABOT E. L. (1907), *Everyday Ethics*, New York, H. Holt and Company.
- COHEN A. I. (1971), *Mary Parker Follett: Spokesman for Democracy, Philosopher for Social Group Work, 1918-1933*, Ph.D. Tulane University.
- COLE G. D. H. (1920), *Social Theory*, New York, Frederick A. Stokes Company.
- COLE G. D. H. (1917), *Self-Government in Industry*, Londres, G. Bell.
- COOLEY C. H. (1902), *Human Nature and the Social Order*, New York, Charles Scribner's Sons.
- COOLEY C. H. (1909), *Social Organization: A Study of the Larger Mind*, New York, Charles Scribner's Sons.

- CROLY H. (1909), *Promise of American Life*, New York, Macmillan.
- DEWEY J.; BENTLEY A. F. (1949/1989), Knowing and the Known, *In: Later Works 1925-1953*, vol. 16, Carbondale, University of Illinois Press.
- DEWEY J. (1896), The Reflex Arc Concept in Psychology, *In: Psychological Review*, 3, p. 357-370.
- DEWEY J. (1902), Interpretation of Savage Mind, *In: Psychological Review*, 9, p. 217-230.
- DEWEY J. (1915), *German Philosophy and Politics*, New York, Henry Holt.
- DEWEY J. (1916), *Democracy and Education*, New York, Macmillan.
- DEWEY J. (1920/2014), *Reconstruction en philosophie*, Paris, Gallimard.
- DEWEY J. (1923-1924), Social Institutions and the Study of Morals, *In: J. A. Boydston (Ed.), Middle Works*, vol. 15, Carbondale, Southern Illinois University Press, p. 230-373.
- DEWEY J. (1927/2010), *Le public et ses problèmes*, Paris, Gallimard.
- DEWEY J. (1939/1977), Creative Democracy: The Task Before Us, *In: J. A. Boydston (Ed.), Later Works (1925-1953)*, vol. 14, Carbondale, Southern Illinois University Press.
- DEWEY J. (1940), Presenting Thomas Jefferson, *In: J. A. Boydston (Ed.), Later Works (1925-1953)*, vol. 14, Carbondale, Southern Illinois University Press, p. 201-223.
- DEWEY J.; BENTLEY A. (1949), *Knowing and the Known*, Boston, Beacon Press.
- DEWEY J.; KALLEN H. M. (1941), *The Bertrand Russell Case*, New York, The Viking Press.
- DEWEY J.; TUFTS J. H. (1908/1932), *Ethics*, New York, H. Holt and Company.
- DORRIEN G. (2009), *Social Ethics in the Making: Interpreting an American Tradition*, Malden, MA, Oxford, Wiley-Blackwell.
- DRIESCH H. (1909/1921), *La philosophie de l'organisme*, Paris, Marcel Rivière.
- DUGUIT L. (1921), *Law in the Modern State*, Londres, George Allen & Unwin.
- DUGUIT L. (1922), *Souveraineté et liberté: Leçons faites à l'Université Colombia (New York) en 1920-1921*, Paris, Alcan.
- DUGUIT L. (1923/2008), *Le pragmatisme juridique*. Conférences prononcées à Madrid, Lisbonne & Coimbra 1923, S. Gilbert (Ed.), Paris, La Mémoire du droit.
- ELLWOOD C. A. (1919), Review of *The New State*, *American Journal of Sociology*, 25, 1, p. 97-99.

- EMMET D. (1953-54), The Concept of Power: The Presidential Address, *In: Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, 54, p. 1-26.
- EMMET D. (1932), *Whitehead's Philosophy of Organism*, Londres, Macmillan.
- FARIS E. (1937), *The Nature of Human Nature and Other Essays in Social Psychology*, New York et Londres, McGraw-Hill Book Company.
- FOLLETT M. P. (1896), *The Speaker of the House of Representatives*, New York, Longmans, Green.
- FOLLETT M. P. (1912), Report of the East Boston Centre by Committee on Extended Use of School Buildings 1911-1912, *In: Bulletin: The Women's Municipal League of Boston*, May, p. 5-12.
- FOLLETT M. P. (1918), *The New State: Group Organization, the Solution of Popular Government*, New York, Longmans, Green and Co (NS) (nouvelle édition, Philadelphie, Pennsylvania University Press, 1998).
- FOLLETT M. P. (1919), Community is a Process, *In: The Philosophical Review*, 28, 6, p. 576-588.
- FOLLETT M. P. (1924), *Creative Experience*, New York, Longmans, Green and Co (CE).
- FOLLETT M. P. (1925/1942), Power, *In: H. C. Metcalf & L. Urwick (eds.), Dynamic Administration: The Collected Papers of Mary Parker Follett*, New York, Harper & Row, p. 72-95.
- FOLLETT M. P. (1942), *Dynamic Administration: The Collected Papers of Mary Parker Follett*, H. C. Metcalf & L. Urwick (eds.), New York, Harper & Brothers Publishers.
- FOUILÉE A. (1879), L'histoire naturelle des sociétés humaines ou animales, *In: Revue des Deux Mondes*, 3<sup>ème</sup> période, vol. 34, p. 370-405.
- GARRETA G.; GIREL M. (1912/2005), Empirisme, version radicale, *In: JAMES W. Essais d'empirisme radical*, Marseille, Agone, p. 7-32.
- GIREL M. (2006), Relations Internes et Relations Spatiales: James, Bradley et Green. *In: Archives de philosophie*, 69, 3, p. 395-414.
- GOLDSTEIN K. (1934/1952), *La structure de l'organisme*, Paris, Gallimard.
- GREEN T. H. (1895), *Lectures on the Principles of Political Obligation*, Londres, Longmans, Green, and Co.
- GREENGARTEN I. M. (1981), *Thomas Hill Green and the Development of Liberal-Democratic Thought*, Toronto, University of Toronto Press.

HALDANE V. (1920), Introduction à M. P. Follett, *In: The New State*, New York, Longmans, Green and Co, p. v-xxv.

HALDANE V. (1926), *Human Experience: A Study of Its Structure*, New York, E. P. Dutton & Co.

HAYDON A. E. (1919), The Theological Trend of Pragmatism, *In: The American Journal of Theology*, 23, 4, p. 401-416.

HOBHOUSE L. T. (1918), *The Metaphysical Theory of the State*, Londres, George Allen & Unwin et New York, Macmillan.

HOLT E. B. (1914), *The Concept of Consciousness*, Londres, George Allen et New York, Macmillan.

HOLT E. B. (1915), *The Freudian Wish and Its Place in Ethics*, New York, Henry Holt.

HOLT E. B. (1931), *Animal Drive and the Learning Process: An Essay Toward Radical Empiricism*, New York, Henry Holt.

HOLT E. B.; PERRY R. B.; MARVIN W. T.; MONTAGUE W. P., PITKIN W. B.; SPAULDING E. G. (1912), *The New Realism: Cooperative Studies in Philosophy*, New York, Macmillan.

JAMES W. (1890), *Principles of Psychology*, Londres, Macmillan and Co, 2 vol.

JAMES W. (1902), *The Varieties of Religious Experience: A Study in Human Nature*, Londres et Bombay, Longmans, Green & Co.

JAMES W. (1909), *A Pluralistic Universe: Hibbert Lectures at Manchester College on the Present Situation in Philosophy*, New York, Longmans, Green and Co.

JAMES W. (1911), *Some Problems of Philosophy: A Beginning of an Introduction to Philosophy*, Londres, Longmans, Green, and Co.

JAMES W. (1912), *Essays in Radical Empiricism*, New York, Longmans, Green and Co.

JAMES H. (fils) (Ed.) (1920), *The Letters of William James*, vol. II, Boston, The Atlantic Monthly Press.

KAAG J. J. (2008), Women and Forgotten Movements in American Philosophy: The Work of Ella Lyman Cabot and Mary Parker, *In: Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 44, 1, p. 134-157.

KAAG J. J. (2011), *Idealism, Pragmatism, and Feminism: The Philosophy of Ella Lyman Cabot*, Lanham, Rowman & Littlefield Pub.

KALLEN H. (1915), Democracy versus the Melting-Pot: A Study of American Nationality: Part I, *In: The Nation*, Feb. 18, p. 190-194 et Part II, Feb. 25, p. 217-220.

- KALLEN H. M. (1914), *William James and Henri Bergson: A Study in Contrasting Theories of Life*, Chicago, The University of Chicago Press.
- KARPF F. B. (1932), *American Social Psychology*, New York et Londres, McGraw-Hill Book Company.
- KOFFKA K. (1922), Perception, An Introduction to the *Gestalt-Theorie*, In: *The Psychological Bulletin*, October, 19, 10, p. 531-585.
- KOFFKA K. (1924), *The Growth of the Mind: An Introduction to Child Psychology*, Londres, K. Paul, Trench, Trubner & Co, New York, Harcourt, Brace & Co.
- KÖHLER W. (1929), *Gestalt Psychology*, New York, H. Liveright.
- KLOPPENBERG J. T. (1986), *Uncertain Victory: Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870-1920*, Oxford, Oxford University Press.
- KUKLICK B. (1979), *The Rise of American Philosophy: Cambridge, Massachusetts 1860-1930*, New Haven, Yale University Press.
- KROPOTKINE P. (1906), *L'Entr'aide: Un facteur de l'évolution*, Tradução L. Guieysse-Bréal, Paris, Hachette.
- LASKI H. J. (1916), The Sovereignty of the State, In: *Journal of Philosophy*, 13, 4, p. 85-97.
- LASKI H. J. (1919a), Review of The New State, In: *New Republic*, 8 février 1919, p. 61-62.
- LASKI H. J. (1919b), The Pluralistic State, In: *The Philosophical Review*, 28, 6, p. 562-575.
- LASKI H. J. (1919c), Note: A Reply to Walter Lippmann's Review of Laski's Authority, 31 Mai, p. 149-150.
- LASKI H. J. (1921), *The Foundations of Sovereignty, and Other Essays*, New York, Harcourt, Brace and Company.
- LASKI H. J. (1932), La conception de l'État de Léon Duguit, In: *Archives de philosophie du droit et de sociologie juridique*, p. 121-134.
- LINDEMAN E. C. (1921), *The Community: An Introduction to the Study of Community Leadership and Organization*, New York, Association Press.
- LINDEMAN E. C. (1924), *Social Discovery: An Approach to the Study of Functional Groups*, New York, Republic Publishing.
- LINDEMAN E. C. (1933), *Social Education*, New York, New Republic.
- LIPPMANN W. (1919), Review of Laski's Authority in the Modern State, In: *The New Republic*, 31 Mai, p. 149.

- LIVINGSTON A. (2016), *Damn Great Empires! William James and the Politics of Pragmatism*, New York, Oxford University Press.
- MACIVER R. (1917), *Community: A Sociological Study*, Londres, Macmillan.
- MADÉLRIEUX S. (2006), Pluralisme anglais et pluralisme américain: Bertrand Russell et William James, *In: Archives de philosophie*, 69, 3, p. 375-393.
- MADÉLRIEUX S. (2008), *William James. L'attitude empiriste*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MALON B. (1885/2007), *La morale sociale. Morale socialiste et politique réformiste*, Lormont, Le Bord de l'Eau.
- MANSBRIDGE J. (1993), Feminism and Democratic Community, *In: Nomos*, 35, p. 339-395.
- MAURICE F. D. (1872), *Social Morality: Twenty-One Lectures Delivered in the University of Cambridge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAUSS M. (1923-24), Essai sur le don, *In: L'Année sociologique*, seconde série, tome I.
- MEAD G. H. (1903), The Definition of the Psychical, *In: Decennial Publications of the University of Chicago*, First Series, vol.III, Chicago, p. 77-112.
- MEAD G. H. (1909), Social Psychology as Counterpart to Physiological Psychology, *In: Psychological Bulletin*, 6, p. 401-408.
- MEAD G. H. (1913), The Social Self, *In: Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, 10, p. 374-380.
- MEAD G. H. (1930), Cooley's Contribution to American Social Thought, *In: American Journal of Sociology*, 35, 5, p. 693-706.
- MEAD G. H. (1934/2015), *Mind, Self, and Society*, Chicago, University of Chicago Press, Chicago, University of Chicago Press.
- MORRIS C. W. (1927), The Total-Situation Theory of Ethics, *In: International Journal of Ethics* 37, p. 258-268.
- OVERSTREET H. A. (1914), God as the Common Will, *In: Hibbert Journal*, 13, 1, p. 155-174.
- PEIRCE C. S. (1878), How to Make our Ideas Clear, *In: Popular Science Monthly*, January 1878, vol. XII, p. 286-302.
- POTTS D. B. (1965), Social Ethics at Harvard, 1881-1931, *In: Paul Buck (Ed.), Social Sciences at Harvard, 1860-1920*, Cambridge, Harvard University Press.

ROSENTHAL V.; VISETTI Y.-M. (2003), *Köhler*, Paris, Les Belles Lettres.

ROYCE J. (1895), *The Religious Aspect of Philosophy: A Critique of the Bases of Conduct and of Faith*, Boston et New York, Houghton Mifflin Company.

ROYCE J. (1901), *The World and the Individual*, New York, The Macmillan Company, vol. 1: The Four Historical Conceptions of Being, vol. 2: Nature, Man, and the Moral Order.

ROYCE J. (1908), *The Philosophy of Loyalty*, New York, H. Holt and Company.

ROYCE J. (1912), *The Sources of Religious Insight*, New York, Charles Scribner's Sons.

SHEFFIELD A. E. (1923), What is the Case Worker Really Doing?, *In: The Journal of Social Forces*, 1, 4, p. 362-366.

SMALL A. (1902), The Significance of Sociology for Ethics, *In: The Decennial Publications of the University of Chicago*, Chicago, The University of Chicago Press, vol. 4, p. 113-149.

SMALL A. (1909), *The Cameralists*, New York, Burt Franklin.

SMITH D. G. (1964), Pragmatism and the Group Theory of Politics, *In: The American Political Science Review*, 58, 3, p. 600-610.

SMUTS J. (1926), *Holism and Evolution*, Londres, Macmillan.

STEARNS M. (2002), *Progressives, Pluralists and the Problems of the State*, Oxford, Oxford University Press.

TEAD O.; METCALF H. C. (1920), *Personnel Administration: Its Principles and Practice*, New York, McGraw-Hill Book Company.

THOMAS W. I.; ZNANIECKI F. (1919/1998), *Le paysan polonais*, Paris, Nathan.

THOMPSON A. B. (1895/2009), *The Unity of Fichte's Doctrine Knowledge*, Ithaca, Cornell University Library.

TOLMAN E. C. (1932), *Purposive Behavior in Animals and Men*, New York, Century.

TONN J. C. (2003), *Mary P. Follett: Creating Democracy, Transforming Management*, New Haven, CT, Yale University Press.

THRASHER F. M. (1927), *The Gang. A Study of 1,313 Gangs in Chicago*, Chicago, The University of Chicago Press.

THRASHER F. M. (1928), The Study of the Total Situation, *In: The Journal of Educational Sociology*, 1, 8, p.477-490.

- WALLAS G. (1916), *The Great Society*, New York, The Macmillan Company.
- WARD L. F. (1898), *Outlines of Sociology*, New York, The Macmillan Company.
- WHITE M. (1943), *The Origin of Dewey's Instrumentalism*, New York, Columbia University Press.
- WHITEHEAD A. N. (1925), *Science and the Modern World: Lowell Lectures*, New York, The Macmillan Co.
- WHITEHEAD A. N. (1929/1995), *Procès et réalité. Essais de cosmologie*, Paris, Gallimard.
- WHITMAN W. (1855), *Leaves of Grass*, Brooklyn, NY, W. Whitman.
- WILSON W. (1913), *The New Freedom: A Call for the Emancipation of the Generous Energies of a People*, Garden City, NY et Toronto, Doubleday, Page and Company.
- WOOD A. E. (1926), The Social Philosophy of Mary P. Follett, *In: Journal of Social Forces*, 4, p. 759-769.
- ZIEGLER T. (1891), *Die Soziale Frage: Eine Sittliche Frage*, Strasbourg (5e édition 1895).

A CRITICIDADE DAS CAUSAS AMBIENTAIS:  
APREENDER AS CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS  
PELOS AMBIENTES EM INTERAÇÃO<sup>1</sup>

Francis Chateauraynaud

INTRODUÇÃO

As mobilizações coletivas relacionadas ao meio ambiente nos colocam na interseção entre a sociologia dos movimentos sociais (CEFAÏ, 2007) e o que é hoje conhecido como “humanidades ambientais” (BLANC, DEMEULENAERE e FEUERHAHN, 2017). Ao sugerir a entrada pelos pronunciamentos, pelas narrativas ou pelos argumentos, e mais amplamente pelo conjunto de técnicas de convicção, a chamada de trabalhos do colóquio *Les paroles militantes dans les controverses environnementales* se estendia a outros campos de pesquisa, como a análise de discurso, a sociologia dos problemas públicos, ou ainda a etnografia da participação (CEFAÏ, 2012). O conjunto das intervenções selecionadas mostra a pluralidade de caminhos possíveis para apreender as formas contemporâneas de crítica e engajamento ecológico. Seguir a trajetória dos atores e dos argumentos nas arenas públicas aparece como uma exigência comum, mas cuja realização metódica depende dos objetos em causa e das maneiras de abordá-los. Além das diferenças de estilo e das preferências teóricas, emerge uma questão transversal, que

---

1 Versão de 28 de maio de 2018, texto a constar em um volume de *Questions de communication* (outono de 2018), que publicará os anais da conferência *Les paroles militantes dans les controverses environnementales* (Metz, novembro de 2017). Texto traduzido por Samantha Sales.

diz respeito à maneira como se constrói a legitimidade de uma causa e os discursos que a sustentam. Qualquer busca por legitimidade produz, por sua vez, efeitos sobre as formas de ação e julgamento existentes nos mundos sociais, e isto é particularmente relevante nos domínios da ecologia política. Longe de serem unificados, esses domínios formam uma constelação de causas, envolvendo doutrinas, valores e práticas também marcadas pelo pluralismo (LARRÈRE e LARRÈRE, 2015).

Na França, a problemática dos riscos dominou durante muito tempo os trabalhos sobre as causas ambientais, com uma insistência particular nos conflitos de expertise, na multiplicação de controvérsias em torno das tecnociências e, sobretudo, na entrada nas cenas públicas de coletivos de “profanos” (CALLON, LASCOUMES e BARTHE, 2001). Não obstante, no movimento das sociologias pragmáticas a renovação de conceitos e ferramentas não tem sido operada a partir de questões ambientais, mas de redes sociotécnicas ou de provas de justiça (CHATEAURAYNAUD, 2014). Na década de 1990, ao contrário dos mundos anglo-americanos (Hannigan, 2006), a sociologia do meio ambiente teve dificuldade em encontrar suas marcas acadêmicas (KALAORA e VLASSOPOULOS, 2013). No entanto, hoje, o argumento do atraso dos Environmental Studies já não se sustenta: dispomos de uma coleção consistente de trabalhos sobre múltiplos casos, de conflitos de desenvolvimento a grandes causas transnacionais, de controvérsias sobre os efeitos de longo prazo da poluição aos observatórios participativos da biodiversidade, de modo que o menor processo crítico emergente parece poder cair rapidamente em categorias de análise preestabelecidas, permitindo caracterizar atores, arenas e questões e produzir descrições finas. A compilação de monografias, contudo, parece perder processos mais profundos, porque não assegura as condições epistêmicas, não somente de uma real confrontação de casos, mas também de uma integração de jogos de escalas bastante complexos em que os atores operam. É por isso que, nesta curta contribuição, insistirei na necessária articulação de três planos, ainda muitas vezes dissociados tanto por questões de pesquisa como por lógicas de investigação: a descrição detalhada das dinâmicas criadas por cada controvérsia ou conflito que envolve múltiplas entidades em torno de

questões ambientais; a caracterização das configurações políticas em que a legitimidade dos engajamentos e das mobilizações é feita ou desfeita; enfim, o plano das experiências práticas, das atividades ancoradas nos ambientes, em que estão em jogo tanto as incomensurabilidades como as irredutibilidades, e em que se afirmam alternativas cujo futuro e radicalidade são também fontes de disputa (CENTEMERI, 2015).

Qualquer fala militante que envolva o meio ambiente – que não explicamos aqui novamente em que medida se trata, na França, de uma categoria administrativa (CHARVOLIN, 2003) – aponta para uma fenomenologia dos ambientes. No entanto – este é um dos paradoxos mantidos pelas ciências sociais contemporâneas –, a entrada pelos discursos e a compreensão de práticas tendem a divergir, ainda que haja uma espécie de urgência axiológica para encontrar sentido e afastar-se tanto a economia política das promessas como a manipulação midiática dos símbolos desencarnados. Se é verdade que a ecologia se opõe por princípio à ideologia de um mundo de fluxos desmaterializados, para o qual tenderia inexoravelmente a lógica de mercado, é urgente voltar às práticas e aos ambientes, examinando prioritariamente as práticas que fazem emergir os últimos sem reduzi-los a categorias estabelecidas, mesmo que normalizadas por um raciocínio ecossistêmico (KIRKSEY, 2015). O distanciamento epistêmico e a ruptura ontológica com o mundo sensível são verdadeiros riscos gerados pela expansão ilimitada de uma ordem computacional, a mesma que sustenta os mundos digitais e nutre uma concepção das sociedades contemporâneas como ultramediatizadas, cuja regulação se baseia sobretudo em uma lógica puramente informacional (SCHROEDER, 2018). O risco de um afastamento do senso prático, da experiência dos ambientes e da produção de apreensões sensíveis não é novidade, uma vez que acompanha a história da modernidade. Ao nos concentrarmos exclusivamente nas retóricas e figuras discursivas próprias às formas de militância, acentuamos essa dissociação, deixando as questões ambientais de algum modo relegadas como temas ou meros objetos de discurso.

Do meu ponto de vista, um dos desafios é conciliar a descrição formal dos processos de mobilização – dos primeiros alertas às formas de

resolução ou apaziguamento –, a análise crítica dos discursos e contra-discursos hegemônicos (HOWARTH e GRIGGS, 2012) e a experiência dos ambientes em interação. O alcance e o significado dos discursos, das narrativas ou das argumentações dependem da articulação desses três planos, o que requer uma revisão profunda das lógicas de investigação e dos estilos de raciocínio adotados. Pois, olhando mais de perto, percebe-se que as disjunções ou as dissociações são múltiplas. Por exemplo, a análise precisa e técnica da construção e do alcance dos argumentos é raramente acompanhada de uma compreensão igualmente precisa e técnica de repertórios de ação ou dinâmicas conflituais, que comumente recebem mais atenção da sociologia das mobilizações (RENNES, 2011). Isso vale para a ainda muito forte dissociação entre a atenção às operações críticas nas arenas públicas e o estudo das atividades práticas, das mais comuns às mais extraordinárias. Uma outra divisão, que já deveria ter sido superada, é a que opõe a descrição de sequências de ação de curta duração, associada à mediatização de acontecimentos, à análise de processos de longa duração, por vezes envolvendo provas que duram décadas ou mais (CHATEAURAYNAUD, 2016). Outra divisão merece ser superada: a que opõe a consideração de vínculos e interesses, identidades ou representações, ou disposições (no sentido da sociologia de Bourdieu), à criatividade da ação, concebida como a capacidade de subverter os constrangimentos em situação, mas também como produção de aberturas de futuro. Bifurcar processos, abrir outras trajetórias possíveis, produzir a reversibilidade ou a irreversibilidade, operar a partir de pontos de bifurcação – os *turning points* teorizados por Andrew Abbott (2001) –, todas essas operações animam muitos protagonistas de controvérsias, inclusive nos processos de regulação ou de resolução subsequentes. Insere-se aqui, no cerne da abordagem pragmática, uma dimensão axiológica, que não pode ser reprimida em nome de uma sacrossanta “neutralidade axiológica” (VANDENBERGHE, 2016): ela leva a valorizar as capacidades de ação e as preensões coletivas em face das sombrias perspectivas de um colapso global. Na invenção das preensões individuais e coletivas que reabrem o futuro, os militantes têm um lugar privilegiado ou são apenas uma das figuras,

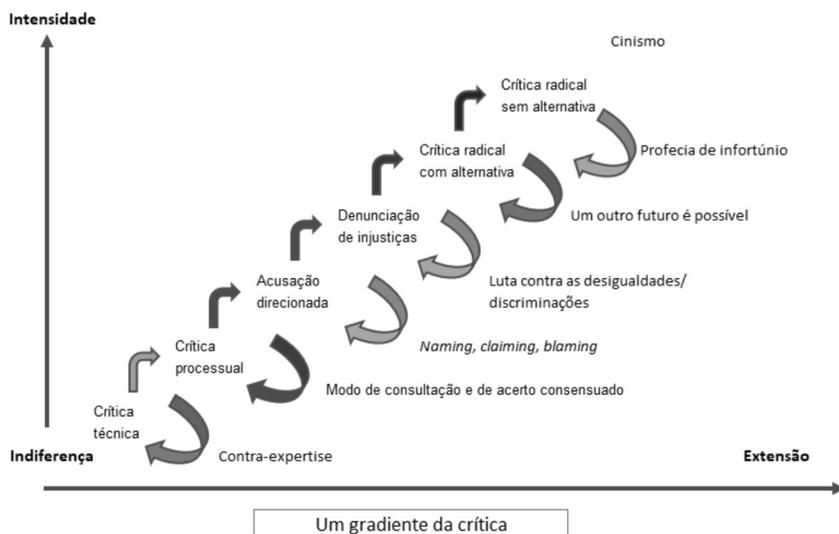
móveis ou imóveis, de um teatro de sombras e luzes cuja distribuição não cessa de mudar? Ao reinterrogar os fundamentos do que os anglo-saxões chamam de “ativismo”, estamos contribuindo, sem dúvida, para a crise, tornada crônica, da figura clássica do militante. Em todo caso, não podemos evitar a questão da fixação de estatutos e atributos sociais, cujas condições de possibilidade devem ser trazidas à tona, ou de impossibilidade, emergência de ações, falas, tomadas de posição, alianças ou coalizões até então improváveis – uma observação inspirada por uma figura particularmente cara à pragmática das transformações, o lançador de alerta, que atrai hoje para ela toda a sorte de atores críticos.

### CRÍTICA E CRITICIDADE

Uma sociologia a-crítica é possível? E caso seja, é desejável? Os debates que animam a disciplina há muitos anos são, na verdade, malformados: sem momento crítico, a sociologia perderia rapidamente toda a capacidade reflexiva e toda a utilidade para os atores. Quando, no início dos anos 1990, Luc Boltanski lançou a ideia de uma oposição entre “sociologia crítica” e “sociologia da crítica”, foi em um contexto no qual as diferenças entre os estilos de pesquisa, separados pelo lugar dado ao desvelamento, ainda não eram visíveis (BÉNATOUÏL, 1999). Ao longo do tempo, essa divisão revelou-se tanto artificial quanto falaciosa – exceto para aqueles adeptos de uma versão rígida da sociologia pragmática (BARTHE et al., 2013). Nesta abordagem, que não se reconhece na tradição filosófica do pragmatismo, a sociologia crítica é para a sociologia pragmática o que a crítica radical é para a crítica reguladora, que visa controlar os estados de coisas. Essa visão binária advém da incapacidade de pensar as operações críticas a partir dos constrangimentos de acessibilidade que os atores enfrentam em universos opacos, por vezes mesmo tornados opacos, como no caso dos ambientes de expertise, cujos conflitos de interesse nem sempre são visíveis nas arenas públicas (GIREL, 2017). A pertinência das operações interpretativas do pesquisador não é passível de decisão ex cathedra: ela depende dos processos pelos quais os objetos em

questão são tornados visíveis e inteligíveis, de modo que, na maioria dos dossiês, é necessário pesquisar nos arquivos, cruzar entrevistas, desenvolver observações multissituadas e cotejar fontes a fim de estabelecer uma trama inteligível, o que equivale a praticar uma forma de desvelamento, ou, pelo menos, reunir elementos não disponíveis para os atores – como fizemos, por exemplo, no caso do amianto (CHATEAURAYNAUD, 2016). No entanto, as pesquisas desenvolvidas a partir de um pragmatismo crítico têm pouco a ganhar com a canonização da crítica política ao neoliberalismo (necessariamente radical), o que muitos autores-atores fazem muito bem. Em contrapartida, elas não podem se limitar a criticar apenas os dispositivos em uma lógica de controle de riscos (crítica fortemente policiada e orientada unicamente para a regulação), o que muitos gestores de riscos fazem muito bem. A crítica se une à lógica de investigação quando deve se afastar dos caminhos já traçados, reabrir ou recriar um espaço de possíveis, a fim de apreender as incomensurabilidades e irredutibilidades no mundo social. Nesse sentido, a crítica é uma operação que exprime plenamente o pragmatismo: a investigação sempre precede a teoria, ou melhor, sua cristalização definitiva (DEWEY, 2016[1910]).

À medida que as investigações avançam, devido a uma atenção cada vez maior aos detalhes da atividade argumentativa, podemos formalizar um gradiente da crítica. Um pronunciamento envolve diferentemente de acordo com a intensidade crítica que produz e a lista de entidades envolvidas. Da crítica técnica, que por vezes começa com uma simples questão ou com a emergência de uma dúvida, até a crítica radical, que tende a pôr em causa todo um sistema, os protagonistas operam deslocamentos constantes, gerindo mais ou menos bem o jogo do reversível e do irreversível. Na construção desse gradiente da crítica, dois limites, inferior e superior, desempenham um papel importante. Designados aqui pelos termos de indiferença e cinismo, esses limites se referem a um impensado latente de qualquer abordagem centrada nos pronunciamentos: o significado atribuído, ou não, pelos protagonistas, ao fato de manter-se em silêncio em relação à evolução de uma situação ou um processo.



Essa versão gradual e processual da crítica pode ser complementada pela ideia de criticidade. Em matéria de segurança nuclear, a criticidade refere-se a todos os riscos produzidos por uma reação em cadeia involuntária. Esse desvio conceitual diz respeito ao uso, pelos próprios atores, de fórmulas como “reação em cadeia”, “efeito dominó”, “propagação” ou “contágio sistêmico”, “efeito bola de neve” etc. É uma outra forma de considerar a noção de crítica utilizada na sociologia, tanto em referência à teoria crítica (escola de Frankfurt), quanto às operações críticas subjacentes aos atos de protesto ou aos conflitos, quanto ainda aos processos críticos atravessados pelos sistemas sociais – a crítica como ato de discernimento, tendo, como sabemos, sua origem na ideia de crise. O grau de criticidade de um dossiê ou de uma questão pode ser medido com a ajuda de indicadores da presença de marcas de denúncia e métodos de protesto. Mas refere-se, sobretudo, a sequências críticas não antecipadas que, muitas vezes, desviam uma causa de sua trajetória inicial, alterando radicalmente sua extensão. Poderíamos certamente falar em grau de conflitualidade. Mas a nuance reside na maneira de olhar para as relações entre atores, argumentos e ambientes. Na conflitualidade, dominam as relações de forças humanas. Na criticidade, trata-se de interações complexas entre dispositivos e ambientes

que muitas vezes vão além dos agentes humanos e colocam fortemente à prova as representações e crenças.

#### TRAJETÓRIAS DE CAUSAS: PENSAR OS PROCESSOS ENTRE IRREVERSIBILIDADE E BIFURCAÇÕES

A importância dos jogos de escala na construção coletiva das questões ambientais é bem estabelecida. Ao elaborar um quadro analítico para seguir os processos críticos que se desdobram em múltiplas escalas, a sociologia pragmática das transformações contribuiu para deslocar um pouco o centro de gravidade do estudo dos alertas e das controvérsias (CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017). A dinâmica dos problemas públicos deve ser apreendida por meio da concatenação de provas públicas, ao longo das reconfigurações de jogos de atores e argumentos, mas também a partir dos ambientes em interação, das formas de engajamentos práticos ligados às experiências no mundo material e sensível. Afastamos assim de uma versão logocêntrica, que por vezes se impôs devido à importância da produção de argumentos e do estudo de seu alcance na evolução das relações de forças e legitimidades.

As controvérsias ambientais não se desenvolvem de modo automático, a partir de uma trama idêntica que permite aos protagonistas organizar a sua disputa em torno de um objeto específico – uma floresta, uma poluição, uma atividade, um projeto industrial, uma infraestrutura etc. Em primeiro lugar, porque as configurações políticas e cognitivas nas quais nascem e se desenvolvem, ou não, as causas ambientais, são decisivas. Em segundo lugar, porque essas configurações não caem do céu: elas emergem e se estruturam ao longo de processos de transformação cada vez mais complexos. Uma das características marcantes da última década é, com efeito, a crescente interdependência dos processos críticos, de modo que as controvérsias são cada vez menos casos isolados, específicos e organizados em torno de jogos de atores e argumentos bem determinados. É doravante impossível abordar a energia nuclear sem considerar as alterações climáticas, os OGM sem pesticidas, os perturbadores endócrinos e todas as questões relacionadas à alimentação

ou à biodiversidade, ou mesmo à poluição do ar, sem os debates sobre a transição energética etc. – para nos atermos aqui a uma combinatória muito fácil de manusear.

A atenção às atividades ordinárias apreendidas em seus ambientes não é mais incompatível com o estudo dos jogos de atores e argumentos que atravessam, reconfigurando-as, as arenas públicas, pois é necessária para a compreensão das pressões e capturas, individuais e coletivas, cuja eficácia ou alcance podem ser jogados lado a lado, abaixo, além ou contra as retóricas preparadas, como aquelas desenvolvidas por máquinas críticas, lógicas panfletárias e outras fraseologias globalizantes geradoras de palavras de ordem. Trata-se, mais profundamente, de dotar os atores de um novo registro de competência, complementando as capacidades argumentativas, os saberes de uso, as lógicas de rede e a percepção de movimentos em situação: os atores, e isto é particularmente verdade nos ambientes militantes, desenvolvem uma experiência de processos, isto é, uma capacidade de agir ao longo do tempo, identificando os pontos de bifurcação, os momentos-chave de prova, as convergências ou divergências potenciais. É a partir dessa dimensão da experiência que são formados novos porta-vozes, capazes de ativar um poder de expressão, de hierarquizar motivos e causas e de minimizar o risco de desconexão de qualquer movimento de protesto das experiências ordinárias de ambientes e dispositivos.

## PENSAR OS FUTUROS DE OUTRA MANEIRA: ALÉM DO CATASTROFISMO E DO TECNOPROGRESSISMO

Se é importante ter um olhar analítico preciso sobre os discursos, é também porque entramos em uma nova configuração. De fato, as falas militantes são elaboradas e, em contrapartida, elaboram uma nova versão da catástrofe global.<sup>2</sup> Com a emergência da colapsologia, inspirada na extensa obra de Joseph Tainter (1988), o número de publicações anunciando o advento da catástrofe não parou de crescer. Temos muitas opções, mas tomemos como exemplo um texto assinado por Yves Cochet, ecologista,

2 Ver “Welcome to the Anthropocene”, The Unesco Courier, abril-junho de 2018.

ex-ministro do Meio Ambiente. Essa coluna é interessante não porque anuncia o fim do mundo, “tal como o conhecemos”, para sacudir, antes de sua universidade de verão, seus colegas ecologistas que se saíram um pouco mal das eleições da primavera de 2017, mas porque ela detalha seu advento, chegando a dar datas precisas:

O colapso da primeira etapa é **possível** já em 2020, **provável** em 2025, **certo** até 2030. Tal afirmação baseia-se em **numerosas publicações científicas** que podemos reunir sob a bandeira do **Antropoceno**, entendido no sentido de uma ruptura no seio do sistema-Terra, caracterizado pela **ultrapassagem irreprimível e irreversível de certos limites geo-bio-físicos globais**. Essas rupturas são doravante imparáveis (...). A segunda etapa, na próxima década de 2030, (...) será um **período de sobrevivência precária e infeliz da humanidade**. (...) Alguns grupos de pessoas terão tido a oportunidade de se instalar perto de uma fonte de água e armazenar alguns alimentos enlatados e medicamentos para o médio prazo, esperando **reaprender as habilidades elementares de reconstrução de uma civilização autenticamente humana**. (...) Não somos pessimistas ou depressivos, olhamos para as coisas o mais friamente possível, acreditamos sempre na política. Os extremistas que se ignoram encontram-se do lado do pensamento dominante – da religião dominante – com base na **crença de que a inovação tecnológica e um retorno do crescimento resolverão os problemas atuais**. Se a nossa perspectiva é a mais racional e provável, resta-nos convencer os ativistas do EE-LV [Europa Ecologia – Os Verdes], os franceses e todos os nossos irmãos e irmãs em humanidade. **A dissonância cognitiva de nossas sociedades impede que isso seja possível em tempo hábil.**<sup>3</sup>

Qualquer texto é interessante pelas leituras que produz. Se é tecnicamente impossível, no formato desta contribuição, desenvolver a análise dos argumentos e contra-argumentos gerados por cada anúncio de catástrofe, notamos o lugar central do raciocínio holístico e global –

3 Coluna publicada no *Libération* de 25 de agosto de 2017, sob o título “De la fin d’un monde à la renaissance en 2050” (Do fim de um mundo ao renascimento em 2050, em português).

concatenado aqui pelo uso de “nós”, banalizado pela prosa filosófica – e a denúncia concomitante de concepções abertas do futuro. No trecho acima, Cochet comete um erro de enquadramento ao qualificar sua abordagem como “prospectiva”, enquanto, em sua opinião, há apenas um cenário e, claramente, não há nenhuma dúvida quanto a abordá-lo de maneira deliberativa. A resposta de um dos leitores merece ser reproduzida, pois dá uma ideia do trabalho interpretativo necessário para apreender o que leva um ex-ministro ecologista a fazer o que criticava em seus concorrentes imediatos

Laurent D. 24 de agosto de 2017, às 21:35. “Se olharmos para a história da ecologia política, Yves Cochet opôs-se a Antoine Waechter, a quem acusava de catastrofismo ecológico por defender uma aliança com o PS [Partido Socialista]. Como o PC [Partido Comunista] 30 anos antes, os Verdes foram fagocitados, destruídos por essa aliança. Com a ajuda de mercenários como Benhamias, Placé, De Rugy, Pompili, a dupla Hollande/Valls conduziu uma política agressiva, raramente descrita pela imprensa, para explodir esse partido. Sem que este último reagisse de maneira determinada. **Quando queremos salvar o planeta e temos tão poucas capacidades para nos defendermos, é melhor mudarmos de emprego.** (...) Mas hoje Cochet tem a lucidez de fazer um balanço. **Seu exercício tem valor porque sabe do que é feito o futuro. Todos os futuristas corretamente equipados estão fatalmente enganados.** Mas seu artigo é um aviso gratuito. Os brinquedos tecnológicos, incluindo os dos ecologistas com sua energia solar e as outras chamadas energias limpas, não são compatíveis com os desafios vitais que a humanidade enfrenta. Todos os brinquedos deles nos dizem, vá em frente, consuma, corra contra a parede. **O pior nunca é certo, mas é melhor tentar evitá-lo**”.

Dissecar os discursos críticos, dos quais fazem parte os catastrofistas, é uma tarefa importante que deve, naturalmente, encontrar sua contrapartida simétrica na análise dos discursos de controle, notadamente por meio da comunicação pública das classes dirigentes. Em face da colisão frontal ou do entrelaçamento de discursos e contradiscursos, todos

os níveis de análise são potencialmente pertinentes. Podemos mesmo chegar ao ponto de nos interessarmos pelo uso intensivo de advérbios, de marcas epistêmicas ou deônticas, como “doravante”, “não podemos mais”, “inevitavelmente”, e tentar elencar todos os procedimentos utilizados para expressar o possível e o impossível, o provável, o certo e o incerto etc. O discurso assumido por Yves Cochet nos dá uma variante daquilo que Jean-Pierre Dupuy chamou de “catastrofismo esclarecido” (DUPUY, 2002). Diante desse tipo de discurso, podemos fazer uma análise argumentativa e exibir os procedimentos retóricos utilizados. Mas é preciso ir mais longe. Se é importante passar por uma análise fina de discursos, argumentações, justificações, retóricas e outras narrativas (SMITH, 2017), deve-se poder sair dela: as questões ecológicas, como as tecnológicas, convocam mundos de entidades, objetos, dispositivos e ambientes cuja materialidade impede de se ater às palavras de ordem e às fórmulas utilizadas nas arenas públicas.

Nos últimos dez anos, a ascensão imediata ao nível global tem sido constitutiva da maneira como os atores pensam as questões ambientais e justificam seu envolvimento nas causas. A origem não deve ser procurada apenas na mudança climática, uma vez que se trata também de geopolítica, de acesso a recursos híbridos, de questões de superpopulação, biodiversidade etc. Em novembro de 2017, o jornal *Le Monde* publicou o alerta assinado por 15 mil cientistas, mobilizados pelo grupo<sup>4</sup> *Union of Concerned Scientists*. Esse mesmo grupo tinha alertado, já em 1992, na primeira Cúpula da Terra no Rio, para a perigosa evolução de uma série de parâmetros que inviabilizam a vida na Terra a longo prazo. Desde então, as escalas de tempo tornaram-se mais precisas, embora permaneçam no cerne das controvérsias. Um quarto de século mais tarde, a mesma rede de cientistas constata que nada de decisivo foi feito, particularmente por parte das instituições e dos industriais. Podemos pensar que essa constatação é inexata ou parcial, uma vez que se baseia em um enquadramento pessimista que consiste em fazer o desastre parecer (quase) inevitável. Ao contrário da regulação do buraco na camada

---

4 William J. Ripple et alii., “World Scientists’ Warning to Humanity: A Second Notice”, *BioScience*, nov. de 2017.

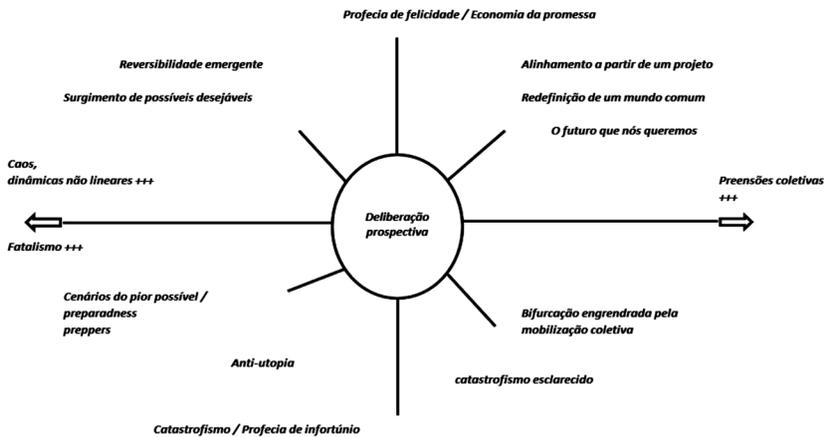
de ozônio (emissões de clorofluorcarbono, reduzidas pelo Protocolo de Montreal de 1987), os cientistas não conseguiram produzir consenso e, sobretudo, políticas adaptadas à escala dos problemas. Diante desse tipo de alerta global, para o analista do discurso, mas também para o sociólogo pragmatista, se coloca a questão do estatuto do sujeito coletivo em “nós”. Esse problema clássico da enunciação não deve levar ao relativismo. No entanto, convida-nos a avaliar os efeitos desse holismo estabelecido como quadro de referência considerado indiscutível e subjacente a todos os enunciados. Sabemos que alguns atores abusam desse “nós” – “nós nunca estivemos...”, “para onde nós vamos...?”. Esse “nós” é muitas vezes um “eu”, ou, em todo caso, uma comunidade invisibilizada pelo uso de um sujeito coletivo que supostamente envolve a humanidade inteira. Essas operações enunciativas não são triviais, pois trabalham em profundidade a maneira como as falas militantes se exprimem, circulam e reconfiguram a politização das questões ambientais.

Quando examinamos um texto, um discurso, uma entrevista ou um debate, é primordial entender se o tipo de futuro que está em jogo, às vezes implicitamente, é aberto ou fechado. De que ângulo de visão do futuro dispõe a pessoa ou o grupo que faz um pronunciamento, e como se constrói, de maneira axiológica, o futuro desejável ou indesejável? Para sair de uma contínua oscilação pendular causada pela onipresença de um regime de enunciação bastante fatalista, podemos adotar dois eixos – cuja pertinência foi estabelecida a partir das batalhas sobre o futuro energético, e o gás de xisto em particular<sup>5</sup>. O primeiro eixo opõe o tecnoprogressismo e suas promessas de felicidade – as ciências e as técnicas resolverão os problemas, com a geoengenharia, a inteligência artificial (deep learning), as nanotecnologias, a biologia sintética, os novos OGM, as novas técnicas de edição genética, incluindo o incontornável Crisprcas/9, o reavivamento de explorações espaciais etc. – ao catastrofismo, entendido aqui como um dispositivo cognitivo orientado para um fata-

---

5 As lições sociológicas do dossiê dos hidrocarbonetos não convencionais foram debatidas durante um dia de estudos organizado em Marselha, reunindo vários palestrantes, incluindo Josquin Debaz, Roberto Cantoni e Philippe Zittoun, sob o título “Le gaz de schiste: Regards sociologiques sur des processus (potentiellement) irréversibles [Gás de xisto: Perspectivas sociológicas sobre processos (potencialmente) irreversíveis, em português]” (EHESS, La Vieille Charité, Marselha, 12 de junho de 2015).

lismo e uma predominância da profecia de infortúnio. O segundo eixo se refere a uma polaridade completamente diferente: levanta a questão das preensões que os atores podem ou não desenvolver. A interseção dos dois eixos fornece um primeiro mapa, possibilitando trabalhar a uma distância adequada as maneiras de se mobilizar ou desmobilizar: quais são as preensões coletivas que as pessoas e os grupos conseguem criar para transformar o mapa dos futuros que se impõem a eles?



As tensões epistêmicas e axiológicas acerca de futuros saturam os raciocínios e as argumentações tanto na questão ambiental como nos domínios tecnológicos. Sem reabrir aqui os debates que animaram a segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em junho de 2012, amplamente esquecida hoje apesar de sua dimensão global (FOYER et al., 2015), constatamos que, 20 anos depois, se os governos “esverdearam” suas políticas, e se os industriais e os círculos financeiros agora se apresentam como “socialmente e ecologicamente responsáveis”, a lista de problemas não resolvidos cresceu, e os riscos são considerados mais do que nunca “sistêmicos”. Na verdade, ao menos duas versões do futuro se opuseram na Rio+20 – marcada por uma conferência e outra em resposta a ela: de um lado, a versão oficial com *The Future we want*; de outro, um apelo a alternativas. Por exemplo, a Via Campesina ataca

frontalmente a “Green economy”, acusada de conduzir a uma trajetória fatal, em benefício exclusivo dos ricos. Esse tipo de oposição é constitutivo de muitas mobilizações e estrutura fortemente os discursos. Mas, a menos que professemos uma forma de neoestruturalismo, não devemos parar por aí. Por meios de investigações, análises, interações com todos os tipos de defensores de causas, mas também com agências públicas, é importante se posicionar em relação a grandes discursos e máquinas retóricas que são muito bem reguladas. Podemos analisá-los em seus processos de formação (EDWARDS, 2010; CHARVOLIN e OLLIVIER, 2017) e revelar, nos mais diversos domínios, experiências concretas de reabertura de futuros. Essa abordagem decorre da concepção da balística sociológica, que consiste em nunca fechar as trajetórias ou encerrar os processos, projetando-os em espaços planos ou em direções já determinadas (CHATEAURAYNAUD, 2016). Em todos os processos críticos pelos quais passam as causas ambientais, surgem pontos de bifurcação. Há sempre atores que emergem e tentam influenciar, reverter, desviar a direção tomada por um determinado desenvolvimento. No tableau de bord<sup>6</sup> da ecologia política, há certamente muitas derrotas, mas a reabertura de possíveis está no cerne de processos controversos. A ZAD<sup>7</sup> de Notre-Dame-des-Landes foi maltratada, mas o projeto aeroportuário foi abandonado. O aterro de rejeitos radioativos HAVL<sup>8</sup> em Bure parece irreversível, mas novas provas não podem ser excluídas – e a reconfiguração do projeto poderia bifurcar seriamente a história do setor nuclear. Certamente, isso funciona nos dois sentidos: reabrir Fessenheim, concluir sem problemas o EPR<sup>9</sup> de Flamanville, do qual dependem outras obras, como Hinkley Point, na Inglaterra, teria consequências importantes para o setor. Atrás de cada bifurcação, diante de cada ponto de retorno ou não-retorno, há reações em cadeia, e as capacidades de ação e reação desempenham um papel eminentemente crítico.

6 N.T.: Tableau de bord (painel de gestão à vista, em português) é uma ferramenta de gestão que permite a todos os concernidos a monitorar suas atividades e avaliar suas performances.

7 N.T.: Zone à défendre (zona a ser defendida, em português).

8 N.T.: HAVL se refere a uma categoria de rejeitos nucleares, os rejeitos de alta atividade (haute activité et à vie longue, em francês).

9 N.T.: Reator Pressurizado Europeu. A sigla se refere à denominação em inglês, European Pressurised Reactor.

Essa abordagem dos futuros que leva em conta possíveis bifurcações, ou turning points, se cruza com a abordagem prospectiva, desenvolvida por Gaston Berger, que enfatiza a construção deliberativa de cenários. Fixar os futuros é, portanto, um grande desafio para os defensores de causa, sejam eles ecologistas, governos ou coalizões de atores econômicos. Há, assim, toda uma rede que milita pela quarta geração de reatores nucleares, como o Comissariado de Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA, na sigla em francês), que já definiu o parque nuclear de 2060. Para eles, o futuro da energia nuclear é “dobrado”. Pelo menos tudo deve ser feito para garantir que seja considerado como tal pelos decisores.<sup>10</sup> O lobbying desse grupo junto ao governo, das instâncias europeias e de outras entidades, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), é tão intenso como contínuo, envolvendo um trabalho de influência em redes profundas: a solução permanece como projeto há décadas; é a dos reatores de nêutrons rápidos (RNRs), os mesmos que se queixa por não terem podido completar uma experiência famosa... Superfênix... Assim como a característica de uma fênix é renascer constantemente de suas cinzas, os RNRs serão supersuperfênixes, projetos em andamento, Astrid notadamente, de modo que a saída da energia nuclear não pode se tornar uma opção séria. Produzir a reversibilidade e a irreversibilidade é, portanto, o cerne do problema, das operações com as quais os atores estão envolvidos nos processos que nos interessam. O futuro pode ser fixado como um horizonte de espera ou, ao invés disso, pode se revelar extremamente aberto. Um outro exemplo é fornecido pelo cenário NegaWatt, conduzido por um grupo de especialistas militantes<sup>11</sup>, que toma a direção oposta à anterior, ao propor abandonar a energia nuclear e os hidrocarbonetos, investir em energias renováveis, desenvolver eficiência e sobriedade energéticas e obter um mix energético virtuoso. Esse cenário, desprezado no início dos anos 2000, ganhou visibilidade e legitimidade ao longo dos debates e das medidas políticas acerca da transição energética.

10 Ver a contribuição sobre a reviravolta do projeto nuclear em Saskatchewan.

11 Ver a introdução de Yves Marignac, responsável pela análise prospectiva da Associação NegaWatt, durante o debate organizado sob o título “Vers un scénario européen de transition énergétique?”, Associação NegaWatt, Paris, 21 de abril de 2018.

Resta situar claramente as afirmações da pragmática das transformações em face do antropoceno, que se refere a todas as modificações produzidas pelas atividades humanas no planeta a ponto de precipitar uma nova era ou época geológica. É incontestável que todos os tipos de processos autorreforçados, as poluições, os riscos sistêmicos, nos levam a admitir sem discussão a fala dos cientistas que fazem o alerta global. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), tal como o Anthropocene Working Group formado no seio da Comissão Internacional sobre Estratigrafia, fornece matrizes globais, contra as quais as ciências sociais têm poucos meios para contradizer. A questão não é tanto contestar ou relativizar essas falas autorizadas, mas colocar a questão da atitude em relação às injunções forjadas em um modelo de geração de constrangimentos de cima para baixo. É impossível sair da matriz sem dar sérias garantias de adesão aos axiomas e teoremas resultantes de uma verdadeira axiomática autônoma chamada “sistema-Terra” (GRINEVALD, 2012). A menos que se assuma a posição de um negador – *denyer* em inglês, aquele que nega uma realidade –, essa axiomática serve como ponto de partida para todos os discursos ecológicos. As falas militantes não podem escapar disso. No entanto, muitos atores veem nela um grande risco, o de um acoplamento do cinismo ou da produção de impotência, de paralisia pelo fatalismo catastrófico, contra o qual os contradiscursos se esforçam para encontrar a sua marca.

Não se trata de atacar a construção do modelo do sistema-Terra, nem sua realidade fenomenológica – não faltam ilustrações, de Alberta e seus campos de poços, de megacidades vistas de aviões ou do mar de plástico. Assistimos a transformações tangíveis das últimas camadas geológicas, com marcas irreversíveis. Embora haja muitas controvérsias derivadas, como aquela que enfatiza o papel do capitalismo, com a noção de capitaloceno desenvolvida por James Moore ou a de Chthuluceno de Dona Haraway, as questões de denominação são pequenas, se comparadas com as condições físicas e biológicas da vida na Terra. É por levar em conta o poder de expressão dessa matriz que nos propusemos a raciocinar em termos de contra-antropocenos (CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017): é uma forma de levar a sério, sem minimizá-las, as estratégias que

os atores desenvolvem localmente e que dão outra tonalidade às falas militantes sem alterar o fundamental. Assim como o que se produz nos mundos agrícolas com a emergência de uma outra ontologia política de sementes (DEMEULENAERE, 2014), os contra-antropocenos visam romper a cadeia de catástrofes, começando pelo nível local. A exemplo do desenvolvimento da agricultura bio ou da mobilidade suave nas cidades, os possíveis que emergem mudam as formas de avaliação crítica do que fazem as pessoas, os grupos e as instituições.

#### DAS FALAS AOS ATOS: UMA MULTITUDE DE CONTRA-ANTROPOCENOS

Em face de uma axiomática que se tornou autônoma, quatro atitudes se formam: contestar a coerência e a pertinência – o que nesse caso leva a uma forma de revisionismo ecológico; desdobrar as proposições por meio de um raciocínio estendido, isto é, aumentando constantemente a lista de objetos que se enquadram no conceito de antropoceno; reformular os principais axiomas, por exemplo, repolitizando-os (o que faz a passagem ao capitaloceno) e traçando consequências sobre o sistema econômico e político; levar a sério o jogo de escalas e os processos de transformação nos ambientes em interação.

Por trás do espaço de cálculo que permite organizar o raciocínio coletivo em torno de indicadores estabilizados, como a quantidade de gases de efeito estufa (GEE) emitidos na atmosfera, por país, por ano, por tipo de atividade, etc., resultando no famoso balanço de carbono – que permite converter um número de hambúrgueres em quilômetros percorridos de carro ou avião, ou mesmo no número de cliques que ativam fazendas de dados ou data centers pelo planeta. A potência de um espaço de cálculo baseia-se na soma das equivalências que ele é capaz de produzir. Contudo, assim que ambientes e dispositivos surgem em contexto, a heterogeneidade recupera seus direitos. Nos gráficos e esquemas do IPCC, lemos principalmente as curvas de emissões de CO<sub>2</sub> e o aumento da temperatura média – isso é o que se supõe ser o mais politicamente relevante (“policy relevant”), enquanto por trás do modelo de circulação

geral dos climatologistas se encontra uma matriz muito mais complexa, que leva em conta uma multiplicidade de interações entre ambientes e atividades humanas. Essas interações colocam no cerne dos processos atores, redes, dispositivos heterogêneos cuja “governança”, para usar essa palavra grosseira da tecnopolítica, não é óbvia. Além disso, com a crescente relevância das questões de adaptação, as ciências climáticas e as agências reguladoras que as colocam em prática devem cada vez mais entrar em contato com as ciências sociais (CHATEAURAYNAUD e DUBOIS, 2018).

Podemos nos contentar em opor regimes discursivos relativamente poderosos, como o catastrofismo e o tecnoprogressismo, a práticas situadas nas preensões com os dispositivos e os ambientes em interação? Diante da proliferação de fontes de tensão e desacordo, e das dificuldades manifestas da regulação de sociedades pensadas cada vez mais como “sistemas complexos”, sujeitos a riscos “sistêmicos” (EEA, 2016), devemos explorar a produção de preensões coletivas por meio das quais as pessoas, os grupos ou as instituições bifurcam, a partir de suas próprias experiências, processos apreendidos como inevitáveis e catastróficos. A análise das lutas por influência reveladas pelas controvérsias mais marcantes, da energia nuclear aos OGM, dos perturbadores endócrinos ao gás de xisto, da poluição do ar à perda de biodiversidade, deve ser então complementada por uma atenção constante à produção contínua de alternativas, que temos designado como contra-antropocenos.

A multiplicação de controvérsias e conflitos cria constelações, ou arquipélagos, de domínios de luta que andam de mãos dadas com a retomada do controle cidadão, voltado tanto para o reencantamento dos ambientes como para, no mínimo, liberá-los do catastrofismo, da política do pior possível ou a lógica de crise permanente, e de novas formas de autogoverno (ZASK, 2016) – que perturbam fortemente os poderes, como mostra o tratamento da ZAD de Notre-Dame-des-Landes ou os ocupantes do bosque Lejuc no aterro de rejeitos radioativos em Bure. Essa é uma das características da complexidade sublinhada anteriormente: há tantas tentativas de convergência ou de federação de causas como de reinvestimentos de lugares e ambientes, nos quais se experimentam diferentes

formas de autonomia. Essas propensões atravessam várias dimensões destacadas pelo pragmatismo filosófico e retomadas pela sociologia pragmática das transformações.

A abordagem plural dos processos críticos permite pensar dinâmicas locais, afastando-se de uma lógica adaptativa concebida a partir de cenários e modelos elaborados em escala global e/ou de uma simples replicação da crítica radical do capitalismo, colocada como o único horizonte possível para as ciências sociais diante dos rolos compressores do neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016). Se essas reduções tiveram um sucesso evidente nos ambientes militantes, uma vez que servem como operadoras de totalização e convergência, uma abordagem pragmático-crítica, tal como definida anteriormente, busca dar conta da pluralidade das experiências e de sua irredutibilidade. Pudemos tornar manifesta, ao longo das controvérsias, a emergência de múltiplos contra-antropocenos, engendrados pelos ambientes em interação (CHATEAURAYNAUD e DEBAZ, 2017). O número e a heterogeneidade das experiências que produzem esses contra-antropocenos tornam impossível uma totalização. É impossível hierarquizá-las de acordo com um punhado de indicadores ou regras formais sem se afastar da compreensão das práticas e sem lhes impor um espaço de cálculo que rompa a corporeidade da experiência, no princípio de qualquer atenção às coisas (BESSY e CHATEAURAYNAUD, 2015). É sempre possível, e às vezes útil, contar as tramas verdes e azuis<sup>12</sup> sem jamais ter conhecido uma única, mas a produção desse tipo de dados negligencia o poder configurador de experiências e de seu compartilhamento, reduzindo a poucas coisas a diversidade de fenômenos emergentes no cerne dos ecossistemas (KIRKSEY, 2015).

As experiências das quais mais falamos são relacionadas a conflitos particularmente tensos, mas os micromundos inventados localmente pelas pessoas e pelos grupos são multiformes, criando dinâmicas irredutíveis apesar da circulação geral de conceitos e práticas que se organizam desde ocupações em fazendas bio, ecobairros em ecovilas, campos de migran-

---

12 N.T.: As tramas verdes e azuis dizem respeito a um dos principais projetos franceses de preservação da biodiversidade, resultante de debates pluripartidários conhecidos como Grenelle de l'environnement.

tes em hortas comunitárias, terrenos industriais abandonados em locais alternativos concebidos como *locus solus*. A ideia de contra-antropoceno designa os ambientes resistentes e resilientes que os atores invocam, na maioria das vezes em apoio a contestações ou protestos. Mas ela visa sobretudo as configurações polifônicas e a multiplicidade de formas de vida que nascem nos restos, nos interstícios, nas ruínas do capitalismo (TSING, 2015). Se a matriz de riscos globais se impõe aos atores institucionais enquanto alimenta a tentação de adotar um raciocínio sociológico global sem um ponto de ancoragem específico (BECK, 2008), isso se deve em parte à notável performatividade das declarações feitas pelos climatologistas, apoiados por instrumentos e centros de cálculo capazes de dar forma a processos complexos (EDWARDS, 2010). Produzindo um macromundo a partir de modelos numéricos, as ciências climáticas visam os principais pontos e fatores de ruptura dos grandes equilíbrios climáticos. Por sua vez, as ciências sociais privilegiam os atores situados, mesmo quando trabalham em nome de entidades internacionais ou transnacionais (CHARVOLIN e OLLIVIER, 2017). Elas privilegiam estudos ancorados em realidades geográficas cuja articulação com construções globais se insere em espaços complexos de mobilização e jogos institucionais. Investir em dobras e redobras, em lacunas e interstícios, em bordas e margens nunca é um desperdício. Envolve as capacidades de reconfiguração, de criação de desenvolvimentos imprevistos ou de ruptura. Espaços de possíveis ou aberturas para o futuro estão tomando corpo, na maioria das vezes nos micromundos, e uma importante tarefa das ciências sociais consiste em tornar inteligíveis os processos pelos quais se elaboram, em contexto, as preensões individuais e coletivas. Mais do que nunca, a sociologia deve se concentrar em identificar, reconhecer e colocar em perspectiva e em discussão os modos de ter e dar preensão – o que só é possível associando uma abordagem pragmática baseada na pesquisa e um olhar crítico a partir da discussão de categorias e normas. Em todo caso, essa é uma das condições para questionar e rearmar as estratégias de resistência ou de deslocamento em face de formas de governo que têm fortes chances de conduzir nossas democracias, ou o que restou delas, a uma série de impasses políticos, econômicos e ecológicos.

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT A. (2001), On the Concept of Turning Point, *In: Time Matters*. On Theory and Methods, Chicago, University of Chicago Press.
- BARTHE Y. et al. (2014), *Sociologie pragmatique: mode d'emploi*, In: *Politix*, 2013/3 (n° 103).
- BECK U. (2008), *World at Risk*, Cambridge (UK), Polity Press.
- BENATOUÏL T. (1999), A Tale of Two Sociologies. The Critical and the Pragmatic Stance in Contemporary French Sociology, In: *European Journal of Social Theory*, 2 (3), p. 379-396.
- BESSY C.; CHATEAURAYNAUD F. (2015), *Being attentive to things: Pragmatic approaches to authenticity*, Postscript to the second edition of *Experts et Faussaires*. Pour une sociologie de la perception (Paris, Ed. Pétra, 2014).
- BLANC G.; DEMEULENAERE E.; FEUERHAHN W. (Dir.) (2017), *Humanités environnementales : enquêtes et contre-enquêtes*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- CALLON M.; LASCOUMES P.; BARTHE Y. (2001), *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil.
- CEFAÏ D. (2007), *Pourquoi se mobilise-t-on ? Les théories de l'action collective*, Paris, La Découverte.
- CEFAÏ D. et al. (2012), *Ethnographies de la participation*, Introduction au volume de la Revue *Participations*, 2012/3 (n° 4).
- CENTEMERI L. (2015), *Reframing Problems of Incommensurability in Environmental Conflicts through Pragmatic Sociology*. From Value Pluralism to the Plurality of Modes of Engagement with the Environment, In: *Environmental Values*, 24, 3, June 2015, p. 299-320.
- CHARVOLIN F. (2003), *L'invention de l'environnement*, Paris, La Découverte.
- CHARVOLIN F. et OLLIVIER G. (2017), *La biodiversité entre science et politique. La formation d'une institution internationale*, Paris, Pétra.
- CHATEAURAYNAUD F. (2014), Les topiques environnementales entre controverses et conflits. Ecologie politique et sociologie pragmatique en France, In: Lionel Charles et al., *Environnement et sciences sociales en France et en Allemagne*, Paris, L'Harmattan.
- CHATEAURAYNAUD F. (2016), Pragmatique des transformations et sociologie des controverses. Les logiques d'enquête face au temps long des processus, In: *Histoires pragmatiques*, *Raisons pratiques*, Paris, EHESS, vol. 25, p. 349-385.

CHATEAURAYNAUD F. et. DEBAZ J. (2017) *Aux bords de l'irréversible*. Sociologie pragmatique des transformations, Paris, Pétra.

CHATEAURAYNAUD F. et. DUBOIS C. (2018, à paraître), Et si la climatologie devenait une science sociale comme les autres?, In: *Nature, Sciences, Sociétés*.

DARDOT P. et. LAVAL C. (2016), *Le Cauchemar qui n'en finit pas*. Comment le néolibéralisme défait la démocratie, Paris, La Découverte.

DEMEULENAERE E. (2014), A Political Ontology of Seeds. The Transformative Frictions of a Farmers' Movement in Europe, In: *Focaal – Journal of Global and Historical Anthropology*, 69, p. 45-61.

DEWEY J. (2016/1910), *L'influence de Darwin sur la philosophie et autres essais de philosophie contemporaine*, Paris, Gallimard.

DUPUY J.-P. (2002), *Le catastrophisme éclairé*, Paris, Seuil.

EDWARDS E. N. (2010), *A Vast Machine: Computer Models, Climate Data, and the Politics of Global Warming*, Cambridge (us), MIT Press.

EEA (European Environmental Agency) (2016), *Report of the EEA Scientific Committee Seminar on emerging Systemic Risks*, Copenhagen, EEA, February.

FOYER J. (dir) (2015), Regards croisés sur Rio+20. *La modernisation écologique à l'épreuve*, Paris, CNRS, coll. CNRS Alpha.

GIREL M. (2017), *Science et territoires de l'ignorance*, Paris, Quae.

GRINEVALD J. (2012), *Le Concept d'Anthropocène, son contexte historique et scientifique*, Entropia, no 12, printemps, p. 22-38.

HANNIGAN J. (2006/1995), *Environmental Sociology*, London, Routledge.

HOWARTH D.; GRIGGS S. (2012), Poststructuralist Policy Analysis. Discourse, Hegemony and Critical Explanation, In: FISCHER F. & GOTTWEIS H., *The Argumentative Turn Revisited. Public Policy as Communicative Practice*, Durham, Duke University Press.

KALAORA B. et. VLASSOPOULOS C. (2013), *Pour une sociologie de l'environnement*, Seyssel, Champs Vallon.

KIRKSEY E. (2015), *Emergent Ecologies*, Durham and London, Duke University Press.

LARRÈRE C. et. LARRÈRE R. (2015), *Penser et agir avec la nature*. Une enquête philosophique, Paris, La Découverte.

RENNES J. (2011), Les formes de la contestation. Sociologie des mobilisations et théories de l'argumentation, In: *A Contrario*, 2, n°16.

SCHROEDER R. (2018), *Social Theory after the Internet*. Media, Technology and Globalization, London UCL Press.

SMITH S. (2017), Using speech acts formulas to describe the narrative structure of affaires, In: *SocioInformatique & Argumentation*, Avril.

TAINTER J. (1988), *The Collapse of Complex Societies*, Cambridge (UK), Cambridge University Press.

TSING A. L. (2015), *The Mushroom at the End of the World. On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*, Princeton, Princeton University Press.

VANDENBERGHE F. (2016), La sociologie comme philosophie pratique et morale (et vice-versa), In: CAILLÉ A. et. VANDENBERGHE F., *Pour une nouvelle sociologie classique*, Le Bord de l'Eau.

ZASK J. (2016), *La démocratie aux champs*. Du jardin d'Eden aux jardins partagés, comment l'agriculture cultive les valeurs démocratiques, Paris, La Découverte.

AÇÃO PÚBLICA AMBIENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO  
ETNOGRÁFICA PRAGMATISTA DOS DISPOSITIVOS DE UMA  
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) FEDERAL  
EM UM TERRITÓRIO

Gustavo Matarazzo

Maurício Serva

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As discussões sobre políticas públicas ambientais trazem diversas questões a respeito de instrumentos e dispositivos que podem ser implementados para garantir a proteção e conservação da natureza. Em uma perspectiva histórica de questões macro políticas, destacamos os acordos multilaterais firmados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) — em especial, na Conferência de Estocolmo (1972) e na Eco-92 no Rio de Janeiro — e as publicações de documentos como o livro “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS et al., 1978) e o relatório “Our Common Future” (1987). Esse arcabouço se tornou referencial para as legislações na área, sobretudo, na lei nº 6.938 de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 que visa garantir o direito aos cidadãos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A lei nº 6.938 apresenta o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 99.274 de 1990; tais instrumentos alteraram as perspectivas de tratamento das causas ambientais por meio de soluções pontuais e deram bases para a

constituição de uma estrutura em forma de sistema que é formada pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim sendo, o SISNAMA é composto da seguinte forma:

- Órgão superior: Conselho de Governo;
- Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama);
- Órgão Central: Ministério do Meio Ambiente;
- Órgãos Executores: Ibama e ICMBio;
- Órgãos Seccionais: Estados;
- Órgãos Locais: Municípios.

Ao refletirmos sobre as diferentes formas que o Estado implementa visando à proteção e conservação da natureza, uma das estratégias mais comuns e adotada em âmbito mundial é a de áreas protegidas. No ano de 2014, por exemplo, o World Conservation Monitoring Centre (WCMC) do United Nations Environment Programme (UNEP), vinculado à ONU, lançou um relatório denominado “Protected Planet Report” no qual constatou que cerca de 15,4% da área terrestre e 8,4% da área marinha e costeira de todo o planeta são protegidas. No mesmo relatório, há uma projeção para que em 2020 se chegue a 17% da área terrestre e 10% da área marinha e costeira. Juridicamente, o Brasil adotou a nomenclatura de Unidades de Conservação (UCs) para as áreas protegidas e as definiu como um espaço territorial legalmente instituído pelo poder público, o qual estabelece objetivos de conservação específicos e limites definidos. Essas áreas são administradas em regime especial, a fim de garantir um adequado nível de proteção (SNUC, 2000). Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2018) apontam que o Brasil possui 2146 UCs (nos níveis municipal, estadual e federal), o que representa uma área de 1.582.861 km<sup>2</sup>. Das 959 áreas de proteção em nível federal, 335 são geridas pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICM-Bio), autarquia federal criada no ano de 2007 resultado de um polêmico desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). O ICMBio tem como objetivo central executar

as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), propondo, implantando, gerindo, protegendo, fiscalizando e monitorando as UCs instituídas pela União. Além dessas funções, o Instituto também é responsável por fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade além de exercer o poder de polícia ambiental nas e nos entornos das áreas protegidas.

Ao nos debruçarmos sobre as atividades de órgãos executores de políticas públicas, as relações entre o controle e a criatividade burocrática no exercício das funções dos servidores é uma das questões centrais a ser investigada (PIRES, 2009). Especificamente para as políticas ambientais esse cenário é confrontado com os territórios e os jogos dos atores locais, que produzem combinações entre o local e o global (LASCOUMES, 2012). Diante dessas perspectivas, ao centrarmos as lentes analíticas sobre as ações organizacionais, podemos refletir sobre os apoios convencionais que garantem aspectos mínimos para intercompreensão dessas ações (DODIER, 1993). Assim sendo, objetivamos com este artigo (1) apresentar os dispositivos pelos quais uma UC ambiental federal está presente em um determinado território e (2) caracterizar como os repertórios normativos são acessados no cotidiano organizacional. Para atingir tal objetivo, o presente artigo está dividido de forma a: (1) apresentar as perspectivas metodológicas que subsidiaram esta pesquisa; (2) destacar as características organizacionais; (3) expor os dispositivos presentes no território; (4) refletir sobre os repertórios normativos presentes nas constituições e críticas aos dispositivos; (5) e, por fim, as considerações finais.

## PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Essencialmente, a etnografia se apoia na implicação direta do pesquisador, com isso, o principal meio de pesquisa é a experiência encarnada do pesquisador. Essa forma de se fazer uma pesquisa está relacionada com um espiral, o ponto de impulsão é nutrido pelo conjunto de turbulências práticas e/ou teóricas que oneram a compreensão do pesquisador. O campo de pesquisa se constitui como um espaço no qual o etnógrafo encontra apoios para a condução da pesquisa, realizando

operações de interação, observação e registro, amostragem, codificação e análise. Sendo assim, é com esse conjunto de atividades aparentemente desconexas, que se torna possível a resolução dos problemas de ordem empírica ou teórica (CEFAÏ, 2010).

A observação participante, na etnografia, pode ser vista como uma técnica, na qual o pesquisador coleta os dados por meio da participação na vida cotidiana do grupo ou organização. O acompanhamento do comportamento rotineiro e cotidiano dos participantes em determinadas situações auxilia nas interpretações dos acontecimentos observados. Uma das características desse tipo de pesquisa é a produção de uma grande quantidade de descrições detalhadas, o que requer processos de análises do material, a fim de apresentar conclusões com certo aspecto de validade científica para o campo. Por fim, a apresentação dos dados em si é um ponto problemático, já que as observações não podem ser simplesmente categorizadas e apresentadas sem perder o seu caráter de evidência (BECKER, 1994).

O presente artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica de um ano e dois meses em uma Unidade de Conservação Federal localizada na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina no Brasil. Como estratégia de coleta de dados, optamos pela observação participante, a partir de um programa de voluntariado desenvolvido pela organização. Em complemento, realizamos cinco entrevistas semi-estruturadas com atores envolvidos com a organização.

## CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS

Ao nos aproximarmos de uma UC é perceptível a sua característica multifuncional, ou seja, trata-se de uma organização marcada por uma diversidade considerável de objetivos e funções. Nesse sentido, o SNUC (2000) define tais características a partir de dois grandes grupos de áreas protegidas: proteção integral e uso sustentável. O primeiro se caracteriza apenas pelo uso indireto dos recursos naturais; enquanto que o outro está relacionado com a utilização deles desde que garantidas sua perenidade

e manutenção dos processos ecológicos. Nossa investigação se deu em uma Estação Ecológica, tipologia pertencente ao primeiro grupo, a qual tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; há a possibilidade de visitação desde que com objetivos educacionais e autorizadas pela administração da área (SNUC, 2000).

O grupo de servidores daquela Estação Ecológica é composto inteiramente por analistas ambientais que, segundo a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (2019), apresentam as seguintes atribuições: I -regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental; II – monitoramento ambiental; III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros; V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais. Em complemento a essas atividades, o analista ambiental poderá se tornar agente de fiscalização, atividade que apura infrações ambientais denunciadas. Tal função é uma das formas pela qual o poder de polícia ambiental do órgão se materializa.

A partir dessas perspectivas, propomos uma análise organizacional fundada na visão de que uma mesma UC existe por meio de diferentes dispositivos nos territórios. O conceito de dispositivo ganhou notoriedade na literatura sociológica por iniciativa de Michel Foucault e ao longo do tempo sofreu uma grande diversidade, sendo empregado em várias áreas. Para os fins deste trabalho, adotamos a perspectiva desenvolvida por Dodier e Barbot (2016) que o define como “um encadeamento preparado de sequências, destinada a qualificar ou transformar os estados das coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos” (DODIER; BARBOT, 2016). Dessa forma, traçamos como estratégia analítica o estudo da UC por meio de três dispositivos que coexistem no território em que atua, a saber: de educação ambiental, de produção de expertise e também de proteção e fiscalização da natureza. Passaremos, neste momento, a um processo de caracterização de cada um dos dispositivos.

## DIPOSITIVOS PRESENTES NO TERRITÓRIO

### **Dispositivo de Educação Ambiental**

A educação ambiental é uma prática que se caracteriza de maneira transversal aos diversos tipos de UCs presentes na legislação brasileira. Com isso, há um conjunto jurídico bastante extenso que vai desde do próprio arcabouço que versa, especificamente, sobre as áreas protegidas até aquele que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999). Uma conjunção dessas duas áreas para o desenvolvimento da temática se dá com a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA). Além desse cenário jurídico que, de certa forma, torna-se propositivo no sentido de desenvolvimento de ações pela área protegida, há o entendimento compartilhado, verificado durante a pesquisa de campo, entre os servidores de que se trata de uma importante função organizacional.

Ao atuarem em ações de educação e interpretação ambiental, os servidores performam um misto de funções: condutores das visitas, guias de trilhas e instrutores. Salientamos que, no desenrolar do cotidiano organizacional, há discussões constantes acerca do perfil ideal para a condução dessas ações. Pois, as visitas são destinadas a diversos públicos que trazem demandas pedagógicas distintas. Os registros demonstram a presença desde grupos de estudantes infantis até alunos de pós-graduações. Os elementos materiais presentes neste dispositivo auxiliam-nos a compreender como se dá as performances das ações organizacionais, visto que são fontes de apoio ontológico proporcionadoras de certo nível de estabilidade (PICKERING, 2011). Ao analisarmos a constituição do dispositivo de educação ambiental no território, percebemos que há o emprego de elementos materiais a fim de tornar a área protegida uma organização promotora de relações de ensino e aprendizagem. Assim sendo, para além dos materiais pedagógicos “clássicos”, a saber: as apostilas, livretos de colorir ou vídeos; há ainda o emprego de objetos de origem biológica, bem como, dos próprios petrechos que foram apreendidos em alguma ação de fiscalização. Com isso, os objetos se tornam

instrumentos pedagógicos; os servidores, educadores ambientais; e os visitantes, alunos.

Atuar como um dispositivo de educação ambiental no território agencia repertórios de justificação ligados ao papel social desenvolvido pela UC no território. Tal perspectiva se sustenta a partir da atuação em redes com outras instituições ligadas ao ensino. Por esse ângulo, nos momentos que a organização é colocada à prova, a rede institucional, frequentemente, atua no sentido de sustentar e justificar a importância do dispositivo no território. Por situação de prova, entendemos a possibilidade de uma mudança de estado, isto é, o momento em que as entidades são qualificadas e as forças presentes determinam suas relações (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017). Deste modo, há o endosso de outras organizações e coletivos a respeito da necessidade da presença da UC. Esses grupos, frequentemente, constituem-se por meio do desenvolvimento de parcerias que se estabelecem por programas que congregam escolas, ONGs, faculdades e institutos de pesquisa.

Ao se constituir como um dispositivo de educação ambiental, uma perspectiva fundamental a ser analisada é a das experiências pessoais dos servidores e de suas relações desenvolvidas com os responsáveis pelas organizações parceiras. Ou seja, constatamos que redes de relacionamento pessoais se entrelaçam com o plano profissional, o que possibilita a construção de parcerias. Logo, diferentes regimes de ação são colocados no plano organizacional, fazendo com que as fronteiras entre os campos profissional e privado sejam diluídas. Em adição a essa interpretação, destacamos a ideologia e militâncias como componentes que aproximam o profissional do privado, já que as áreas ambiental e educacional costumam serem espaços desse tipo de atuação.

Ao refletirmos sobre as perspectivas constitutivas do dispositivo de educação ambiental que a UC promove no território em que atua; desenvolveremos, a seguir, um outro dispositivo que as áreas protegidas articulam, o de produção de expertise.

### **Dispositivo de Produção de Expertise**

Enquanto dispositivo de produção de expertise, pudemos constatar que a UC trabalha na elaboração e produção de conhecimentos diversos sobre o território no qual atua. A fim de realizarmos uma análise a respeito dessa temática, apoiamos-nos nas noções desenvolvidas pelas investigações acerca da expertise. Ao constatarmos que o nosso campo empírico é composto por um conjunto de atores multifacetados com diversos tipos de conhecimentos sobre o território, que não necessariamente são relativos à educação formal. Sobretudo, porque, costumeiramente, garante legitimidade aos seus argumentos “por serem nativos” (ATOR 1). O modelo de competência de expertise que adotaremos deve estar preocupado em ultrapassar as cisões clássicas que estabelecem, por exemplo, os profissionais e os técnicos.

A partir desse cenário, entendemos que o ato de expertise é aquele que tem a capacidade de encontrar as boas mediações, ou seja, que faz emergir as apreensões pelas quais a expertise é efetuada. O que faz aproximar “[...] os materiais, os modos de percepção, as redes de pessoas e de objetos, mais ou menos organizados sob as formas de instituições e coletivos e as convenções descritivas que asseguram a coerência das designações e das lógicas argumentativas” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014). Dito isso, a expertise se relaciona com todos os protagonistas capazes de suscitar provas pertinentes ou de elaborar apreensões adequadas.

A produção de expertise em uma organização pública como a área protegida se materializa em artigos científicos, laudos técnicos, materiais pedagógicos e informativos. Em uma UC há a presença de servidores com formações diversas; em nossa pesquisa encontramos químicos, biólogos, oceanógrafos, sociólogos e bacharéis em direito, por exemplo. Nos momentos em que há a necessidade de produção de expertise, essa multiplicidade se expressa ao aproximar diferentes espaços de cálculo. Por esse conceito entendemos como o conjunto de lógicas e procedimentos compartilhados a fim de que os atores produzam interpretações coerentes (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017).

Os documentos apresentam a agência de reverberarem no campo de argumentos e atores que se estabelece em situações de prova no território. Nesse sentido, os documentos além de representarem posicionamentos, podem engendrar ações coletivas. Já que os documentos são públicos, suas utilizações vão além do controle dos membros da UC, isto é, podem ser apresentados como provas em alguma controvérsia. Essa forma de utilização não requer, necessariamente, que os atores estejam concertados com a área protegida.

A legitimidade de tais documentos é respaldada pelo arcabouço jurídico-administrativo que sustenta a área protegida como um dispositivo central na produção de expertise; fazendo com que diferentes órgãos, como o Ministério Público, considerem seus posicionamentos na mediação de conflitos e interesses. “Falar em nome do meio ambiente” é uma das características centrais desse dispositivo. Após algum tempo de trabalho, cria-se, no território, certa correspondência entre as figuras pessoais dos servidores e a área protegida, o que os qualifica também à tarefa de se posicionar em nome do meio ambiente, mesmo que não estejam em serviço.

Durante a pesquisa pudemos classificar em três grandes grupos de motivos que agenciam a produção de um documento técnico, a saber: científicos, legais e sociais. Um documento científico surge à medida que a UC apresenta programas de pesquisa, sejam estes conduzidos pelos seus próprios analistas ou por organizações parceiras. A área protegida se torna, dessa forma, campo empírico para a realização de pesquisas. Legalmente, o surgimento de um documento se dá a partir de agenciamentos intermediados pelo arcabouço jurídico, o que torna obrigatória, em determinadas situações, a expressão técnica da UC. Por fim, socialmente, um documento surge por pressões de determinados atores sociais que ensejam pareceres técnicos formulados pelos analistas a fim de subsidiar ações de coletivos e organizações em determinadas situações de prova. Um ponto a se destacar é que, por vezes, mesmo sem a necessidade legal de posicionamento público da UC, a pressão social pode influenciar na decisão pela emissão desse posicionamento.

Os documentos técnicos permitem a construção de argumentos e discussões na arena pública a partir de um espaço de cálculo fundamentado nas Ciências Naturais. O que possibilita que diferentes lógicas argumentativas sejam compreendidas por configurações profissionais particulares. Um documento bastante utilizado no seio de um dispositivo de produção de expertise é o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); sua elaboração se dá como parte do processo de licenciamento ambiental ou após algum empreendimento ser punido administrativamente. No PRAD é explicitado o conjunto de medidas que garantirão condições para que uma área tenha um novo equilíbrio dinâmico. Com isso, os servidores analisam a exequibilidade do plano apresentado, segundo lógicas fundadas nesse espaço de cálculo comum. Destacamos ainda a presença de um mercado que congrega consultorias ambientais especializadas em realizar tais tarefas e que ficam conhecidas pelos analistas a partir de seus técnicos.

A produção de expertise está atrelada ao surgimento de controvérsias, sobretudo, porque elas apresentam planos epistemológicos que são acessados para se chegar a acordos momentâneos. Essas controvérsias podem ser entendidas como situações de prova nas quais surgem os documentos técnicos. Ao se tornarem públicos e alvos do escrutínio de diversos atores sociais, os documentos, ao mesmo tempo em que são peças integrantes das situações, também podem ser colocados à prova. Dessa forma, há uma necessidade implícita de sustentação desses documentos; o que faz com que haja um trabalho horizontalizado, que conjuga analistas de diferentes campos profissionais. Há, então, a criação de documentos técnicos que são híbridos, ou seja, que aportam registros técnicos provenientes de diversos campos do conhecimento (AKRICH, 2006). Os documentos técnicos são, portanto, parte, do reflexo da multidisciplinaridade presente na equipe de servidores, o que faz com que os mecanismos argumentativos e posicionamentos se sustentem frente aos diversos campos do conhecimento.

A produção de expertise não é um trabalho exclusivamente intelectual, o que faz com que os aspectos sensoriais sejam componentes fundamentais desse processo. A materialidade se torna um ponto central

para a análise da expertise, e, nesta pesquisa, o ato de expertise está intimamente ligado com a própria natureza; ou seja, o contato corporal entre servidores e a natureza. Os odores, a coloração da água, o canto dos pássaros ou a visualização de clareiras nas matas são exemplos de como corpos e representações se interrelacionam (BESSY; CHATEAU-RAYNAUD, 2014). A fim de garantirem legitimidade aos argumentos constituídos, variados equipamentos e objetos técnicos são empregados, como os equipamentos fotográficos, de geolocalização, de georreferenciamento, etc., que visam à garantia de padrões.

O dispositivo de produção de expertise pode se associar a outras organizações, integrantes ou não da estrutura do Instituto. Esses outros atores atuam de diversas formas, em especial, aproveitando o espaço e a própria estrutura da área protegida com o intuito de instalarem equipamentos diversos no território. Podem ser caracterizados como advindos de outras esferas do poder público estatal, bem como, da sociedade civil. Uma outra forma particular de geração de expertise se dá na aproximação com as populações tradicionais, que por meio de suas experiências e vivências são capazes de gerar conhecimento sobre o território.

Em termos cotidianos e administrativos, a geração de expertise pode ser analisada em dois momentos: um primeiro, de saída de campo, e outro, de escritura e formalização dos documentos. Nas saídas de campo, os analistas coletam os diversos dados; enquanto que o processo de desenvolvimento, formalização e escritura dos documentos se dá, frequentemente, após as reuniões nas quais são definidos os horizontes técnicos de apoio aos posicionamentos assumidos. Para gerar os documentos, que materializam em parte a produção de expertise da UC no território, o dispositivo se volta para essas ações. Ou seja, há um agenciamento da maioria dos analistas e de diversos equipamentos técnicos e estruturas (veículos, embarcações, etc.). O que resulta em um trabalho de forma horizontalizada; no qual há concertação das ações a fim de empregar os analistas (com seus conhecimentos específicos) e os equipamentos em conformidade com as situações.

Por fim, é possível presumir que a geração de expertise não é um processo realizado de forma estruturada e que se repete com regularidade, pelo contrário, o quadro de ação é instável; muito devido à incerteza que cerca as situações, já que a expertise é fruto de diferentes agenciamentos da própria natureza (não-humanos) e/ou dos atores sociais que compõem o cenário no qual a UC atua. Após caracterizarmos o dispositivo de produção de expertise que uma área protegida pode desenvolver no território no qual atua. Passamos para uma outra forma, a de um dispositivo para proteção e fiscalização da natureza.

### **Dispositivo de proteção e fiscalização**

A estrutura jurídico-organizacional que garante elementos materiais e linguísticos (DODIER; BARBOT, 2016) para esse dispositivo é de fundamental importância para se compreender o variado número de controvérsias engendradas no Instituto e fora dele. Sobretudo, no que tange ao poder de polícia garantido aos agentes de fiscalização que produz relações, frequentemente, conflituosas.

O porte de armamentos é uma das formas que caracteriza o dispositivo para proteção e fiscalização da natureza operado pela área protegida no território. Durante nossa pesquisa, identificamos servidores que acreditam que o poder de polícia deva ser expressado, sobretudo, de forma ostensiva, pois assim há uma representação de constante vigilância exercida no território. Identificamos também um outro grupo que prefere a utilização moderada ou em caso de extrema necessidade desses equipamentos, pois o emprego excessivo seria uma forma de estender e intensificar os conflitos.

Assim sendo, a utilização de armamento, que é a característica central desse dispositivo no território, é uma escolha dos sujeitos. Primeiro porque se tornar agente de fiscalização é fruto, na maioria das vezes, de um objetivo pessoal. Segundo porque enquanto agentes de fiscalização, o porte de armas ostensivo é resultado do poder discricionário.

Durante as argumentações tecidas pelos servidores a justificarem determinadas performances, é possível notar a existência de uma mul-

tiplicidade de representações sobre o que se constituiria como conservação e proteção da natureza – entendidas como missões essenciais do Instituto. As constantes negociações sobre as finalidades dos dispositivos produzem uma variedade de performances de uma mesma prática no ICMBio. Com isso, UCs semelhantes e pertencentes a uma mesma categoria jurídica podem apresentar performances distintas ao realizarem uma mesma atividade.

Ao estudarmos os agenciamentos resultantes desse dispositivo, destacamos que a relação com o entorno é, na maioria das vezes, baseada no conflito, já que a presença de uma organização que regula e, por vezes, obstaculiza determinadas atividades e ações no território, faz com que haja um clima de instabilidade nas relações desenvolvidas com determinados atores. O conflito é, portanto, parte do cotidiano organizacional e tem um papel essencial na estruturação das relações desenvolvidas entre os atores. Pode ser entendido também como uma forma de produção, pois motiva relações, conhecimentos e representações. As experiências pessoais, os traços do passado no ambiente e os horizontes para o futuro (DODIER, 1993) estruturam esse tipo de regime de ação, pois ao se planejar uma determinada atividade, os servidores são frequentemente influenciados pelos conflitos vivenciados anteriormente, o que os fazem refletir sobre as possíveis situações a serem encontradas.

Notamos que, por um lado, há esforços de padronização das ações por parte da esfera administrativa do ICMBio com o intuito de que diferentes UCs apresentem condutas homogêneas; por outro lado, os diversos aspectos situacionais presentes tornam as situações peculiares, fazendo com que diferentes formas de coordenações se evidenciem em uma mesma atividade. Tal cenário faz com que os espaços de poder discricionário estejam, sensivelmente, presentes nas conduções das ações.

Dentre as atividades ligadas à tarefa de agente de fiscalização está a formalização dos autos de infração. Documento que relata e caracteriza a ação no território entendida como crime ambiental. Nesse sentido, os documentos são as principais fontes de informações sobre as infra-

ções e expressam os pontos de apoio que sustentarão a argumentação do tratamento jurídico do crime ambiental. Os agentes de fiscalização se tornam produtores de atos de expertise que produzem preensões operadas como objetos de provas. Assim sendo, há uma “restituição dos jogos entre os corpos e as qualificações, entre os engajamentos físicos e os enunciados” (BESSY; CHATEAURAYNAUD, 2014, p. 301, tradução nossa).

Além dessas ações que são de cunho fiscalizatório, há as ações desenvolvidas com o intuito de manutenção de uma espécie de estado de vigilância no entorno da área protegida e em seu entorno. De certa forma, essas ações são caracterizadas por uma perenidade e por cenários mais estáveis. Já que são desenvolvidas por meio de programas com a concertação entre diversos atores. Exemplos desses tipos de ações são os convênios com outras organizações que fazem monitoramentos constantes a respeito de diversas temáticas. Em nossa pesquisa, verificamos a ação de servidores da própria área protegida no sentido de monitoramento da qualidade da água dos corpos d’água que cortavam a área, como também, parcerias com uma organização não governamental para a condução de monitoramento de mortalidade de animais silvestres nas rodovias que circundam a UC.

Após tratarmos da caracterização dos vários dispositivos operados no território por uma UC, passaremos para a constituição de reflexões acerca do cotidiano organizacional. Sobretudo, ao considerarmos que ao analisar uma organização estamos tratando do “resultado da dinâmica das ações cotidianas dos seus membros, tomando como base as práticas sociais que são diariamente negociadas, compreendidas e interpretadas por meio das faculdades sensoriais dos membros da organização” (BISPO; GODOY, 2015, p. 110) . Passamos para uma análise de caráter microsociológico a respeito do cotidiano organizacional e das relações desenvolvidas entre os repertórios normativos e de seus acessos a depender do dispositivo que se constitui na ação organizacional.

## REPERTÓRIOS NORMATIVOS PRESENTES NAS CONSTITUIÇÕES E CRÍTICAS AOS DISPOSITIVOS: NOTAS A PARTIR DO COTIDIANO ORGANIZACIONAL

Os analistas se preparavam para realizar uma fiscalização pelo rio que corta a UC. Dois deles portavam todo o equipamento de fiscalização, composto por: coletes à prova de balas, pistolas, óculos, spray de gás lacrimogênio e algemas.

O excerto do caderno de campo do dia 13 de novembro de 2014 expõe uma situação bastante comum no contexto de fiscalização exercido pela área protegida. Os armamentos são um tema à parte a respeito de como os dispositivos operam nos territórios, como mencionamos anteriormente. Tal prática, por vezes, é alvo de críticas por ser vista, por alguns grupos, como desnecessária para o ambiente no qual a UC está inserida, isto é, uma área protegida em zona urbana.

Diante desse cenário de ações organizacionais muito diversas realizadas por um mesmo corpo de servidores, há uma cisão bastante evidente entre o que se denomina de “trabalho chato”, caracterizado, fundamentalmente, por tarefas burocráticas, e as tarefas de campo que se qualificam por meio das saídas ao território. Ao realizarem uma reflexão crítica acerca das ações do ICMBio, registrada no caderno de campo do dia 23 de junho de 2015, uma das agentes de fiscalização diz: “[este pessoal da burocracia] nunca deve ter ido em uma ação de fiscalização, lidando com bandidos, armas; só sabem ficar no ar condicionado”.

A utilização ostensiva dos armamentos é crítica a partir dos mesmos elementos linguísticos que caracterizam o dispositivo, ou seja, de que não se tratam de criminosos ou bandidos. Durante entrevista, um ator da comunidade pesqueira evidenciou: “Vieram aqui armados até os dentes [...], não tem necessidade disso” (Entrevista ATOR 1). É notório que a constituição do dispositivo e as justificativas por apresentarem certas performances se apoiam nos mesmos referenciais, ou seja, na utilização dos armamentos e na forma como determinados grupos podem ser tratados a partir dessa constituição.

Em outras situações, a questão se torna objeto de anedota; no dia 09 de abril de 2015, “a funcionária da limpeza encontra uma arma na mesa e começa a questionar de quem poderia ser. Servidores da outra UC que dividem o escritório, começam a fazer piadas no sentido de que ali estava parecendo mais uma delegacia de polícia”. A pesquisa foi realizada em uma Estação Ecológica, área de proteção integral, o que de antemão coloca balizadores para as ações dos servidores e dos atores do entorno. A fim de “proteger a área”, algumas dimensões se tornam evidentes, como a presença de uma guarita que identifica as pessoas que entram e saem do local, bem como, a presença de vigilantes armados.

A UC, objeto de estudo deste trabalho, era caracterizada no território pelos altos índices de ações de fiscalizações, apreensões e multas. Era comum, entre os servidores, o argumento de “tolerância zero”. Era sabido também que esse comportamento produzia uma série de críticas. Ao se prepararem para as saídas de campo, alguns servidores pertencentes a outras esferas do Instituto diziam: “O BOPE vai sair pro campo”, referindo-se ao grupamento de operações especiais das polícias militares, conhecido por ações ostensivas, com certa aceitação social, sendo, inclusive repertório para filmes.

Em determinados momentos o grupo se juntava para tecer justificativas sobre suas ações e publicá-las no canal da UC em redes sociais. No dia 31 de julho de 2015, a servidora responsável pela comunicação discutiu com outros servidores a fim de publicar uma notícia a respeito da morte de uma agente de fiscalização em uma cidade do interior do Paraná. Falava-se que ela tinha sido atacada em uma ação rotineira de saída ao campo. Na rede social (*Facebook*), os argumentos foram expostos de maneira a explicar a importância dos armamentos, à medida em que salientava os diversos treinamentos necessários aos servidores para utilizá-los. Segundo um dos analistas: “a pessoa pensa duas vezes, ao te ver armado”.

Ao se considerar a dimensão referencial como influenciadora do trabalho normativo dos atores, não estamos de frente com o resultado de uma apreensão absoluta, mas com um espaço de ação. Cenário de de-

envolvimento de ações fundadas no poder discricionário. Nas situações apresentadas, a ação dos agentes de fiscalização em campo se dá norteada por meio de pressões comuns a respeito da finalidade do dispositivo de proteção e conservação da natureza no território. As ações ostensivas estão ligadas a um espaço de cálculo de etos policialesco, o que leva a comportamentos específicos.

Por exemplo, em uma reportagem para um jornal local sobre o período de defeso da tainha (espécie de peixe característica da região), o analista se refere às pessoas que pescam nesse período como “ladrões de peixes”. Há, portanto, um conjunto de recursos mobilizáveis ligado com o contexto que permitem esse agenciamento linguístico. As referências legais e institucionais balizam as ações dos atores, no entanto, não são garantias de um comportamento monolítico, pelo contrário, são produtoras de diversidades. O que permite, por exemplo, que UCs bastante similares tenham performances diametralmente distintas. Não se tratam de organizações porta-vozes de uma legalidade uniforme e abstrata (LASCOURMES, 1995), pelo contrário, a presença de múltiplos atores e lógicas de ações resultam em performances ligadas à geometria variável das configurações situacionais.

Durante os trabalhos críticos tanto para desmobilizar as formas como são realizadas determinadas ações como para legitimá-las, os pontos de apoio para produção do trabalho normativo local são evidenciados. Assim sendo, é a partir da base normativa advinda do referencial jurídico-administrativo que se tem subsídios para argumentos que sustentam os usos de armamentos pelos servidores. Ao se levar em conta o agenciamento de elementos materiais e linguísticos na estruturação desse trabalho normativo, a UC enquanto um conjunto de dispositivos presente no território se relaciona de maneiras diferentes com os mais variados atores, produzindo uma geometria local bastante específica. Ou seja, uma mesma organização (a área protegida) se relaciona por meio de dispositivos diversos que apresentam práticas particulares nos territórios em que atuam. Esses dispositivos se expandem e interrelacionam por meio de outros dispositivos legais e institucionais, por exemplo: instituições policiais, de pesquisa e educação, períodos de defeso de determinadas

espécies, lista de animais em extinção, caracterização de determinada área como detentora de necessidade de proteção, proibição de acesso, controle de atividades e etc. Essa rede que se estabelece contribui na produção do local, resultando em performances organizacionais variadas.

Ao considerarmos que há uma multiplicidade de formas de uma área protegida estar em um determinado território, tornou-se necessário adotarmos um conceito que nos possibilitasse refletir sobre esse cenário, para tanto, baseamo-nos na releitura da noção de dispositivo proposta por Dodier e Barbot (2016). Tal perspectiva, possibilitou-nos realizar análises ligadas às organizações e ao trabalho dos atores em mantê-las ou modificá-las. Com essa opção, pudemos nos concentrar nas interações que esses dispositivos mantêm com determinados repertórios normativos, elaborados situacionalmente ou já existentes, e nos seus papéis para o engendramento de ações coletivas que resultam em performances organizacionais específicas. Assim sendo, passamos às considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, adotamos como ponto de partida compreender a ação organizacional desenvolvida pelo Estado, isto é, a ação pública. Ao nos debruçarmos, especificamente, sobre a ação pública ambiental, decidimos estudá-la por meio de um dos mais importantes instrumentos utilizado pelos mais variados governos no mundo, as áreas protegidas. Metodológica e epistemologicamente decidimos por um posicionamento pragmatista, que ao nosso ver se relacionou com dois movimentos principais: (1) seguir os atores em ação; (2) sem um quadro analítico prévio. Ressaltamos que tais escolhas são incomuns nos Estudos Organizacionais, campo do qual fazemos parte.

Na análise nos preocupamos em compreender o “*mise en oeuvre*” de uma política pública ambiental por meio de suas variadas formas, ou seja, os dispositivos presentes nos territórios. Para tanto, centramo-nos na dimensão da discricionariedade, a qual coloca em relação a criatividade burocrática com o controle (PIRES, 2009). Esse espaço dado à

criatividade do agir (JOAS, 1999) pareceu-nos fundamental a fim de não restringi-la a um quadro teórico engessador que determinasse, em certa medida, as possibilidades dos atores. Tal cenário, possibilitou que enxergássemos as atividades cotidianas por meio das bricolagens (CERTEAU, 2008) realizadas entre os referenciais normativos e a própria produção organizacional por meio de dispositivos (DODIER; BARBOT, 2016) presentes no território. Destacamos que essa relação entre o global e o local na produção organizacional, parece ser ainda mais evidente ao analisarmos organizações ligadas às causas ambientais, em especial, à ação pública (LASCOUMES, 2012).

Ao destacarmos os repertórios normativos de cada um dos dispositivos presentes no território por meio da UC, intentamos compreender como diferentes regimes de ação operam em um mesmo local com variados atores produzindo assim geometrias variáveis de relações e subjetivações. Os horizontes para o futuro (DODIER, 1993), traçados pelos atores a partir de suas relações, são maneiras que norteiam as formas pelas quais os repertórios são operados. Ou seja, a partir das aberturas ao futuro (CHATEAURAYNAUD; DEBAZ, 2017), os atores criam expectativas sobre quais seriam os objetivos organizacionais da área protegida no território, por meio das ações desenvolvidas pelos diferentes dispositivos. Tais objetivos não são, somente, fixados de antemão por meio do decreto que cria a UC; mas são renegociados continuamente durante as atividades cotidianas, sobretudo, em situações de prova nas quais os seres e as entidades passam por momentos de qualificações.

Os servidores da área protegida, por possuírem formações e experiências pessoais particulares, atuam por meio das estruturas organizacionais produzindo dispositivos nos territórios. Essa atuação coloca em relação regimes de ação privados e profissionais que, frequentemente, se entrelaçam. As aproximações entre organizações acontecem, em grande parte das vezes, nutridas pelas simpatias entre os atores ocupantes de cargos chave. Tal sentimento, costumeiramente, é produzido a partir de experiências e traços compartilhados no passado. Em nossa análise, a perspectiva do ativismo ambiental se mostrou como um fator chave para essas relações.

Defendemos o entendimento de que os dispositivos apresentam conjuntos compósitos referenciais que caracterizam as formas pelas quais contribuem para a produção das ações públicas. É a partir deles que as produções das ações aproximam o global do local e que, de certa forma, garante determinadas características à UC. Os dispositivos, portanto, apresentam-se como espaços de mobilidade e modelação que são fortemente influenciados a partir dos históricos dos indivíduos, da formação do grupo de servidores e da estrutura histórica, social, biológica e ecossistêmica do território.

Os elementos materiais presentes em cada um dos dispositivos foram acessados por uma perspectiva de simetria etnográfica. Os objetos são importantes maneiras de acesso às ações. Com isso, entendemos que cada dispositivo no território possua um conjunto compósito de recursos que se articula com outros. Em alguns casos, os objetos técnicos se apresentaram enquanto resultados híbridos de uma multiplicidade de registros técnicos (AKRICH, 2006). A análise da materialidade se mostrou importante para se compreender como os dispositivos são colocados à prova e quais recursos são mobilizados linguística e materialmente nessas situações.

Diferentemente da perspectiva analítica que adotamos, de maneira geral a análise organizacional hegemônica tem substanciado reflexões que tendem a tratar a gestão como um fenômeno naturalizado, ou seja, um conjunto estruturado e racionalizado de ferramentas que habilitam os sujeitos a “se organizarem melhor”. O resultado desse tratamento cria análises fundadas em apenas algumas das lógicas de ação presentes nas organizações, privilegiando uma postura a priori com base em aspectos normativos. Em paralelo, a questão da agência é tratada de maneira a privilegiar somente os humanos, o que leva a análises, na maioria das vezes, apenas do plano discursivo. Por fim, as teorias da ação utilizadas em estudos organizacionais tradicionais se centralizam no indivíduo e nos aspectos racionais/racionalizadores de seus comportamentos.

## REFERÊNCIAS

- AKRICH, Madeleine. Les objets techniques et leurs utilisateurs. De la conception à l'action. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction*.: Textes fondateurs.. Paris: Presses de Mines, 2006. p. 179-199.
- BESSY, Christian; CHATEAURAYNAUD, Francis. *Experts et faussaires. Por une sociologie de la perception*. 2. ed. Paris: Éditions Pétra, 2014.
- BISPO, M. S.; GODOY, A. S. Etnometodologia: Uma Proposta para Pesquisa em Estudos Organizacionais. *Revista de Administração da Unimep*, [s. l.], 2015.
- CEFAÏ Daniel (dir.); *L'engagement ethnographique*. Paris, Editions de l'EHESS. 2010.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- CHATEAURAYNAUD, Francis; DEBAZ, Josquin. *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations*. Paris: Éditions Pétra, 2017.
- DODIER, Nicolas. Les appuis conventionnels de l'action. Eléments de pragmatique sociologique. *Réseaux*, [s. l.], v. 11, n. 62, p. 63–85, 1993. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/reso\\_0751-7971\\_1993\\_num\\_11\\_62\\_2574](https://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1993_num_11_62_2574)>
- DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. La force des dispositifs. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, [s. l.], v. 71, n. 02, p. 421–448, 2016. Disponível em: <[https://www.cambridge.org/core/product/identifiser/S0395264900017157/type/journal\\_article](https://www.cambridge.org/core/product/identifiser/S0395264900017157/type/journal_article)>
- JOAS, Hans. *La créativité de l'agir*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1999.
- LASCOURMES, Pierre. Les arbitrages Publics des Intérêts Légitimes en Matière d'Environnement: L'exemple des lois Montagne et Littoral. *Revue Française de science politique*, [s. l.], p. 396–419, 1995.
- LASCOURMES, Pierre. *Action publique et environnement*. Que sais-j ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.
- MEADOWS, Donella et al. *Os Limites do Crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho. Burocracia , discricionariedade e democracia : alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, [s. l.], 2009.
- SNUC, (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Mma/Sbf*, [s. l.], 2000.



## SOBRE OS AUTORES

**Sayonara Leal** - Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2007). Fez pós doutoramento no Centro de Sociologia da Inovação na École des Mines de Paris (2013/2014). Mestrado em Mudança Social - Université de Lille I (2005); mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (2001). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe (1997). Professora adjunta do Departamento de Sociologia da UnB. Atua nas linhas de pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia e Política, Valores e Sociedade. No que concerne à área de Educação, se interessa pelas inovações na prática de ensino de sociologia em escolas do Distrito Federal e formação instrucional e saberes docentes no curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Em se tratando da área de C&T, atua na interface entre sociologia política e sociologia da tecnologia e da inovação. Realiza pesquisas sobre: regimes críticos e de moralidade envolvidos na construção e usos de tecnologias; interfaces entre dispositivos de inclusão social e concepções de justiça; experimentações democráticas com usos de tecnologias da informação e da comunicação; capacidades (expressivas e deliberativas) de atores sociais em processos de disputas (mobilizações, ações e protestos coletivos), novos formatos de participação pública em controvérsias (tecnocientíficas). Membro do Grupo de Trabalho Ciência e Sociedade da CLACSO e do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Tecnologia da UnB (LACT).

**Fábio Reis Mota** - Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2001. Realizou o mestrado em Antropologia pela UFF, concluindo-o em 2003; doutorou-se em Antropologia pela mesma instituição em 2009. Realizou estágio de doutorado-sanduiche na Université de Paris X e no CEMS e GSPM da EHESS no período de 2006-2007. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de Antropologia/UFF e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFF). É coordenador do Núcleo

Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP/UFF) e Pesquisador do Instituto Nacional de Administração Institucional de Conflitos (INEAC/UFF). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Jurídica e Política. Suas pesquisas estão voltadas para a análise dos processos de demandas de direitos e reconhecimento a partir de reivindicações de identidades diferenciadas através de uma abordagem comparativa.

**Yolanda Gaffrée Ribeiro** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e mestrado em Sociologia Política pela mesma instituição, no PPGSP/UENF. Obteve o doutorado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), com período de estágio no exterior -bolsa sanduíche - (PDSE/CAPES) de 12 meses, em École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Ocupou o cargo de professora substituta no Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Atualmente, é bolsista de Pós-Doutorado (CAPES/INCT/InEAC/UFF), no PPGA/UFF. Pesquisadora associada do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP/UFF) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/INEAC/UFF). Tem experiência de pesquisa e ensino de sociologia e antropologia, com ênfase nos seguintes temas: teoria sociológica e antropológica, metodologia de pesquisa, sociologia pragmática, antropologia e sociologia do direito e antropologia das populações afro-brasileiras, relações étnico-raciais, mobilizações coletivas, notadamente no Brasil e na França.

**Maria Carolina Martinez Andion** - Pós-doutorado em Economia Social pelo Instituto Universitário de Pesquisa em Economia Social, Cooperativa e Empreendedorismo (IUDESCOOP) da Universidade de Valência na Espanha (2016). Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007). Mestrado em administração pela Escola de Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC) (1998). Graduação em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1994). Pesquisa iniciativas da sociedade civil, com interesse em processos de inovação social, tendo vasta experiência no desenvolvimento institucional de OSCs e em projetos socio-ambientais. Atua como professora na graduação, no mestrado e no doutorado e está vice-coordenadora do programa de pós-graduação acadêmico em administração. Lidera, desde 2010, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações

Sociais na Esfera Pública (NISP), cadastrado no CNPq, no qual coordena o Observatório de Inovação Social de Florianópolis. Membro da International Society for Third Sector Research (ISTR) e do Centro Internacional de Pesquisa e Informação em Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC). Seus interesses atuais de pesquisa referem-se aos temas da sociedade civil, das inovações sociais em arenas públicas, às experimentações democráticas, aos ecossistemas de inovação social e suas consequências na cidade e no meio rural e à epistemologia da administração pública.

**Rubens Lima Moraes** - Possui graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2012) e mestrado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2014). Atualmente é doutorando do departamento de Ciência Política da instituição Concordia University, localizada em Montréal (Canadá). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: controle social, accountability, observatórios sociais, coprodução do bem público e desenvolvimento sócio-territorial.

**Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves** - Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração e graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/Esag). Professora colaboradora do departamento de administração pública da UDESC/Esag e consultora no Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM). Mais de 10 anos de experiência profissional em gestão de organizações da sociedade civil (terceiro setor). Membro do Núcleo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional (UFSC). Áreas de pesquisa: sociedade civil organizada, políticas públicas, coprodução do bem público, governança pública, formas alternativas de organizar, gestão social.

**Stefan Klein** - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2003), graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2006), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade de Brasília, Membro de corpo editorial da *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, Consultor Ad hoc do Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Revisor de projeto de fomento do Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e Membro de

corpo editorial da Sociedade e Estado (UnB. Impresso). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Outras Sociologias Específicas. Atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Crítica, Educação, Ciência, Capitalismo, Marxismo e Max Horkheimer.

**Carla Cristina Pompeu** - Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2017) na área de Ensino de Ciências e Matemática. Participou do Programa de doutorado sanduíche (2015-2016), financiado pelo Cnpq, na Universidad Complutense de Madrid, sob a orientação da Profa. Dra. Inés Maria Gómez Chacón. Possui título de mestre pela Faculdade de Educação da USP na área de ensino de Ciências e Matemática (2011), graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade de São Paulo (2007) e graduação em Bacharelado em Matemática pela Universidade de São Paulo (2007). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática e Educação (GPEME) - FE/USP. Tem experiência como docente na área de Educação em níveis de ensino fundamental, médio e superior, além de realização de pesquisas com foco de estudos no processo de ensino aprendizagem, as relações entre conhecimento matemático e o jovem e no ensino de matemática na modalidade EJA. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

**Gustavo Matarazzo** - Professor do Instituto Federal de São Paulo. Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também é pesquisador associado do Núcleo de Pesquisas Organizações Racionalidade e Desenvolvimento (ORD). Realizou estágio de doutorado sanduíche, como bolsista no Programa Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, onde é membro do Groupe de Sociologie Pragmatique et Réflexive (GSPR). Tem interesse em temas ligados à Teoria das Organizações, Controvérsias Ambientais, Expertises e Etnografia.

**Maurício Serva** - Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro da Pragmata: Association d'Études Pragmatistes (França), e do CIRIEC International (Bélgica). Finalizou a graduação em administração de empresas pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

em 1978, concluiu o mestrado em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV) em 1991, e o doutorado em administração de empresas nesta mesma escola em 1996. Na UFSC, fundou e coordena o Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento, além de líder de grupo de pesquisa no CNPq com esta mesma denominação. Atua na área de Administração, com ênfase em Teoria das Organizações, Racionalidade nas Organizações, Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Desenvolvimento Territorial, Governança Ambiental, Pragmatismo e Organizações, Organizações da Sociedade Civil.

**Vittorio Talone** - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Possui título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) e integra desde 2012 o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU-UFRJ). Tem interesse em Sociologia da Moral, Sociologia Urbana e Pragmatismo, tendo pesquisado principalmente em relação aos temas de violência urbana, confiança e desconfiança, memória, deslocamentos pela cidade do Rio de Janeiro, e emoções.

**Alexandre Werneck** - Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e coordenador efetivo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu). É bolsista de produtividade PQ2 do CNPq e pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj. Fez pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ e tem doutorado (2009) em sociologia pelo PPGSA da UFRJ (com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS), produzindo um trabalho recebedor de Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese 2010 e que resultou no livro *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais* (2012). Graduiu-se em Comunicação Social na Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ (2001) e tem mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da mesma casa (2004). Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em sociologia dos conflitos e sociologia da moral.

**Pricila Loretti** - Doutora em Ciências Sociais (2012-2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ), tendo realizado em 2015 estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professora substituta na UFRRJ (2017). Mestre em Sociologia e Antropologia (2008-2010) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e (PPGSA-IFCS/UFRJ). Bacharel em Ciências Sociais (2002-2006) pelo IFCS/UFRJ. Especialista em Planejamento Urbano e Políticas Públicas (2011-2012) pelo IPPUR/UFRJ. Atua principalmente nas áreas de Sociologia e Antropologia Urbana, tendo como objeto de estudo os impactos da infraestrutura urbana em assentamentos precários, direito à cidade e aos serviços públicos. Realizou pesquisa etnográfica na favela Santa Marta sobre o processo de regularização da energia no contexto da implementação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Atualmente busca desenvolver trabalhos que contribuam para o acesso a direitos humanos, cidadania, e justiça social.

**Frédéric Vandenberghe** - Professor do Instituto de Filosofia e de Ciências Sociais na Universidade Federal de Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Possui graduação em Ciências Sociais e Políticas (RU Gent, Bélgica, 1988), mestrado em Sociologia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1989) e doutorado em Sociologia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1994). Trabalhou em varias universidades estrangeiras (UCLA, Manchester University, European University Institute, Brunel University London, Yale University, Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris) e brasileiras (UNB, UFPE, IUPERJ, IESP-UERJ até 2018). Coordenador do Nucleo de Pesquisa Sociofilo. Trabalha com Teoria Social, Teoria Sociológica e Filosofia das Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Realismo critico, Hermenêutica e Fenomenologia; Globalização, micro-sociologia e teoria da ação; Dativa, intersubjetividade e crise existencial. Membro da International Association for Critical Realism (IACR, Londres), Center for Cultural Sociology (CCS, Yale University), Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales (MAUSS, Paris) e Kosmopolis Institute (Utrecht, Holanda).

**Diogo Silva Corrêa** - Professor da Universidade de Vila Velha. Possui doutorado em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHES) e pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) – em regime de co-tutela. É coordenador do

Laboratório de Teoria Social e Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sociofilo – UFRJ) e membro do Grupo de Sociologia pragmática e reflexiva da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (GSPR-EHESS). Trabalha com Teoria Social, Teoria Sociológica, sociologia das mudanças de vida, sociologia da conversão religiosa, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia pragmática e sociologia dos problemas íntimos.

**Daniel Cefaï** – Diretor de Estudos da *Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Possui doutorado em Sociologia pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* e é membro e coordenador do *Centre d'Études des Mouvements Sociaux* (CEMS-EHESS) e trabalha com temas relacionados a sociologia dos públicos, das mobilizações coletivas e dos problemas públicos; etnografia das associações e das ONGs; metodologia de trabalho de campo; fenomenologia e ciências sociais; história das ciências sociais nos Estados Unidos.

**Alexandra Bidet** – é pesquisadora do *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS). É membro do *Centre Maurice Halbwachs*. Seus temas de interesse são sociologia do trabalho, sociologia econômica e a abordagem pragmatista; sociologia das técnicas, da numerização, da automação; trajetórias, atividades, normas e valores.

**Janine Barbot** – Diretora de Estudos do *Institut national de la santé et de la recherche médicale* (Inserm) e membro do *Centre d'Études des Mouvements Sociaux* (CEMS-EHESS) da *Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales*. Seus interesses de pesquisa estão relacionados a sociologia das mobilizações coletivas; sociologia das ciências, da medicina e da saúde. Mobilizações associativas no domínio da saúde. HIV e Aids: experimentos clínicos, regulamentação do mercado dos medicamentos. Medicina fundada em experimentos. Ética da pesquisa. Democracia sanitária. Relações entre especialistas e leigos. Reclamações relacionadas ao universo médico. Juridicização de cuidados. Medicina defensiva. Questões sanitárias. Políticas da reparação. Processos. Responsabilidade ética. Grupos de vítimas. Expertise médica. Abordagem sociohistórica. Pesquisas de campo (entrevistas, observações etnográficas).

**Samantha Sales Dias** - doutoranda em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia (com ênfase em antropologia)

pelo PPGSA/UFRJ e graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. É membro do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu) da UFRJ e do Sociofilo - (Co)Laboratório de Teoria Social do IFCS/UFRJ.

**Nicolas Dodier** - Diretor de Estudos da École des Hautes Études em Science Sociales (Paris), Diretor de Pesquisa no Instituto Nacional de Saúde e Investigação Médica (Paris) e membro do Centre d'Études des Mouvements Sociaux (CEMS-EHESS). Seu trabalho tem se concentrado nas questões do risco, tecnologia, trabalho, medicina e reparação.

**Laura Chartain** - doutora em sociologia, cotutela École des Hautes Études em Sciences Sociales (2009) e Universidade de São Paulo (USP). Associada ao Centre d'Etude des Mouvements Sociaux (CEMS/EHESS). Ministrou cursos de sociologia em várias universidades francesas e co-organizou dois colóquios franco-brasileiros que tinham como tema crítica e pragmatismo. Tem interesse em Sociologia econômica, Sociologia do trabalho e Pragmatismo, tendo pesquisado principalmente, durante seu doutorado, várias operações de constituição de uma cadeia de algodão agroecológico, que integra vários tipos de atores entre França e Brasil. Pesquisa atualmente o tema da valoração (valuation) e da intersecção entre indivíduo e sociedade.

**Manuel Boutet**. Professor da Universidade de Nice Sophia Antipolis (França). Membro do Laboratoire: GREDEG - Groupe de Recherche en Droit, Economie, Gestion. Membro grupo de Sociologie de la Consommation et du Numérique, da Associação Francesa de Sociologia. Temas de interesse: criatividade e inovação; Experiência Digital e cognição alargada; cooperações emergentes ou improvisadas, concepção participativa, inovação para usos, estilos de vida (articulações entre trabalho e lazeres).

**Frédérique Chave** - Doutorado em Sociologia pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense (França). Fez pós-doutorado no Centre Maurice Halbwachs – CNRS (França). Socióloga de formação, atualmente é responsável adjunta do Departamento de Pesquisa, estudos e valorização científica da Cnaf - Caisse nationale des allocations familiales e de seu pólo editorial. Tem interesse nas áreas de Métodos e estatística em Ciências Sociais e sociologia do trabalho.

**Francis Chateauraynaud** - Diretor de estudos da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), onde dirige o Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva. Trabalhou com “sociologia analítica dos conflitos” (1990-1993), “sociologia da percepção” ou da “preensão” (1994-1998), “sociologia pragmática das transformações” (1999-2002) e, mais recentemente, tem se dedicado ao desenvolvimento de uma “pragmática da complexidade”, também chamada de “socio-informática de dossiês complexos”. Então, uma “balística sociológica” de causas individuais e coletivas (2006-2013). A preocupação de trabalhar em conjunto com quadros teóricos, ferramentas analíticas e levantamentos de campo tem produzido uma série de trabalhos marcados por deslocamentos contínuos, atingindo classificações acadêmicas um pouco no processo. O estilo de construção que o autor propõe o leva a recusar a hiperespecialização que, segundo ele, bloqueia o pesquisador em territórios pré-construídos pela sociologia e rapidamente auto-referenciais.

Na França, a sociologia pragmática surgiu, sobretudo, em contraposição à sociologia crítica de Pierre Bourdieu. Essa origem gerou certas evitações temáticas que agora a segunda geração dos pesquisadores de orientação pragmática e pragmatista sentiu necessidade de retomar, como a questão das relações de força, de poder e da dominação social. Essa oposição, contudo, nunca existiu verdadeiramente no Brasil. A troca de experiências e reflexões entre pesquisadores desses dois países se concentrou, então, no desafio teórico de conciliar sociologias de inspiração crítica, pragmática e pragmatista que levam a sério a experiência dos atores e suas competências críticas, sem abdicar de uma reflexão sobre as situações em que imperam as relações de força e poder. O presente livro busca articular teoricamente as concepções e reflexões críticas de atores sociais confrontados com situações de incertezas, conflitos e controvérsias e as especificidades de ambas em contextos empíricos nos dois países.



Laboratoire d'Excellence

**tapsis**

Transformation de l'Etat  
politisation des sociétés  
institution du social



**Cems**  
Centre d'étude des  
mouvements sociaux

L'ECOLE  
DES  
HAUTES  
ETUDES  
SCIENTES  
SOCIALES

